

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RODRIGO DA SILVA FÉLIX

DONA TERESA CRISTINA E OS RASTROS DE MEMÓRIA: ENTRE A
INVENÇÃO DA MULHER-MONUMENTO E A ESCRITA DE SI

UBERLÂNDIA-MG
2014

RODRIGO DA SILVA FÉLIX

DONA TERESA CRISTINA E OS RASTROS DE MEMÓRIA: Entre a
invenção da Mulher-Monumento e a escrita de si

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a
qualificação no Curso de Mestrado em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar.

UBERLÂNDIA-MG
2014

RODRIGO DA SILVA FÉLIX

DONA TERESA CRISTINA E OS RASTROS DE MEMÓRIA: Entre a
invenção da Mulher-Monumento e a escrita de si

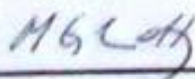
Banca Examinadora



Professor Dr. Alexandre de Sá Avelar (Orientador)



Professora Dra. Regma Maria dos Santos (UFU)



Professora Dra. Maria da Glória Oliveira

UBERLÂNDIA-MG
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F316d Félix, Rodrigo da Silva, 1981-
2014 Dona Teresa Cristina e os rastros de memória : entre a invenção da
Mulher-Monumento e a escrita de si /Rodrigo da Silva Félix. -- 2014.
164 f. : il.

Orientador: Alexandre de Sá Avelar.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Brasil - História - 1831-1889 - Teses. 3. Teresa
Cristina Maria, Imperatriz, consorte de Pedro II, Imperador do Brasil,
1822-1889 - Teses. I. Avelar, Alexandre de Sá. II. Universidade Federal
de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

escrever-
para que se perca a memória
e, reencontrada
nesta escrita,
possamos dizer, “bem-vinda, potência
biográfica
do ilegível”
poema

Jonas Samudio

AGRADECIMENTOS

Agradecer também é um trabalho de memória, momento de fazer uma reflexão neste percurso repleto de desafios, em que muitas dificuldades surgem. Em primeiro lugar, agradeço a todos os que compuseram comigo este trabalho que, mesmo modesto, foi de extrema importância para meu autoconhecimento.

À Universidade Federal de Uberlândia, ao programa de Pós-Graduação em História, bem como a todos os que compõem a equipe. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, pela bolsa obtida, sem a qual tal empreendimento teria sido bem mais árduo. A toda a equipe do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, da Biblioteca Nacional e, claro, do Arquivo Histórico do Museu Imperial, nas pessoas de Neibe Costa e Thais Martins Lepesteur, sempre disponíveis em minhas viagens de pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Alexandre de Sá Avelar, pela grande ajuda no desenrolar do trabalho e do texto. Sempre sugerindo obras atuais e reflexões pontuais. Sem dúvida, nestes dois anos tivemos uma excelente parceria que, espero, continue no doutorado. Igualmente à banca examinadora: Profa. Dra. Regma Maria do Santos e Maria da Glória Oliveira pela leitura e contribuição generosa para o meu trabalho.

Especialmente meu reconhecimento aos grandes amigos que me acompanharam nestes dois anos em Uberlândia: Jonas Samudio, pela inestimável amizade e por ser um modelo no meu caminho. Pelas horas corrigindo e trocando ideias, mesmo estando distante fisicamente. Meu afeto e admiração! A Neuber Johnny, Leandro Hernandez, Edson Maria, Jacqueline Batista e Ana Paula Gomide que têm sido um amparo nos dias de solidão da escrita, nas alegrias do encontro e nos dias nebulosos.

Enfim, sou grato à vida que tem me levado por caminhos tão diversos e repletos de surpresas, e a tudo que foi possível realizar nestes dois anos de trajetória; e tendo certeza de ser esse só o começo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - RASTROS DE MEMÓRIA	14
1.1. Seguindo os rastros: a memória como meio	14
1.1.1. Limiares da memória: os rastros do passado e o esquecimento	19
1.1.2. Escrever: corpo na escrita	21
1.1.3. Dos usos da palavra e da escrita para a História: os diferentes funcionamentos da linguagem	24
1.2. Escrever-se: Um lugar para si na Escrita e na História	26
1.2.1. Uma estética da existência	29
1.2.2. Letra de mulher: a escrita de si como prática feminina	34
1.2.3. Dentro da casa: o lugar da mulher	37
1.2.4. A escrita das transgressoras: um olhar biográfico	42
CAPÍTULO II - OLHARES DA HISTÓRIA: DONA TERESA CRISTINA E A INVENÇÃO DE UMA MEMÓRIA	51
2. 1. Narrar vidas: A biografia entre os rastros e as tramas da história	51
2.1.1. O espaço biográfico na invenção da memória: Em torno da Mulher-Monumento	57
2.1.2. Limiares de uma vida: as narrativas em torno de Dona Teresa Cristina	62
2.1.3. “A mãe dos brasileiros e modelo de todas as virtudes”	78
2.1.4. Dona Teresa Cristina e os jornais da corte	86
2.1.5. Uma “heroína” nos finais do Império	91
2.1.6. À procura da imagem: Teresa Cristina entre o pincel e a lente	95
CAPÍTULO III - EU, TERESA CRISTINA: UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA PELA ESCRITA	103
3.1. Nos rastros dos arquivos: a memória documental de Dona Teresa Cristina	103
3.1.1. O que é um arquivo? Qual sua importância para a história?	104
3.1.2. A letra de Teresa Cristina: uma “escrita de si” nos diários e cartas	108
3.1.3. Teresa Cristina Maria: uma imagem de si	110
3.1.4. D. Teresa Cristina e a escrita do cotidiano	117
3.1.5. Dona Teresa Cristina e os diários de viagem	123
3.1.6. As cartas da imperatriz Teresa Cristina Maria	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	159

RESUMO

Partimos das discussões acerca das muitas relações entre a memória e a história, tomando como referência Dona Teresa Cristina Maria, a última imperatriz do Brasil. Por meio dos rastros de memória podemos perceber que os indivíduos são frágeis, complexos e contribuem para uma invenção de memória. No caso da esposa de Dom Pedro II, temos como pano de fundo o imaginário acerca das mulheres brasileiras do século XIX e as muitas narrativas em torno de Teresa Cristina, que contribuíram para que se tornasse uma Mulher-Monumento na História do Brasil; igualmente consideramos os elementos que colaboraram para seu esquecimento. Desse modo, refletimos sobre a escrita de si da imperatriz, fazendo alusão à prática dos diários íntimos e de cartas nos círculos femininos. Consideramos que a figura de Dona Teresa Cristina Maria, refletida na historiografia brasileira, permanece como a da “boa mãe dos brasileiros”, conquanto seu arquivo íntimo sugira uma mulher cuja imagem de si se constrói nos limiares entre o público e o privado.

PALAVRAS-CHAVE: Rastros de Memória. Escrita de Si. Biografia. Monumento. Teresa Cristina.

ABSTRACT

We start our work with discussions about the relations between memory and history, taking Dona Teresa Cristina Maria, the last Brazilian Empress, as a reference. By the traces memory leaves, we can see people are fragile, complex and contribute to the invention of memory. In the case of Dom Pedro II's wife, we have the imagery about Brazilian women in the XIX century and the many narratives about Teresa Cristina, which helped her become a Woman – Monument in Brazilian History, as a background. We also take into account the elements which made her be forgotten. In this way, we think of the Empress's writing about herself, alluding to the practice of writing journals and letters among women. We think the figure of Dona Teresa Cristina Maria, represented in Brazilian historiography, remains as the representation of “the good mother of Brazilian people”, as her intimate archive suggests a woman whose image she has of herself is made between the public and the private domains.

KEYWORDS: Memory traces. Intimate writing. Biography. Monument. Teresa Cristina.

INTRODUÇÃO

A memória de um caminho

Este trabalho começou a ser pensado, em 2009, de forma simples, por meio de leituras e conversas com Mary Del Priore, a quem tive o privilégio de conhecer. A princípio, uma biografia de Dona Teresa Cristina foi uma possibilidade, haja vista não existir um trabalho sistemático que trate da última imperatriz do Brasil: uma personagem que consta nos livros de história somente como a esposa de Dom Pedro II. Contudo, surgia sempre a questão: por onde começar? Como tratar dessa personagem? Após definir que esse seria o objeto de uma pesquisa de mestrado e, por meio de orientações com o prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar, fomos traçando alguns pontos de discussão e metodologia para a realização da pesquisa.

Por meio das leituras de Ricoeur, Le Goff, Sabina Loriga, dentre outros pesquisadores de memória e biografias, foi possível tomar conhecimento das discussões sobre as relações entre história, memória e biografia, bem como das noções de rastro e invenção de memória. Sob esta ótica, procurei buscar os rastros da imperatriz Teresa Cristina, pensada agora pelo viés da “escrita de si”. Para tanto, emergiu, de imediato, a necessidade de tomar como fontes alguns de seus diários e cartas. Em nossas conversas, Alexandre e eu fomos articulando a pesquisa, com vias a manter uma reflexão biográfica, mas partindo das narrativas já existentes sobre a personagem que contribuíram para a manutenção de sua memória.

Este trabalho parte dos muitos caminhos da memória como meio de fazer a história, traço elementar na vida do ser humano. A memória, e seus rastros, sugere um fato importante: agimos em todos os momentos da vida e, concomitantemente, nos forjamos nesses percursos de ação. A noção de rastro é tratada de forma elementar e indispensável para a historiografia na tentativa de buscar o indivíduo e o que ele produz. Em nosso caso específico, falamos de Dona Teresa Cristina, presente nas tramas do conhecimento histórico.

No primeiro capítulo, “Rastros de memória”, investigamos os possíveis significados dos símbolos que entrelaçam a escrita e a vida que se escreve. Tratando de trazer as reflexões advindas da teoria literária, da psicanálise e da história, cada qual sublinha, da vida e da escrita, aspectos distintos, mas que se impõem a nós como ponto-chave para se entender a escrita de si como prática das mulheres brasileiras do século XIX. Portanto, não separamos a vida da escrita, ao contrário, na trajetória das transgressoras observamos como a atuação das mulheres não se sujeitava a uma concepção homogênea, patriarcal e extática da sociedade,

mas se deslocavam para espaços que, por vezes, não lhes eram permitidos; dessa forma, pela escrita de si, participavam da vida social e política, sendo agentes da história.

Esse primeiro capítulo está centrado numa reflexão teórica em que nos assentamos para situar nossa investigação sobre a imperatriz Teresa Cristina. A vida das mulheres do século XIX era constituída de muitos elementos e práticas distintas. Nesse aspecto, passamos pela trajetória de algumas mulheres que procuraram, através da escrita, firmar um lugar para si na sociedade burguesa e monárquica do Brasil.

No segundo capítulo, “Olhares da história: Dona Teresa Cristina e a invenção de uma memória”, a personagem é vista sob olhares diversificados na historiografia oitocentista e em narrativas posteriores. Fazemos um recorte de jornais da época que difundiam uma imagem idealizada da esposa de Dom Pedro II. Sob este prisma, analisaremos como seus mais populares adjetivos, “mãe dos brasileiros e modelo das virtudes femininas”, eram incorporados pela sociedade do Segundo Reinado, e tentaremos perceber como Teresa Cristina foi sendo amalgamada ao pensamento nacional como mulher-monumento, tendo como base textos que tratam do conceito da mulher virtuosa e suas muitas representações e construções.

Concomitantemente, faremos uma reflexão sobre a experiência biográfica na historiografia recente, em que as trajetórias de vidas são tomadas do ponto de vista da análise histórica, tendo em vista o ser humano que tece seus enredos ao longo da vida e se forja ao mesmo tempo. Passaremos, igualmente, pelas narrativas de historiadores ao longo do século XX até hoje que se voltaram para a trajetória da imperatriz, sendo que, algumas dessas narrativas ainda insistem em uma fixação pela mulher-monumento, modelo de virtude, a imperatriz arqueóloga, “calada, injustiçada, esquecida” pela historiografia, tal perspectiva acaba por acentuar o caráter idealizado e até santificado desta personagem. Partindo do pressuposto de que as “invenções de memória” são construídas e quase sempre cumprem uma finalidade, tal visão da “boa e santa velhinha” foi sendo construída pela própria imperatriz, por meio de seu silêncio, de seu comportamento enigmático. O silêncio sobre si próprio pode constituir uma gestão do indizível, ou um trabalho de administração de memória, conforme já afirmou Michel Pollak.¹

Outro elemento, que nos é interessante, se concentra na produção iconográfica sobre Dona Teresa Cristina, percebendo que sua imagem também fora manipulada para se contrapor à de Dom Pedro II, que aparecia como um grande imperador e um monarca-cidadão. A

¹POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, no 3, 1989, p. 3-15.

iconografia e o advento da fotografia foram de extrema importância na divulgação de comportamento e da construção de um imaginário sobre os indivíduos e seu modo de vida. Assim, tomaremos esses registros como o que eles são: “um vestígio histórico que é concebido, idealizado e inventado” (PAIVA, 2003, 17).

Por fim, o terceiro capítulo, “Eu, Teresa Cristina Maria: uma experiência de vida pela escrita”, é o ponto de chegada da narrativa onde, por meio de seus rastros, fala-nos um indivíduo que põe nas páginas de seus diários e cartas algo de genuíno, e fragmentado, sobre si mesmo. Existem vários diários e um volume considerável de cartas no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis-RJ, assim sendo, tivemos que priorizar e escolher – esse é o termo! – sobre quais nos deteríamos, considerando o período da pesquisa e algumas dificuldades de comunicação com membros da família que possuem documentos que nos auxiliariam; alguns, portanto, ficarão para outro momento de pesquisa, possivelmente, no doutorado.

Dessa forma, selecionamos fragmentos dos diários entre 1856 a 1887 e cartas escritas entre 1869 e 1888– onde se vê a escrita de uma mulher mais madura e com uma simbologia enraizada na mentalidade dos brasileiros. Priorizamos os fragmentos dos primeiros diários de Teresa Cristina e os diários escritos em suas viagens ao exterior na companhia do marido. Vale a pena frisar que a escrita de Teresa Cristina não está enquadrada no rol das transgressoras, mas, sua escrita sugere uma mulher que optou agir na intimidade e revela traços de sua personalidade, entre as lacunas existentes e em meio ao não-dito, podemos ver outros significantes desta mulher a respeito dos quais a historiografia ainda fala pouco, mas cuja névoa começa a se dissipar.

Para tanto, nos apoiamos nas transcrições, no caso dos diários, disponíveis no Museu Imperial. Todos os diários foram datilografados mantendo o idioma original, o italiano, nos arquivos pesquisados. Tendo em vista a escassez do tempo, não foi possível fazer uma comparação entre as transcrições e os manuscritos, como era nosso desejo. Suas cartas são originais e com um número considerável organizadas em várias coleções ressaltadas no decorrer do trabalho. Particularmente, tais registros têm mais a revelar de Teresa Cristina, visto que sua escrita epistolar se diferencia dos diários; na medida em que se dirige a membros da família e a pessoas mais íntimas, utiliza uma linguagem mais simples e afetiva, sendo necessário retomá-las posteriormente relacionando-as com a dimensão biográfica. Outros projetos futuros foram sendo discutidos com pessoas ligadas ao Arquivo Histórico do

Museu Imperial como por exemplo, uma organização das cartas para publicação, algo já realizado com as cartas de D. Leopoldina.

No que diz respeito à metodologia, constituiu-se um aprendizado, levando em consideração uma formação em outra área. Contudo, procuramos manter um rigor criterioso no trato com os documentos. Certamente, a pesquisa do mestrado foi um caminho percorrido aos poucos, no intuito de fazer a história e seguir os rastros de Dona Teresa Cristina.

CAPÍTULO I

RASTROS DE MEMÓRIA

ela iria escrever, dizia, quando me encontrasse dentro dela (refiro-me à memória, e não ao sexo, apesar das inegáveis parecenças) escrever dizia esboços a que eu pudesse dar um nome.

Maria Gabriela Llansol

1.1. Seguindo os rastros: a memória como meio

Uma operação! Eis como define Michel de Certeau o processo de investigação historiográfica; e de fato, nosso agir é conduzido sob essa certeza. Vasculhamos tudo o que podemos, vamos atrás do menor indício, e nossa operação é marcada, inclusive por traços pessoais, ligamos “ideias aos lugares” (CERTEAU, 2010, p.65), e, quando optamos pela memória de um indivíduo, essa postura fica evidente. No século XXI, o lugar do historiador parece um tanto opaco, em um mundo de muitas rupturas e buscas, repleto de novidades a todo tempo. Enfim, há muitas lacunas, muitos espaços em branco que exigem a atenção do historiador, contudo atualmente não se coloca em dúvida o papel da memória como auxiliar do trabalho historiográfico.

É-nos permitido buscar outras formas de entendimento para uma escrita da história, uma narrativa mais próxima do que entendemos como real. As muitas biografias publicadas ou em fase de pesquisa apontam para esse fato. Igualmente outros vestígios são procurados. Convictos da necessidade da permanência, a vida e a escrita são aqui tomadas como meio subjacente ao exercício da memória, em que o indivíduo faz de si mesmo objeto, algo a ser “desvendado”. Sabemos que a memória marca um lugar na história, embora seja impossível apreender todos os seus percursos, que apresentam fatos e pessoas em uma rede de “intrigas”, conforme salienta Paul Veyne (1971). Assim sendo, agimos nos limiares do descontínuo, em busca da figura e dos rastros da imperatriz Teresa Cristina Maria, esposa de Dom Pedro II, uma personagem emoldurada por idealizações e silêncios. A escrita de si em cartas e diários, nos possibilita outras leituras acerca de sua trajetória, vista sob esta panorama de representações em uma fixação de memória, ainda que escrever uma biografia não seja o objetivo central da pesquisa.

A ausência nos interpela, nos incomoda e nos aflige; a maior de todas, podemos dizer, é a morte. Não lidamos bem com esta “falta” e dificilmente a compreendemos, restando,

enfim, a conformidade. Mas até que ponto conseguimos enfrentá-la ou resignificá-la, transformando-a em uma “memória positiva”? “Devemos seguir em frente”, diz alguém, “a vida continua”, dizem outros. Dessa forma, passamos parte de nossa existência seguindo rastros, transformando, até onde nos é possível, os traumas e as ausências em cicatrizes. Assim, são vitais os caminhos da memória, nesse processo de “cura do passado” (NASCIMENTO, 2005, p.14). Esse percurso da memória é singular na busca pela “interiorização do outro em nós”, em face do luto, da falta. Como diz Nascimento:

O luto, desde sempre e de maneira estrutural, é o que estabelece a relação com o amigo, segundo a lei sem a qual não há amizade: um dos dois partirá antes do outro. E a morte mesma não é, como diz Derrida na homenagem póstuma a Lévinas, “primeiramente o aniquilamento, o não ser ou o nada, mas uma certa experiência, para o sobrevivente, do ‘sem- resposta’”. Esta não resposta como condição mesma da sobrevivência em relação ao desaparecido configura igualmente o trabalho impossível do luto [...] É porque o amigo estará, a partir de agora, em mim como imagem que a elaboração lutuosa jamais se completa, tornando o trabalho do luto assim impossível, ele permanece sempre a meio caminho (NASCIMENTO, 2005, p.13).

Diante do abrupto, do ausente desejamos manter algo que não está mais aqui concretamente, visível aos sentidos; é importante seguir seus rastros, deixar a memória fazer seu trabalho de torná-lo presente, olhar para essa imagem, esse “visível que vai além do vidente” (NASCIMENTO, 2005, p.14) sempre atento ao rastro que o outro nos deixou, mesmo que, num primeiro momento, deixemos de lado que esse outro não nos pertence, que é preciso deixá-lo ir, seguir em frente. Nessa perspectiva, a memória viabiliza, de maneira mais sensível, este passo importante rumo à emancipação de uma experiência traumática, qualquer que seja a sua circunstância. Assim, surge a possibilidade de uma retomada da vida diante dos novos significados advindos do exercício contínuo da recordação, vivenciando que o outro não está sob nosso domínio:

Pois na origem está o rastro do outro, “ou seja, ‘antes da percepção’, na véspera do sentido, sem deixar nenhuma chance a qualquer desejo inocente de verdade. Nesse sentido, a memória já se apresenta desde sempre enlutada pela perda constitutiva e não acidental de um dentre dois amigos, de um em relação ao outro, sem que nenhum dos dois tenha o poder de reter o traçado da morte, muito menos de resgatar a plenitude de uma presença anteriormente existente [...]. Para respeitar o outro enquanto outro é preciso deixá-lo aí, fora de nós, em sua morte [...]. O outro só é outro porque não posso guardá-lo como parte de mim, um objeto, um membro, uma propriedade, e essa é a consideração máxima que minha memória enlutada pode lhe ofertar (NASCIMENTO, 2005, p.14).

Ainda trilhando o caminho deixado pelos rastros do outro, Jeanne Marie Gagnebin (2006) ressalta que sem memória não há a possibilidade de reconstrução, pois ela permite

pensar nossa identidade e a própria História, neste caso, vinculada aos rastros de memória. Nesta via múltipla do recordar e (re) elaborar podemos perceber o quanto mudamos, como os outros e as coisas ao nosso redor mudaram e, por conseguinte, não podemos parar no tempo, de uma linearidade que não é, senão uma forma organizada de ver e julgar nossas escolhas.

Rastros não são criados de forma consciente, não são duradouros, são frágeis e aleatórios, “frutos do acaso” (GAGNEBIN, 2006, p.113) tentamos trazer, por meio deles, a presença daquilo que não existe mais e, ao mesmo tempo, evocamos a possibilidade e a necessidade do esquecimento, da ausência definitiva, visto que, o rastro é um meio, conforme ressalta Emmanuel Lévinas:

“O rastro não é um signo como outro. Mas exerce também o papel de signo. Pode ser tomado por um signo. O detetive examina como signo revelador tudo o que ficou marcado nos lugares do crime, a obra voluntária ou involuntária do criminoso; o caçador anda atrás do rastro da caça; o rastro reflete a atividade e os passos do animal que ele quer abater; o historiador descobre, a partir dos vestígios que sua existência deixou as civilizações antigas como horizontes de nosso mundo. Tudo se dispõe em uma ordem, em um mundo, onde cada coisa revela outra ou se revela em função dela. Mas, mesmo tomado como signo, o rastro tem ainda isto de excepcional em relação a outros signos [...]. O rastro autêntico [...]. decompõe a ordem do mundo; vem como em ‘sobre-impressão’”. (Apud GAGNEBIN, 2006, p.113-114).

O rastro é ambíguo, pode “ameaçar” a segurança de quem o deixou ou tenta eliminá-lo. A sombra da destruição, das intrigas, dos enigmas e do acaso parece estar sempre no horizonte da historiografia, ou de todos os que tentam desvendar os mistérios em torno do tempo e da memória dos indivíduos e dos acontecimentos. Apagar os rastros também se constitui como um fato, às vezes, até um desejo de muitos grupos sociais, o que leva Gagnebin (2006) a apontar para a fragilidade dos rastros. Nessa perspectiva, visualizamos uma mudança na noção desses vestígios que são encobertos, tornando-se assim, “resto do lixo” (GAGNEBIN, 2006, p.116). Para essa positividade do rastro Carlo Ginzburg (2007)² já assinala que a indagação historiográfica surge de diversas formas e se desenrola por caminhos sobre os quais o historiador nem sempre tem o controle, apesar de inevitavelmente se deparar com o fato dito real ou sua representação no caminho de uma “narrativa verídica” dos acontecimentos.

² Nesse trabalho o historiador faz uma reflexão tratando de temas já amplamente debatidos quando se fala da objetividade do conhecimento histórico e a representação no decorrer dessa narrativa, mas o que fica claro é que a história também se orienta pelos rastros que sinalizam para uma verdade, se bem que esta também é fabricada. Vê-se, desse modo, que não conseguimos nos desvencilhar da antiga dicotomia entre o verídico e o fictício na narrativa historiográfica.

Mas onde se encontram os rastros, qual a importância que damos a eles e qual o seu valor? Para tentar vislumbrar respostas, Paul Ricoeur (2007) também se debruça nos significados dos rastros de memória:

Na verdade, é a própria significação da noção de rastro, em relação ao tempo decorrido, que nos empenhamos em esclarecer. A dificuldade com a qual esbarra toda a empreitada resulta de um fato simples: Todos os rastros estão no presente. Nenhum deles exprime ausência, muito menos anterioridade. Então é preciso dotar o rastro de uma dimensão semiótica, com um valor de signo, e considerar o rastro como um efeito-signo, signo da ação do sinete sobre a impressão [...]. Em resumo, para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente [...]. Quanto à função mnemônica, ela é especificada, entre todas as outras pela relação da representação com o tempo e, no cerne dessa relação pela dialética de presença, ausência e distância que é a marca do fenômeno mnemônico. Apenas o discurso mental o explica (RICOEUR, 2007, p.434-435).

Nessa perspectiva existem, para Ricoeur, vários processos, inclusive mentais, sobre a noção e a importância dos rastros na vida individual e coletiva. Ele diferencia, à guisa de exemplo, os rastros sensoriais dos materiais, sendo que, nesses últimos a “presença” é algo real, não existindo distância entre o aquele que o deixou e o investigador. Fica claro que falamos de um lugar no presente, nos situamos nele e, às vezes, assumimos os riscos dessa certeza. A II Guerra Mundial ficou como grande expoente de segregação de grupos que não correspondiam aos ideais nazistas de superioridade e pureza. A experiência do trauma que fica presente na memória traz outros lugares para as vítimas, uma nova evocação da vida, do que restou. A palavra é refazer-se.

Dessa forma, a intimidade era o grande trunfo dos indivíduos e grupos que tentavam manter seus laços de afeto ou culturais. O “deixar rastros” era, então direcionar a práticas pessoais, tais como guardar objetos, reunir a família, celebrações, livros, animais, etc.. Uma luta para manter o controle da própria existência diante de uma sociedade fragilizada e destruída pela intolerância, criando, assim, uma resistência anônima e particular, evidenciando o que seria uma questão central no mundo pós moderno: o individualismo.

Portanto, é fundamental perceber a importância do papel dos rastros quando nos propomos trilhar os espaços da memória de outros sujeitos, de outras épocas. Paul Ricoeur sustenta que os múltiplos rastros deixados ao longo do tempo são “operações da memória”, sendo, por sua vez, um trabalho historiográfico. No que ele denomina de “esboço fenomenológico da memória” (RICOEUR, 2007, p.40) fica evidente o caráter sensível da recordação, do constante exercício mental em manter presente fatos e pessoas que já não estão mais no tempo e no espaço, tendo como resultado uma ação “bem sucedida” do ser humano

que elabora um agir consciente e consegue ser livre na medida em que, assume as consequências de suas escolhas, da capacidade de efetuar mudanças e de seus próprios sentidos. Para vislumbrar os meios da memória, retomemos uma citação recorrente de Ricoeur que coloca a memória como mecanismo essencial no processo de auto conhecimento e da elaboração de sentido:

Uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado desse ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento, e que evocaremos longamente no momento oportuno, não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória. Se podemos acusar a memória de se mostrar pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar (RICOEUR, 2007, p.42).

Nessa ótica, Ricoeur aproxima-se de Bergson (2006), quando aponta os traços que atravessam o cotidiano da memória. Os acontecimentos nos afetam distintamente, “simplesmente ocorrem”. É evidente que essa discussão é muito complexa ao considerarmos o conjunto de situações que despertam e abrem as portas da memória, todavia procura-se perceber as muitas possibilidades nas “tramas da memória” (NORONHA, 2007, p.14) presentes no agir histórico evidenciado por Ricoeur no que chama de “plano fenomenológico”,

No plano fenomenológico, no qual nos situamos aqui, dizemos que nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular. Mas abre-se um leque de casos típicos entre dois extremos das singularidades dos acontecimentos e das generalidades, as quais podemos denominar “estados de coisas”. São também próximas do acontecimento único as aparições discretas (dado o por do sol, numa tarde especial de verão). Ora, coisas e pessoas não aparecem somente, elas reaparecem como sendo as mesmas; e é de acordo com essa mesmidade de reaparecimento que nos lembramos delas (RICOEUR, 2007, p.42).

No percurso da memória entre o recordar e o esquecer, a figura de Dona Teresa Cristina se coloca nessa dinâmica do tempo. Sendo a esposa de Dom Pedro II, sua memória está intimamente ligada à figura do monarca brasileiro ficando, por assim dizer, sob sua sombra. Portanto, a dimensão do esquecimento da memória de Dona Teresa Cristina é uma chave da pesquisa que nos propomos. Uma memória que se manifesta nas narrativas que foram produzidas e em seus arquivos pessoais, por meio desses fragmentos da história, algo próprio da personagem é revelado através dos vestígios que ela deixou.

1.1.1. Limiares da memória: os rastros do passado e o esquecimento

Percebemos o porquê falar da relação entre História, memória e indivíduos sempre foi uma tarefa incômoda e nem sempre vista sob a mesma ótica. Esse desconforto tem como causa vários fatores, dentre os quais o lugar que a memória ocupa no campo da historiografia, e o caráter enigmático contidos nas formas de representação do passado, pois a memória está sempre relacionada à lembrança e ao esquecimento.

O conceito de memória é crucial para a compreensão do indivíduo na história, de acordo com Jacques Le Goff (2003). O processo da memória no homem faz intervir não somente a ordenação de vestígios, mas também as releituras desses, levando em conta o processo de aprendizagem em que o ser humano se desenvolve e apreende realidades internas e externas. Para Pierre Nora (2008, p.18) a história e a memória não são sinônimas. A história está sempre em construção, incompleta enquanto vivência do que já não existe mais. A memória, por sua vez, é um fenômeno sempre atual.

Outros historiadores tratam do tema de forma diversa e destacam a força das vivências humanas nas relações sociais, e como cada sujeito interage com o tempo e com seus lugares singulares dentro de uma historiografia, que também se ocupa dos grandes eventos históricos.

Seguindo as reflexões de Manuel L. Salgado Guimarães (2007) a memória aparece como “força criativa de cultura” e com um objetivo central na vida das sociedades contemporâneas, assumindo diferentes formas. Mas como um “dever de memória”, num esforço constante de representificação do passado e emancipação dos indivíduos, que sofreram algum tipo de trauma, esse trabalho de tornar presente o que se passou por meio do trabalho da memória. Neste caso, enfatizada como recordação, exercício, e não como simples lembrança, a memória vai ao encontro com o ofício do historiador:

A recordação constitui-se como condição de possibilidade de nosso ofício, um exercício submetido a demandas de natureza social e a regras originadas numa comunidade de profissionais. Isso porque o passado só pode ganhar vitalidade (entendida como força criativa e significativa para uma cultura) como trabalho e captura de determinado presente. Diria mesmo que o passado só poderá ganhar significado como parte desse trabalho à semelhança do presente, rompendo a distância temporal que permeia experiências sociais diversas (GUIMARÃES, 2007, p.27).

Temos aqui a esfera da experiência ligada às memórias que são construídas permanentemente e desenrolam-se em níveis distintos como, por exemplo, memórias pessoais, familiares, nacionais; agrupamento de objetos do cotidiano, fotografias, coleções,

diários e cartas. Nesse sentido, constituímos uma memória interior, pessoal, carregada de experiências, mas que se articula com aspectos exteriores, em uma perspectiva social e coletiva:

Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das re-presentações (ou re-presentificações) do pretérito [...]. Significa isto que a recordação, enquanto presente-passado, é vivência interior na qual a identidade do *eu*, ou melhor sua ipseidade, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa (CATROGA, 2009, p.12).

Chegamos a um ponto central desta pesquisa que se preocupa em seguir os rastros deixados pela última imperatriz do Brasil acerca de si mesma e na forma como era reconhecida no imaginário naquela sociedade que a idealizava. Priorizaremos o indivíduo, neste caso partindo da mulher Teresa Cristina e de seus adjetivos mais populares: mãe dos brasileiros e modelo das virtudes femininas.

A experiência individual é, portanto, vista pelo prisma da memória, de seus variados meios de uma percepção, ainda que, fragmentada a partir de um período específico da História do Brasil, sabendo-se que tal época é emblemático para entender a constituição da cultura brasileira, composta de múltiplos sujeitos e elementos. As mulheres brasileiras, seguindo os moldes europeus, constituíam práticas pessoais que as destacavam frente a um universo patriarcal, onde o masculino se impunha como mais importante no “jogo de intrigas” que constrói a história.

Assim, reconhecendo a possibilidade sempre presente do esquecimento e de sua ação enigmática, faz-se necessário um olhar sobre a interação desses três agentes: passado, presente e sujeitos concretos. Qual a necessidade de olhar para os rastros deixados pelos homens do passado? A que meios recorreremos ou quais rejeitamos? Acreditamos que, conforme Le Goff, citando Hobsbawm, pode ser importante para uma sociedade invocar os acontecimentos ou pessoas de outro tempo:

O passado só é rejeitado quando a invocação é considerada inevitável e socialmente desejável. Quando e como as palavras “novo” e “revolucionário” se tornaram sinônimos de “melhor” e “mais desejável”? [...]. Os indivíduos que compõem uma sociedade sentem quase sempre a necessidade de ter antepassados; é esta uma das funções dos grandes homens [...]. Coexistem cronologias históricas e não históricas, e temos que admitir a persistência de formas diferentes de sentido do passado. Nadamos no passado como peixes na água e não podemos escapar-lhe (HOBSEBAWN, 1972, apud LE GOFF, 2003, p.218).

Esta passagem nos faz pensar na necessidade de suspensão de uma forma de cronologia fixa e imóvel, defendida por uns e desconstruída por outros. É evidente que o passado é algo fora de nós, que já não nos pertence, por isso buscamos seus vestígios de todas as formas possíveis por meio de signos, objetos, pessoas. Portanto, é como se fosse indispensável ver tais vestígios em sua época, na medida do possível, e não olhá-los como homens e mulheres do século XXI cobrindo-os de nossos critérios de julgamento. Tentaremos ver Dona Teresa Cristina em sua época, evitando antecipações ou comparações com a própria progressão na história das mulheres e suas práticas sociais, embora, o “fantasma” do anacronismo sonde nosso trabalho, conforme já escreveu Nicole Loraux:

O anacronismo é o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método, do qual basta apenas o nome para constituir uma acusação infame, a acusação – em suma – de não ser um historiador, já que se maneja o tempo e os tempos de maneira errônea. Assim, o historiador em geral evita cuidadosamente importar noções que sua época de referência supostamente não conheceu, e evita mais ainda proceder a comparações – por princípios indevidas – entre duas conjecturas separadas por séculos. Mas, com isso, o historiador corre inevitavelmente o risco de ser entravado, impedido sem perturbação de consciência à prática da analogia (LORAUX, 1992, p.57).

Sobre a questão do anacronismo sabemos que uma dose de interpretação se coloca entre o historiador, seus objetos e fontes, até porque não nos deteremos a uma discussão sobre o tempo e a história, não obstante, é importante frisar, que o historiador não separa sua prática de uma teoria na tentativa de reorganizar períodos ou constituir narrativas sobre o vivido.

O perigo do anacronismo consiste, segundo Loraux, quando leva ao “desentendimento” entre o trabalho historiográfico, o passado e presente (REIS, 2011, p.11), tornando a reflexão sobre o futuro sempre ancorada nas vivências do passado. O elogio proposto é a necessidade de que um tipo de elo seja estabelecido entre o passado e o presente. Em outras palavras, nossos critérios de investigação acabam levando nossos questionamentos e expectativas ao longo do trajeto, e o historiador tem o dever de constatar e de “traduzir” as mutabilidades do homem na história. E os temas ligados à apreensão do passado, o indivíduo, a totalidade da vida se inserem nas escritas biográficas, como veremos, uma constante dicotomia parece se interpor nesse percurso do fazer história.

1.1.2. Escrever: corpo na escrita

É preciso escrever para não morrer

Maurice Blanchot

Cabe perguntar? o que é a escrita? Quem escreve e por que escreve? Qual o significado desse rastro para a historiografia? Primeiramente, pensemos na permanência, na letra sobre o branco, no ato de inscrever-se no texto. Estas são algumas características que aparecem na ponta da pena dos autores que pensam a escrita e sua relação com escrevente. A letra perpassa os sentidos daquele que escreve e do que lê. A vida é presente, esta “matéria vivível ou vivida”. Como afirma Deleuze:

A literatura está antes do lado do informe, ou do inacabamento, como Gombrowicz o disse e fez. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa toda matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrever, estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, num devir-molécula, até num devir-imperceptível (DELEUZE, 2011, p.11).

Fica claro que, para Deleuze, o ato de escrever é um traço do corpo, do sujeito em viva relação consigo mesmo e com as coisas. No entanto, os sujeitos inacabados, aprendem e desaprendem, vivem e morrem no instante da escrita, constituem como um “devir-índio”, mas que não sabe cultivar a planta, o solo para dele tirar seu alimento ou um atleta, que nada tem a ver com sua atividade física, abre-se a outras formas, outras possibilidades.

A questão ainda esta aberta: que é escrever então? Ou o que não é? Primeiramente, a escrita vem sempre relacionada com o ato de escrever, constituído de símbolos de diferentes contextos: À guisa de exemplo, o dicionário online *Michaelis* define escrita como aquela que se produz segundo um código secreto ou cifra, já para a enciclopédia online Wikipédia a escrita é um conjunto de comunicação, desenvolvida pelas sociedades humanas. Parece simples e pragmática tal noção. Contudo, o processo ou ato de escrever é bem mais amplo e problemático e, conforme Roland Barthes, a escrita “é uma realidade ambígua: nasce incontestavelmente de um confronto do escritor com a sua sociedade” (BARTHES, 2004, p.15).

Ainda lendo Deleuze, verificamos a não evocação de interioridades excessivas e puramente românticas ou do mundo no ato de escrever, relação que corriqueiramente damos para o poeta e sua escrita, mas que há muito foi superado. A escrita para esse autor não tem a ver com uma “projeção” de nossa imaginação ou subjetividade para o real ou pelo menos, para o que julgamos ser a realidade. É a presença, mais uma vez, do “indefinido”, este artigo que muitas vezes nos escapa:

Escrever não é contar as próprias lembranças, suas viagens, seus amores e lutos, sonhos e fantasmas. Pecar por excesso de realidade ou de imaginação é a mesma coisa: em ambos os casos é o eterno papai-mamãe, estrutura

edipiana que se projeta no real ou se introjeta no imaginário. É um pai que se vai buscar no final da viagem, como no seio do sonho, numa concepção infantil da literatura (DELEUZE, 2011, p.12).

Assim, caminhamos para outra lição sobre a relação entre a escrita e a vida. Seguimos os rastros que os indivíduos deixam, ao longo de sua trajetória, esses vestígios da história que, como detetives, buscamos mapear. Daí a escrita pode ser vista como signo ou rastro que desejamos encontrar. Contudo, ainda se faz necessário trilhar outros caminhos de construção e desconstrução.

Pensando sob este prisma desconstrutor, no que tange a escrita, a psicanálise lacaniana oferece algumas contribuições importantes. Paralelamente à discussão sobre a literatura e a escritura, novas propostas são apontadas pela psicanalista Ana Maria N. Machado (1998)³ que ressalta a falta de uma teoria da escrita, uma elaboração para além das formulações clássicas dos teóricos da literatura e da linguagem. Aqui a escrita está em outro lugar, diferente até da literatura (MACHADO, 1998, p.29); a autora se propõe a um denso estudo das noções sobre a escrita na obra de Sigmund Freud e Jacques Lacan, analisando conceitos clássicos da psicanálise, tais como, sujeito, inconsciente e significante, bem como sobre a possibilidade de pensá-los na elaboração escriturária.

Segundo a autora, para a psicanálise as ações dos sujeitos passam por vários mecanismos presentes no inconsciente. Assim sendo, a escrita está diretamente ligada às inconstâncias deste mesmo sujeito e, portanto, não pode ser reduzida a meras formastipológicas ou marcas culturais, por não ser um simples instrumento de manutenção ou de conhecimento de uma determinada cultura, embora este aspecto não seja de todo desconsiderado. Em Lacan são “complexas” as relações entre sistemas orais e escritos, portanto, não há uma formulação científica que identifique os elementos primordiais da escrita. Ainda existem somente aproximações de uma teoria, pois, as tentativas de lingüistas e historiadores partem, *a priori*, de uma ação investigativa mais empírica na procura dos rastros.

Tanto na obra de Freud quanto na de Lacan, o texto escrito ocupa um lugar privilegiado onde o sujeito e sua complexa estrutura psíquica se derramam sem restrições. Ocorre uma imbricação fundamental entre a escrita e a palavra, uma similitude entre letra e

³MACHADO, Ana Maria Netto. *Presença e implicações da noção de escrita na obra de Jacques Lacan*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. A obra ocupa-se das muitas formas de compreensão da escrita. A autora debruça-se sobre os teóricos da literatura e da linguagem, como, Jacques Derrida, Ferdinand Saussure. Reivindicando um lugar privilegiado de uma teoria da escrita, esta, não é concebida um simples código histórico das sociedades e, tampouco, está limitada a elementos utilitários. Sua importância vai ao encontro de uma compreensão complexa do sujeito e seu inconsciente tratados por Lacan em seus *Seminários*, ele que por sua vez, fundamenta-se nos estudos freudianos.

sentidos. Embora a perspectiva da escrita como rastro não figure propriamente em Lacan, observa-se uma singularidade conferida por ele a esse significante que é a palavra representada pela escrita,

O que eu vou terminar de dizer-lhes é que, é na escrita que nós vamos ficar hoje, que a escrita é, em suma, alguma coisa que se encontra no fato de ser essa representação da palavra, sobre a qual vocês vêem bem que eu não insisti. Representação significa também repercussão, porque não é nada certo que sem escrita tenha havido palavras. É esse justamente a representação que faz as palavras como tais (LACAN, 10 de março de 1971, apud por MACHADO, 1998, p.256).

Em suma, para a psicanálise lacaniana, a escrita não se reduz a simples instrumento ou à forma linguística. É o espaço do sujeito e de seus significantes onde ele se identifica e constitui a “divisão fundamental da existência do inconsciente” (MACHADO, 1998, p.258). Reivindicada pela psicanálise, essa teoria da escrita põe-se a caminho paralelamente com a historiografia. A história tem compreendido a importância de perceber a ação dos sujeitos em distintos meios, assim, conforme a autora, a historiografia só tem a ganhar e a ampliar seus horizontes conhecendo mais de perto a teoria lacaniana dos significantes, apropriando-se das noções de “rastro e traço” (MACHADO, 1998, p.258), tão conhecidos dos historiadores.

1.1.3. Dos usos da palavra e da escrita para a História: os diferentes funcionamentos da linguagem

Na tentativa de compreender o universo linguístico e historiográfico nos remetemos a Michel de Certeau (2010), que trata de maneira elaborada e minuciosa o papel da escrita historiográfica na busca do conhecimento do passado e suas representações. Quando Certeau fala de escrita ele está pensando No processo de elaboração de um passado que não existe mais, portanto, vamos de encontro à questão da representação, que é constituída por diferentes significantes. Nesse aspecto o papel do sujeito é preponderante na busca de conhecimento e, até certo ponto, é aquele que intencionalmente produz este conhecimento e seus códigos (linguagem).

É impossível, num primeiro instante, pensar a história sem os eventos cronológicos, e isto, acaba sendo uma imposição do saber historiográfico. Pensando esta maneira cronológica de ver os fatos, a escrita está imbricada num espaço de “servidão” (CERTEAU, 2010, p.94). Torna-se uma categoria que aprisiona e limita até mesmo, o texto, a palavra escrita e é vista como uma “escrita em espelho” engenhosa e dúbia, mas presente. Não obstante, na constante

dicotomia do ausente e do presente, a historiografia revela a lacuna, a ausência, presença de morte – voltamos à noção dos rastros de memória – revelando o poder da palavra, signo que é vida e que se faz texto nas mãos do historiador:

De fato, a escrita histórica -ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios das cidades; exorcisa e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. Representando nas duas cenas, ao mesmo tempo contratual e legendária, escrita performativa e escrita em espelho, ela tem o estatuto ambivalente de fazer história [...]. Tornando precisos alguns aspectos da construção historiográfica, as relações de diferença e de continuidade, que a escrita mantém com uma disciplina de trabalho, podem aparecer melhor, mas também sua função social como prática se evidenciará com maior clareza (CERTEAU, 2010, p.95).

Entendemos a palavra como sendo um elemento próprio dos sujeitos e sua intimidade com o ato de escrever, Certeau vai ao cerne do cristianismo e de suas práticas dando enfoque às diferenças constitutivas de um discurso burguês erudito *versus* discurso popular. A percepção diferenciada dos grupos sociais no que concerne à sua vida cotidiana, seus sistemas de crenças, do mundo e de seus papéis, acaba por contribuir na criação de discursos e ideias fragmentadas e, por conseguinte, faz do uso da palavra um poderoso elemento.

Para tanto, são colocadas em dois lados a palavra escrita e a oralidade (CERTEAU, 2010, p.186). O enfoque de Certeau na escrita historiográfica nos permite visualizar seus múltiplos desdobramentos na representação do passado que, indiscutivelmente, passam pelas categorias de escolha e por interesses ideológicos de determinadas classes. É fundamental perceber a maneira como a palavra é percebida e utilizada pelas sociedades, particularmente as que têm uma tradição oral mais arraigada, vale mencionar a tradição judaico-cristã, que num primeiro momento, tinha na palavra sua base, sendo depois chamada de religião do texto em que a palavra revelada é o grande instrumento da vida das pessoas.

Uma relação de oposição se estabelece entre o escrito e o oral, na medida em que as variadas formas de poder interagem e determinam a finalidade da palavra e do discurso, indo da oralidade para o texto escrito, signo de liberdade e de cultura,

A escrita refará a sociedade, da mesma forma, que o indício do poder que a burguesia esclarecida se confere. Mas no próprio interior da cultura esclarecida, a oralidade muda de estatuto na medida em que a escrita se torna a articulação e a comunicação dos trabalhos pelos quais uma sociedade constrói o seu progresso. Ela se desloca, como que excluída da escrita. Isola-se, perdida e reencontrada, nesta voz que é a natureza, da mulher, da criança, do povo (CERTEAU, 2010, p.186).

Nesse jogo linguístico o corpo fala, sente, sofre, goza, vive e morre. Para Certeau, a dimensão do corte, do desaparecimento, da “falta de um lugar” (CERTEAU, 2010, p.312) favorece o surgimento de uma escrita. Um movimento gera o deslocamento do sujeito, o exílio, a impossibilidade da língua e da palavra⁴.

Em um espaço de memória é que se desenrola o processo escriturário, uma memória é evocada; no entanto, nos diz Certeau, isso se dá mais acentuadamente no sentido da forma do que no conteúdo da memória onde uma repetição mórbida e traumática é recolocada e ressignificada em um outro espaço emancipador, que somente é possível pela “boa memória” que, nesta linha, permite uma libertação e um movimento positivo com relação a existência. Da morte ao nascimento, se dá a importância deste corpo que escreve e que, ao escrever, está presente no campo literário. Para a historiografia pode parecer um tanto estranho estas impressões tão pessoais e poéticas, mas que são reais:

É necessário morrer de corpo para que nasça a escrita. Esta é a moral da história. Ela não prova senão graças ao sistema de um saber. Ela se conta. A “fantasia” que a receita não está autorizada por um lugar próprio, mas é tornada necessária pela dívida que, para ela, significa um nome. Constrói-se a partir do nada (nichts: não tenho nada a perder) e da obrigação (não te esquecerei). Deixado de ser o discurso que dá a coisa ou que sustenta um lugar, o texto se torna ficção [...]. Sob este aspecto a escrita é repetição, é próprio trabalho da diferença. É a memória de uma separação esquecida. Retomando Walter Benjamin a propósito de Proust, poder-se-ia dizer que ela tem a “forma” da memória e não o seu “conteúdo” (CERTEAU, 2010, p. 314-315).

Em suma, falamos de romance, ficção e escrita historiográfica. Existe uma linha tênue entre o fato e a tentativa de representá-lo, assim sendo, somente uma narrativa com seu caráter ficcional, conforme já declarou Hayden White (1995), é capaz de trazer uma possibilidade de compreensão de um passado já perdido para os sentidos. O historiador-escritor pode utiliza-se desse meio, mesmo que pareça incompatível com o saber historiográfico, torna-se responsável pelo dever de salvamento da morte. Em suma, a memória, a escrita e a vida estão em permanente relação.

1.2. Escrever-se: um lugar para *si* na escrita e na história

⁴Aqui Michel de Certeau traz a figura de Freud e sua experiência de deslocamento, de ausência de um lugar, de uma língua durante o Holocausto. Não existe mais um espaço, um lugar próprio, sendo necessário preservar, salvar do nada advindo da vivência freudiana do trauma. No texto, a escrita – palavra – é permitida, experimentada em outro terreno (romance), a possibilidade da psicanálise e da fantasia que é deslocada para sistema escriturário da historiografia (p. 313).

Apercebo-me então da escrita tal como ela é, um tecido de desejos através do qual nos deslocamos, luta entre o estabelecido e as recordações que querem libertar-se no arquivo do texto.

Maria Gabriela Llansol

Ao longo da vida muitos fatos atravessam nossa história. Buscamos e desejamos muitas coisas, e mudamos consideravelmente neste trajeto: quando nos confrontamos, agimos de formas variadas, assim como, quando nos mostramos aos outros criando e desfazendo imagens de nós mesmos, e também, quando despertamos sentimentos de todos os tipos em nossos círculos de relações.

Escrever constitui-se um caminho, ou uma opção para viver, libertar-se e até desaparecer. Pensando na trajetória de Dona Teresa Cristina percebemos que algo de estranho e um tanto nebuloso e enigmático se apresenta diante dos poucos olhares que se voltaram para sua pessoa. Tendo em vista sua figura fixada pela história temos a compreensão de um sujeito atuante, que deixa sua marca, seus rastros, fazendo de sua própria vida um palco repleto de papéis, uma folha em branco pronta para ser preenchida; uma vida que se escreve e, portanto, esse sujeito se vê deslocado para vários lugares em si mesmo, e com os outros.

Para tanto, nos referenciamos em Paul Ricoeur (1991)⁵ que tenta compreender as múltiplas facetas do sujeito que busca se conhecer e se constituir num processo histórico. Um movimento que o leva para *si* e para fora, que cria um laço com o mundo e com as pessoas que o cercam. Não é tarefa fácil definir o sujeito e mesmo sua voz nos parece por vezes incompreensível e cheia de dicotomias. Segundo Ricoeur, o sujeito está imerso em uma movimentada atuação que reflete diretamente no seu agir histórico e, por conseguinte, no tempo. Em outras palavras, ele é um “homem capaz” que gera em torno e para si, idas e vindas para dentro e para fora.

No entanto, não se ouve uma voz do “Eu” (ego), da primeira pessoa, mas sim, um “Si reflexivo de todas as pessoas” (PIVA, 1999, p.208). Estamos dialogando com as noções de subjetividade, uma postura interna, que coloca o sujeito para si, na sua pessoalidade frente aos outros, ao passo que, a subjetividade é uma reflexão sobre si mesmo, manifesta interiormente. Para Ricoeur, o sujeito não está fechado em si mesmo, mas é marcado por diversas experiências de si e do outro – é ativo e passivo – simultaneamente. Temos aqui uma reflexão filosófico-hermenêutica sobre a *ipseidade* e o si mesmo, sem dúvida, uma discussão complexa na tentativa de entender como estes dois pólos interagem e divergem: *ipseidade* e alteridade;

⁵RICOEUR, Paul. *O si mesmo comoum outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

A primeira intenção de Ricoeur é de marcar “o primado da mediação reflexiva sobre a posição imediata do sujeito, tal como ela se exprime na primeira pessoa do singular: ‘eu penso’, ‘eu sou’”. Assim, o sujeito, por seu estatuto reflexivo e indireto (isto é, não se põe absoluta e imediatamente) passa por uma série de “desvios”, pelo desvio da análise da experiência em que se desenvolve progressivamente a identidade do si: a experiência lingüística, prática, narrativa e ética. Através destes desvios, a ipseidade se aproxima de sua identidade ao retomar reflexivamente suas objetivações. O sujeito é opaco a si mesmo e não se reapropria senão pelo desvio dos sinais, das obras e dos monumentos saídos de sua atividade (PIVA, 1999, p.208).

Emerge dessa discussão uma relação dialética do mesmo e do diverso que é desenvolvida na narrativa, ponto de encontro onde o sujeito se constitui como tal. Portanto, aqui observamos um salto, uma superação no que tange às faculdades do *cogito* cartesiano que, grosso modo, no seu exercício aponta para o ser humano sua existência:

Para dizer a verdade, a dialética do si mesmo e do outro não terá faltado aos estudos precedentes nem aliás a da ipse e do idem. Em nenhuma etapa o si terá sido separado de seu outro. Resulta que essa dialética, a mais rica de todas, como lembra o título deste trabalho, só encontrará seu pleno desenvolvimento nos estudos colocados sob o signo da ética e da moral. A autonomia do si surgirá aí intimamente ligada à solicitude com o próximo e à justiça para cada homem. O exame rápido que acabamos de propor dos estudos que compõem este trabalho dá uma primeira ideia da distância que separa a hermenêutica do si das filosofias do Cogito. Dizer si não é dizer eu. O eu se põe ou é deposto. O si está implicado a título reflexivo nas operações cuja análise procede a volta para ele próprio. Nessa dialética da análise e da reflexão enxerta-se a do ipse e do idem (RICOEUR, 1991, p.30).

Vemos um sujeito distinto do Eu, mas que é concreto e ancorado na dimensão histórico-temporal, portanto, objeto e agente da História, um “personagem de narração” (PIVA, 1999, p.209). Entra em cena um “si” que se vê e se percebe no ato narrativo e esta é vista como o espaço próprio de entendimento e identidade do sujeito, indo para além de uma pessoalidade para uma “identidade narrativa” (SANTOS, s/d) em todas as formas de narrativas literárias, inclusive ficcionais, em que está presente uma perspectiva de temporalidade:

O frágil rebento oriundo da união entre história e ficção é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos chamar de identidade narrativa. O termo “identidade” é aqui tomado no sentido de uma categoria prática. (...) Responder à questão “quem?”, como o dissera Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história narrada diz o quem da ação. A *identidade do quem é apenas, portanto, uma identidade narrativa*. Sem o auxílio da narração a problemática da identidade pessoal está, com efeito, fadada a uma antinomia sem solução [...]. desaparece o dilema se substituímos a identidade compreendida no sentido de um mesmo (idem) pela identidade do sentido de um ipse; a diferença entre idem e *ipse* não é senão a diferença uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa (RICOEUR, 1997, p.424-425, apud. SANTOS, s/d).

A narrativa fornece ao sujeito uma possível reflexão sobre si mesmo e de narrar algo concernente a uma auto constituição. Portanto, diferentemente de Blanchot e de Barthes, o sujeito aqui é constituído, simultaneamente leitor e escritor de sua própria vida, falando propriamente de uma autobiografia, vivenciando uma “refiguração” de suas experiências no tempo e no espaço. O narrador tenta nortear-se por um “efeito de verdade” no emaranhado mundo da intriga, havendo uma alternância evidente entre o que narra e o que lê. Dessa forma, pensamos em Dona Teresa Cristina neste emaranhado de intrigas e autoconstituição de sionde ações em que verificam-se ações que não se confundem necessariamente:

O passo decisivo em direção de uma concepção narrativa da identidade pessoal é dado quando passamos da ação ao personagem. É personagem aquele que faz a ação na narrativa. A categoria do personagem é, portanto, ela também, uma categoria narrativa, e seu papel na narração depende da própria inteligência narrativa que a intriga a si mesma. A questão é então saber o que a categoria narrativa do personagem traz para a discussão da identidade pessoal. A tese aqui sustentada será que a identidade do personagem compreende-se por transferência para ele da operação da intriga primeiramente aplicada à ação relatada; o personagem, diremos, é ele próprio a intriga (RICOEUR, 1991, p.170-171).

1.2.1. Uma estética da existência

Quando pensamos em existência, sujeito, estética, é fundamental o trabalho de Michel Foucault (1985) Através de seus estudos sobre os “cuidados de si”, dos prazeres e da sexualidade, chegamos a uma arte de viver. Foucault parte das primeiras concepções nos séculos I e II acerca dos cuidados da existência que, invariavelmente, nos remetem a pensar no sujeito e nos outros, e igualmente, na noção de “escrita de si”.

O sujeito é único e múltiplo em seu convívio social. Na antiguidade clássica existem várias questões em torno das práticas de si e da “arte de viver”. Nessa hermenêutica, as problematizações da existência relacionam-se com o corpo (sexo) e a economia (sociedade). Na antiga tradição cristã observa-se a prática da introspecção, do voltar-se para si mesmo buscando um encontro com Deus e a evolução espiritual com o intuito de libertar-se dos enganos do mundo.

Foucault analisa algumas “técnicas de si”, por exemplo, a ascese monástica, os exames de consciência e a “interpretação dos sonhos” (ORTEGA, 1999, p.69). Os gregos, por sua vez, pensavam o indivíduo na *Pólis* e não como um “sujeito da autoconsciência” (ORTEGA, 1999, p.72). Não obstante, Foucault parte das investigações sobre o sujeito e a moral

(autônoma) utilizando-se da noção grega de “usos dos prazeres”⁶ (ORTEGA, 1999, p.73) que implica uma atitude de moderação que enxerga os desejos e paixões como um inimigo a ser combatido desejando uma *areté* (virtude),

A moderação exercida pelo homem livre não corresponde a uma lei, à qual o indivíduo se submete, nem a um código que se tenta definir, mas à procura de um estilo, de uma estilização do comportamento configurada segundo os critérios de uma estética da existência, ou seja, das formas “por meio das quais o homem se apresenta e se esboça, se esquece ou se desmente ante seu destino de ser vivo mortal”. Moderação é uma questão de escolha, de estilo, de atitude (e não de atos ou desejos); ela encara a vontade de dar forma à existência [...]. a elaboração de si como sujeito moral só é possível através de um exercício, de uma ascese (ORTEGA, 1999, p.75-76).

Para Foucault o sujeito é historicamente construído; a História privilegia, por vezes, os eventos e os conceitos, mas também a descontinuidade, na qual os indivíduos permanecem. Existem diferentes usos epistemológicos para o sujeito, sendo importante frisar que o sujeito é constituído pelos acontecimentos “discursivos epistêmicos e práticos” (FONSECA-SILVA, 2004, p. 28). Essa descontinuidade dos saberes é discutida por Foucault (2000) em *As palavras e as coisas*; observamos a mudança dos conceitos, das práticas e da linguagem que, segundo os estudos foucaultianos, ganham novos significados em cada época, como por exemplo, o conceito da loucura e de outras patologias. Assim, sujeito-objeto estão em outro nível, no real visto concretamente, ao passo que as “filosofias antropolizantes” (FONSECA-SILVA, 2004, p.28) colocam estas categorias num plano metafísico, num estado de sono.

É veemente a postura do homem como sujeito e ser ético. Foucault afirma que a ética possibilita uma constituição do sujeito nas práticas sociais, um espaço de liberdade e subjetivação (FONSECA-SILVA, 2004, p.59). O conhecimento é a forma pela qual o homem se torna um sujeito moral, ou seja, busca nas verdades da vida um discernimento de atitudes éticas para si e para os outros. Em outras palavras, “o que caracteriza o homem é a riqueza e a sutileza, a variedade”, como lembra o filósofo Cassirer:

A lógica e a metafísica tradicionais tampouco estão em posição de entender e resolver o enigma do homem. Sua lei primeira e suprema é a lei da contradição. O pensamento racional, o pensamento lógico e metafísico só são capazes de compreender os objetos que estão livre de contradição e que tenham uma natureza e uma verdade coerente. Contudo, é precisamente essa homogeneidade que nunca encontramos no homem [...]. não há outra maneira de conhecer o homem senão pela compreensão de sua vida e conduta [...]. A contradição é o próprio elemento da existência humana. O homem não tem uma “natureza” (CASSIRER, 1994, p.25).

⁶*Chrêsisapharodíson* (usos dos prazeres) é um termo que remonta a uma constituição da moral grega num processo de/ ou estilo de vida (guerreiro) buscando sempre a moderação (*ekratéia*) adequada para um autoconhecimento.

Sob este prisma, o ser humano, por vezes, é impelido a optar pela sobrevivência ou pela morte. A vida é repleta de escolhas e precisamos decidir constantemente em nosso favor e no dos outros; resumindo, precisamos decidir em meio a uma larga rede de opções. No pensamento de Foucault, o sujeito é aquele que opta por uma existência ética e deseja permanecer mudando e construindo-se. Dessa estética de vida e de amizade, surge o que chamamos de “escrita de si”.

A existência do indivíduo com suas questões aparece em constante choque com o meio em que vive, assim, o meio social pode vir a ser um fator determinante neste convívio. No entanto, a voz deste sujeito aparece autônoma, capaz de “deslizar da experiência à narrativa” (CONCEIÇÃO, 2010, p.2) no desejo de uma “verdade” que é buscada, esta dicotomia entre sujeito e sociedade é uma constante na experiência biográfica, portanto, segundo Sabina Loriga (2011, 31) é um tema que não tem fácil solução.

Pois bem, a cultura de si sugere uma amplitude de práticas e de conjecturas no intuito de manter uma identidade que, também, é preciso reconhecer. Neste último tópico refletiremos a escrita como uma prática importante na manutenção de uma subjetividade, de um “cuidado de si” na arte de viver, por conseguinte, vendo-a um “modo de vida” (TELLES, 2009, p.291). É o desejo do ser humano estar bem, ter prazer e buscar sua realização pessoal; esta é, de fato, uma verdade bem atual, assim como, a busca por uma liberdade que, muitas vezes, não sabemos definir.

A reflexão de Foucault, no que tange às maneiras de constituição do sujeito, dá importância a todas as formas de interação do ser humano consigo mesmo e de seu desejo de permanência. Por isso, a escrita de si, está estreitamente vinculada a uma prática constante de vida, de olhar para si sem barreiras ou repressão; uma prática que, em diferentes contextos, fazia-se necessária, de maneira singular, como veremos, na vida de algumas mulheres do século XIX.

Na esteira dessas “produções do eu” (GOMES, 2004, p.16) ler, anotar, recordar, fazem parte de uma verdade de vida e do *logos* de assimilar. Isto se dá no espaço de memória, um “ruminar” de experiências cotidianas e da existência e da palavra, não somente dita ou ouvida, mas também escrita, como era comum aos gregos em sua *hypomnēmata*⁷, analisada por Foucault (1992, 129-160) embora esta prática não se referisse a uma escrita subjetiva, nem a

⁷Cadernos, livros de registros que tinham várias funções para os gregos, algo como uma agenda. Continham fatos registrados, lembranças que vinham à memória, eram uma “memória material”. Mas é importante lembrar que não eram tidos como substituto da recordação ou do ato de meditar, tão valorizado pelos gregos.

uma narrativa de si, nos moldes dos diários do século XIX, já direcionava os praticantes para um exercício da recordação e do cotidiano. Eram comuns na época platônica tornando-se um importante “instrumento” no processo relacional e organizacional de si mesmo, uma ação constitutiva do “sujeito ético e estético” (TELLES, 2009, p.292).

Na tradição cristã primitiva, se valorizava uma postura de introspecção que era um traço da vida monástica ou dos monges do deserto. Como viviam grande parte da vida sozinhos, os monges deviam adquirir mecanismos para renunciar ao mundo. Foucault remete-se às figuras de João Cassiano e Antão, considerado o pai do monaquismo antigo; tais personagens, sempre envoltos em lendas e idealizações, figuram no cristianismo como exemplos de interioridade, de adestramento de si mesmo (DANIÈLOU, 1973, p.279). A vida monástica é guiada por disciplina, exames de consciência, memorização e silêncio, elementos essenciais para uma vida interior. Não obstante, Sêneca⁸ afirmava que não é possível separar a leitura da escrita: “É preciso ler, mas também escrever” (FOUCAULT, 1992, s/p) esse exercício tinha como finalidade não permitir uma dispersão do intelecto:

Sêneca insiste nisso: a prática de si implica a leitura, pois não é possível tudo tirar do fundo de si próprio nem armar-se por si só com os princípios de razão indispensáveis à conduta: guia ou exemplo, o auxílio dos outros é necessário. Mas não se deve dissociar leitura e escrita; deve-se “recorrer alternadamente” a essas duas ocupações, e “temperar uma por meio da outra”. Se escrever demais esgota (Sêneca pensa aqui no trabalho do estilo), o excesso de leitura dispersa (FOUCAULT, 1992, s/p).

Quando anotamos algo, incorremos em algum tipo de verdade ou relevância para nós mesmos, está presente um pensamento de outro, em uma experiência, um conselho, uma advertência. Nessa perspectiva, exercitamos uma elaboração própria do passado: a princípio, registramos aquilo que nos interessa ou que nos marcou de alguma forma. A busca pela verdade, para Foucault (1992), se dá nesse sentido; visto que não há verdades absolutas e eternas, tudo está em constante movimento e não nos é possível prever nada, somente comparar. Nessa linha de raciocínio, a escrita de si está ligada a um tipo de verdade e de busca, assim como de compreensão das coisas e das pessoas:

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou, mais precisamente, uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que afirmam seu uso. “Lê, pois, sempre diz Sêneca a Lucílio, escritores de reconhecida autoridade; e se te assaltar o desejo de fazer uma incursão sobre os outros, volta depressa aos primeiros[...]. De tudo aquilo que tiveres percorrido com o olhar retira um pensamento próprio para bem dirigir esse

⁸ Sêneca. Cartas a Lúcio. Citado por Foucault, s/d.

dia. É também o que eu faço. Entre muitos textos que acabo de ler, é sobre um deles que recai minha escolha” (FOUCAULT, 1992, s/p).

Estamos no campo dos signos, do que não conseguimos nomear objetivamente, e o papel da memória é fundamental no trabalho da escrita de si, na interpretação dos eventos vividos, das escolhas e dos enganos; mais uma vez, é evidente o caráter subjetivo desse processamento. Não estamos falando de uma manipulação da memória ou dos sentidos, mas de uma visualização pessoal das coisas que, muitas vezes, só é presente e acessível ao sujeito. É claro que não fica de fora o aspecto histórico-social que envolve a linguagem, o contexto e a formação de cada um justamente por isso, a escrita de si está inserida no processo histórico, sendo assim, um campo de investigação. Da mesma forma, a memória, com seus múltiplos contrastes, é uma via de acesso ao que já não está presente é o espaço do sujeito e do seu simbólico:

O que se põe em cena, portanto, na escrita de si, é o direito à memória, o direito ao passado [...]. Portanto, um direito ao passado que, ao mesmo tempo, projeta um direito ao futuro, o qual é construído com o efeito de memória. A função da língua materna é dar suporte para esses sujeitos pôr em circulação sentidos constitutivos de sua identidade. Desse modo, a relação sujeito/língua que se constitui a partir da memória e do esquecimento da (s) práticas (s) silenciada (s) permite observar/explorar os processos de identificação no jogo entre passado presente e futuro, entre os sujeitos e o imaginário sócio-histórico [...]. Além de trabalhar os aspectos simbólicos que envolvem o processo de constituição da relação sujeito/escrita de si [...]. Reconhecer, pois, a possibilidade de suturar territórios simbólicos cindidos, mal costurados em nossas subjetividades, pela nossa relação com a escrita e falando de nós (SCHONS; GRIGOLETTO, 2008, s/p).

Por certo é importante situar a diferença que alguns autores apontam nos atributos da memória. Há uma compreensão distinta na definição de memória em comparação com a lembrança; neste caso, o ato de lembrar não consiste em trazer algo novo, mas é um lapso quem vem à mente e vai embora, tal como chegou. Neste caso, a memória constitui-se como um importante meio de conscientização ou construção de uma identidade ancorada nas experiências vividas em um determinado contexto histórico e, conforme Astor Diehl, a memória é diferente da lembrança, visto que não constitui numa simples rememoração de acontecimentos perdidos no tempo, e sim em algo importante ligado ao acúmulo de experiências:

Memória significa, aqui, experiências conscientes, ancoradas no tempo passado facilmente localizável. Memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui a maior consistência do que lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência [...]. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de

consciências do passado e de sofrimentos. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal (DIEHL, 2002, p.116).

O ser humano é marcado por suas experiências. Não obstante, parece-nos que os homens do passado, que são, em grande parte, objeto da historiografia, não são feitos de emoções, de afetos e desafetos, amor e ódio, conforme, ressaltou Durval Albuquerque Junior (2003), em recente palestra sobre os vários e distintos movimentos que cercam os documentos/arquivos, sujeitos e a narrativa historiográfica. Para compreender como se dão esses lapsos ou “relâmpagos” de memória, é fundamental pensar sobre o conceito de tempo, aqui tomado como descontínuo; assim, o visível, o material da memória aparece em instantes, despertado pelos sentidos, sejam estas evocados por um perfume, uma música, ou mesmo um lugar. Esse instante, por sua vez, é “re-atualizado”, é transportado livremente onde o desejo de capturar o tempo perdido é significante e vital para a vida humana,

Proust falará de tempos diversos e múltiplos, colocando a descontinuidade em primeiríssimo plano, juntamente com o instante único e isolado que guarda latente a possibilidade da memória [...]. De fato, a *reatualização* operada pela memória se dá um instante (categoria inexistente em Bergson) que não possui duração maior que a de um “relâmpago”[...]. É este trazer à tona que constitui o fundamento mesmo da memória, pois, o passado que “retorna” de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, *reatualizado* (SEIXAS, 2004, p. 49).

De acordo com Jacy Seixas, é fundamental tentar buscar nos limiares da memória sua utilidade na vida prática, um lembrar ativo, emancipador, conforme já observara Freud e, mais recentemente Jeanne Marie Gagnebin. O passado, muitas vezes, passa pelo processo de apropriação, de interesses de grupos; assim, o fazer memória está carregado de um sentido ético muito forte, de compromisso social e cultural, enfatizado pelos autores citados em diferentes níveis. Retomando Paul Ricoeur, percebemos a névoa, os enigmas que cercam a memória, contudo, para além dos lugares de memórias, podemos desejar uma “boa memória”, positiva que faça com que a neblina se dissipe, pelo menos em parte, no campo da historiografia, onde é possível tocar aquilo que vivemos, como um movimento essencial para o reconhecimento do passado e de nós mesmos.

1.2.2. Letra de mulher: a escrita de si como prática feminina

O século XXI pode ser visto por alguns como um tempo de avanços incontornáveis em todas as esferas da vida cotidiana, tais como, uma primorosa tecnologia digital, internet, a medicina que dá passos largos em pesquisas e resultados, reivindicações dos direitos humanos, em especial as questões de gênero. De fato, uma nova dimensão dos papéis sociais é fervorosamente exigida, e os direitos dos homossexuais, das mulheres que são vítimas de violência doméstica, dentre outros, que pareciam impensáveis há alguns anos, justamente por pertencerem a um grupo segregado, destinado aos guetos, à discriminação, à vida do lar, enfim, relegados à clandestinidade, sempre a esperar, passam a ser alvo de reivindicação.

Todavia, ainda há muito que fazer para sermos considerados uma sociedade emancipada e que compreende e aceita as diferenças da vida humana. Nesta perspectiva, fazemos um recorte para rever o papel das mulheres ao longo da história ocidental e, particularmente, no Brasil. Não resta dúvida que a sociedade teve que mudar, mesmo que a contragosto, e o que antes era silenciado hoje pode ser discutido, proposto e vivido, de modo que as mulheres acabaram por conquistar de vez seu merecido reconhecimento social, não desconsiderando importantes aspectos que devem ainda ser conquistados, mas não é nosso objetivo comparar a situação das mulheres em nossa sociedade.

Ao pensar a trajetória das mulheres e de suas práticas, é imprescindível voltar no tempo e visualizar um contexto de contrastes, espaços de vivência e atuação bem diferenciadas em determinados lugares. A personagem central desta pesquisa é uma mulher que viveu em uma época emblemática, tanto para o mundo ocidental, quanto para o Brasil. Dona Teresa Cristina Maria, nascida em Nápoles, na Itália, viveu quarenta e seis anos em solo brasileiro (1843-1889), um país bem singular e cheio de contrastes, por sinal, era a única monarquia nas Américas e com um regime de escravidão como base de sua economia. A esposa de Dom Pedro II acompanhou todos os desfechos e mudanças num lugar que realmente adotou como seu.

Assim, uma mulher no Brasil do século XIX parecia ter que esperar pouco da vida, pois seu destino estava traçado em três frentes: casar e ter filhos, dirigir-se para o convento ou na pior das hipóteses, ficar solteira. Tais possibilidades eram encorajadas pelos meios mais eficazes, as leituras piedosas inspiravam uma vida devota, voltada aos deveres femininos (DEL PRIORE, 2001, 82-83) e a imperatriz do Brasil tinha sua imagem vinculada a todas as boas qualidades que se esperavam de uma mulher, tornando-se, assim, um modelo nacional, amplamente ressaltado, inclusive pela imprensa da época, conforme veremos no decorrer desta pesquisa.

Entretanto, antes é preciso perceber toda uma estrutura cultural e simbólica existente sobre a intimidade das pessoas, particularmente, das mulheres inseridas no particular, no íntimo da casa com seu marido, filhos e suas coisas de mulher. A historiografia atual trata de aspectos bem diversos de cada cultura procurando levar em consideração outras áreas de conhecimento que ajudem a entender e a mapear o desenvolvimento das sociedades e de seus integrantes, ajuda esta oferecida pela antropologia, arqueologia, sociologia e a psicanálise, por exemplo⁹. Todas elas vêm confirmar a complexidade do ser humano em sua tentativa de autoconhecimento, busca de sentido e de um lugar no mundo.

Muitos pesquisadores, de historiadores a filósofos, abrem novas portas neste processo de entendimento e, não poucos, reclamam uma “história das mulheres”. É preciso, segundo eles, percebê-las em outros níveis como sujeitos históricos e não somente como coadjuvantes, fazendo-se necessário reconhecer seu espaço de memória, seu cotidiano e seus instrumentos de atuação.

Andrea Linly Gonçalves (2006), Michelle Perrot e George Duby (1991), Marina Maluf (1995) são alguns dos nomes que postulam uma trajetória feminina do ponto de vista dos “excluídos” da memória e da história, cujo espaço e vida foram negligenciados por uma historiografia predominantemente masculina. Segundo Gonçalves, somente foi possível dar atenção a uma história das “práticas cotidianas” e de sua progressiva expansão, graças a *Escola dos Annales* que deu uma conotação mais problematizada para os “seres concretos” da história em suas particularidades, sendo, pois, necessário incorporá-los à historiografia:

Mais de um historiador reconheceu a dívida que a história dos *Annales* tem para com o autor de A Revolução Francesa (Michelet). E não apenas por ele ter se distanciado do caminho, tão caro aos positivistas, de que interessavam à História apenas os grandes feitos e a sagração dos heróis, a reconstituição das biografias dos grandes homens ou a crônica de acontecimento notáveis, mas também, e como decorrência desse “desvio”, pela proposição de uma noção de tempo histórico, diretamente relacionada ao seu procedimento de definição de massas como sujeito histórico (GONÇALVES, 2006, p.53).

Partindo desse pressuposto, todas as coisas aparentemente irrelevantes ou sem importância ganharam mais atenção. As mulheres eram especialistas em criar em torno de si um espaço de memória onde os objetos mais insignificantes eram revestidos de conteúdo, até mesmo espiritual. Para Marina Maluf, a “história das mulheres” é fundamental e real, por conseguinte, deve ser encarada como algo presente que, por muito tempo, ficou ausente

⁹ GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Trad. Osmir F. Junior. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil: além do princípio do prazer e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; *O mal estar na civilização*. ESB. Imago. Vol. XXI. CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994. STRAUSS, Levi. *O pensamento selvagem*. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

da estrutura dominante e, por isso mesmo, deve ser reconstituída e contada para estabelecer outras bases do conhecimento histórico, em que o historiador seja um elemento central da ação, como um colecionador que reorganiza os objetos perdidos e espaços longínquos, sendo responsável pela aplicação prática dessas releituras:

A reconstrução histórica das relações de gênero recupera a importância dos papéis femininos como novos e diferenciados objetos de conhecimento que necessariamente interferem na construção de um saber histórico. A história das mulheres não pode ser construída à margem da história oficial, mas em diálogo/confronto com ela. Se de um lado seu registro abandona os temas padronizados da experiência masculina e procura avivar a visibilidade das mulheres, de outro tem que considerar que a constituição do masculino e do feminino enquanto identidades de gênero é uma construção histórica que só ganha realidade se mostrada dentro de um sistema de relações que implicam dominação, tensão, resistência (MALUF, 1995, p.19-20).

Evidentemente, estamos falando de contextos específicos nos quais as mulheres estavam vinculadas a uma imagem representativa que foi sendo consolidada aos poucos, inclusive com a ajuda da religião. Este confronto é rico na medida em que cada “categoria” se reconhece em sua singularidade, e as tensões efetivadas direcionam para as diferenças entre homem e mulher, que de fato, não são iguais do ponto de vista fisiológico, psicológico e sentimental. Talvez um dos grandes equívocos dos movimentos minoritários é priorizar um sobre o outro, onde o que realmente importa vem a ser o lugar que ambos podem e devem cumprir os papéis que desejarem e de que julgam ser capazes.

Assim, em outras culturas temos mulheres que desempenham outras funções e que são assimiladas de formas distintas, como guerreiras, sacerdotisas, bruxas, educadoras, filósofas, enfim, tais posições são construídas e opções foram feitas com ajuda de várias forças e, neste jogo, as mulheres no Ocidente cristianizado não tiveram alternativas, acabaram por serem vencidas, mas não derrotadas. Portanto, não é correto afirmar que a história das mulheres foi homogênea em todas as culturas, pois, ainda vemos sociedades onde as mulheres não têm nenhuma autonomia, e tem-lhes negados direitos básicos, tais como a educação.

1.3.3. Dentro da casa: o lugar da mulher

Ao pensarmos a palavra “família” várias imagens nos vêm à mente. Um lugar repleto de sistemas comportamentais e de laços afetivos imbricados de interesses e costumes. A compreensão de família no século XXI é cheia de contrastes justamente por que outros modelos que antes vivam às escondidas, agora tornam-se mais visíveis. Todavia, ao andar pelas ruas de um bairro ou de uma cidade do interior, observamos claramente que o “velho”

modelo familiar ainda é mantido e seus papéis, até certo ponto, não se desvencilharam da estrutura patriarcal. Isso só nos vem mostrar que as idealizações acerca de qualquer instituição têm vida longa.

É precisamente num contexto diferenciado que as mulheres do século XIX estão inseridas. Uma vida organizada e bem definida: esta imagem era o escopo da boa vida familiar no Brasil de então, e as estruturas incorporadas vieram da Europa, igualmente cheia de contrastes, sobremaneira na Inglaterra vitoriana que proclamava uma vida regrada, onde a moral e a ética deviam ser exemplares, o comportamento pessoal era rígido, disciplinado e temente a Deus. Evidentemente tais ideais não chegavam aos cabarés, aos guetos, onde o deslize não era visto, e nem às mulheres solitárias e entediadas que aguardavam seus amantes, enquanto os maridos desatavam outros espartilhos,

Ao longo da Era Vitoriana falou-se muito em *virtudes* para se determinar condutas de comportamento moralmente positivas. Para os vitorianos eram virtudes: a limpeza, o trabalho árduo, a retidão e seriedade, a fidelidade conjugal, a religiosidade, o puritanismo, etc. Mas as virtudes vitorianas foram concebidas e vividas de acordo com seu tempo, eram valores peculiares àquela época, já que o termo valor traz em si a concepção de que a maior parte das ideais morais são subjetivas e relativas – costumes muitas vezes com fins utilitários (MORAIS, 2004, p.79).

No Brasil do Segundo Reinado a imagem era a questão, de modo que retratos de família eram produzidos e distribuídos aos ventos, fazendo-se objetos de memória. A pose denotava as virtudes desejadas e tão indispensáveis à vida. A família imperial era constantemente fotografada e sua imagem difundida em todas as camadas da sociedade, como um “exemplo de família” (ALENCASTRO, 1997, 185). Apareciam sérios, consternados, às vezes um sorriso enigmático era visto particularmente na imperatriz Teresa Cristina, quase sempre sentada com o olhar no horizonte, “mulher respeitável e modelo de todas as virtudes” (KOSERITZ, 1980, p.51) opinião quase que geral.

A historiadora Michelle Perrot coloca a família do século XIX em um nível teatral; um palco onde desfilavam atores que encenavam diversos papéis cheios de rituais, intrigas e contradições. Certamente um núcleo complexo; na família são refletidas as “potencialidades da vida privada” (PERROT, 2009, 78) todas as funções eram absorvidas, inclusive, a sexualidade, não permitida à mulher, o que não quer dizer que isso não era vivido por elas:

Principal teatro da vida privada, a família no século XIX fornece-lhe seus personagens e papéis principais [...]. Totalitária, ela pretende impor suas finalidades a seus membros. Mas estes frequentemente, e cada vez mais, se rebelam. Daí que, entre gerações, entre os sexos, entre indivíduos dispostos a escolher seus destinos, surjam tensões que alimentam seus segredos, conflitos que levam à sua eclosão [...]. A família certamente não esgota todas

as potencialidades da vida privada, que conhece muitas outras formas e outros cenários (PERROT, 2009, p.78).

O papel do pai era fundamental, como “proa da família” (PERROT, 2009, p.107) e da sociedade. A diferença entre os cônjuges era prescrita em grande parte na Europa pelo Código Civil francês e a mulher, evidentemente, não tinha muitas alternativas nesse campo. A ausência do pai, chefe da família, geraria tumulto e insegurança podendo causar até a dissolução do lar, sobremaneira quando havia herança em jogo. Eram dimensões que consolidaram o público e o privado na vida social:

O Código Civil estabelece a superioridade absoluta do marido no lar e do pai na família, e a incapacidade da mulher e da mãe. A mulher casada deixa de ser um indivíduo responsável: ela o é bem mais quando solteira ou viúva. Essa incapacidade, expressa no artigo 213 (“O marido deve proteção à sua mulher e a mulher, obediência ao marido”) é quase total. A mulher não pode ser tutora nem membro de um conselho de família: ela é preterida em favor de parentes afastados do sexo masculino (PERROT, 2009, p.107).



Figura 2: Uma pose vinda da Europa: neste retrato da família imperial da Áustria vê-se uma austera harmonia dissimulando um cenário de intrigas. (Ludwig Angerer, 1859). Disponível em: <<http://www.habsburger.net/en/media/ludwig-angerer-imperial-family-photograph-1859>>. Acesso em: 26 de março de 2013.



Figura 3: No Brasil, a família de Dom Pedro II representava a hierarquia da casa burguesa. (Insley Pacheco, 1864). Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Pedro_II_of_Brazil_in_the_1860s>. Acesso em: 26 de março de 2013.

Figura 4: Detalhe de um retrato familiar: A imperatriz Teresa Cristina e o neto, príncipe do Grão Pará numa pose descontraída, perfil pouco comum nos retratos de família da época. (Marc Ferrez, 1883). Detalhe reproduzido da *Coleção Princesa Isabel*, 2008, p.399

Perrot traz como base de sua reflexão o Código Civil francês, entretanto, essas formas normativas são bem conhecidas na sociedade brasileira, sabendo-se que esse tipo de restrições eram, geralmente, assimiladas, mas não aceitas simplesmente. Mary Del Priore, nesse sentido, caracteriza o século XIX como “um século hipócrita” (DEL PRIORE, 2011, p.55). Mesmo assim, ressaltamos que em todos os tempos as formas e estruturas de vivências sociais estavam permeadas por discordâncias, dessa forma, a hipocrisia nos acompanha ao longo da história.

O casamento “crisol da família” (PERROT, 2009, p.107) com seus ritos também comportava tragédias, rebeldia e amores furtivos que geralmente acabavam mal. O adultério feminino era muito comum, embora intolerável. Tal convicção normativa do relacionamento heterossexual em suas bases excluía todas as outras formas de afetividade. A mãe, por sua vez, era a responsável pelo andamento e preservação da ordem familiar e da intimidade. É nesse contexto do íntimo que a escrita de si ganha espaço e vem completar, por assim dizer, a

literatura feminina, surgida dos anseios não ditos, presente unicamente na memória dos quartos.

A literatura oitocentista é repleta de sentimentos românticos e de transgressões, um desejo permanente de dizer *não* as convenções. Comumente visualizamos a silhueta da moça em seu quarto absorvida em seus pensamentos e na escrita de suas memórias cotidianas, imaginando, em alguns casos, o cavalheiro galante e romântico, o príncipe dos sonhos. Em outros casos temos, mulheres rebeldes punham na ponta da pena seu grito e sua posição e, neste percurso, voltavam-se para si e criavam sua imagem; colocavam suas expectativas de vida na letra.

No quarto estavam somente elas, o papel e a pena, uma estátua da virgem Maria, para as mais religiosas, e a janela, no limiar de um mundo criado. Nesse sentido, retomamos o que Foucault já havia salientado sobre as “práticas de si” que não se restringiam a grupos específicos, mas difundiam-se na medida em que o tempo passava e os livros ganhavam espaço na intimidade. A letra feminina assume um propósito de “estética de si”, um “Eu” que muitas vezes era confuso e não permitido, era uma questão de “escolha” de um indivíduo fragmentado que passava pelo crivo do tempo. A escrita de si é aqui tomada no sentido modelador de uma identidade pessoal e intransferível tão evidente na modernidade, um rastro de memória, conforme Ângela de Castro Gomes:

A metáfora do teatro, de um “teatro da memória” evidencia-se na ideia do indivíduo como personagem de si mesmo, sendo recorrente dos estudos sobre a escrita de si. Tal ideia remete diretamente ao debate já mencionado sobre o texto como representação e/ou invenção de si, situando esse tipo de escrita como um palco onde a encenação dos múltiplos papéis sociais e das múltiplas temporalidades do indivíduo moderno encontraria espaço privilegiado [...]. Nesse caso, interessa ressaltar como a fragmentação do indivíduo moderno pode conduzi-lo a, por meio da escrita de si, construir para si mesmo uma identidade dotada de continuidade e estabilidade através do tempo. Um esforço que transforma esse tipo de escrita em uma prática de “domínio” do tempo, que, da mesma forma que o “eu”, precisa e pode ser ordenado e significado por um sujeito (GOMES, 2004, p.22).

Para Michelle Perrot, (2011) uma narrativa surge da “experiência dos quartos”, e as portas fechadas são um convite para retomá-las. Atentos aos muitos espaços femininos, o quarto é particularmente interessante, pois é nele que começa a escrita da mulher. No quarto passamos longas horas fazendo dele um mundo próprio, à parte do restante da casa e da família. Lá é possível fazer tudo, pois é o lugar de todos: lugar dos homens políticos, chefes de família, de filhos, mães, mulheres.

Portanto, a vida privada se alinha na manifestação dos significantes de cada indivíduo, e as mulheres, por sua vez, buscam um “quarto para si” (PERROT, 2011, p.15) um micro lugar. De modo que, como Foucault já disse; “Dever-se-ia escrever uma história dos quartos” (FOUCAULT, 2010, apud. PERROT, 2011, p.16). Neste lugar era possível o desejo de falar do real ou de sua inexistência. A escrita de si possibilita perceber e nomear um tipo de realidade que não é necessariamente, o concreto ou palpável, conforme a concepção de Lacan (BALMÉS, 2009, p.13) para a teoria da literatura a letra vai para um outro lugar; segundo Barthes a literatura é a procura pelo “o fulgor do real” (BARTHES, s/d, p.22-23).

Para Jacques Lacan é impossível representar o real, defini-lo objetivamente, não obstante, a escrita de si tenta demonstrá-lo, nesse sentido, algumas escritoras lançam mão da categoria de real, conforme destaca Lucia Castello Branco:

Ocorrem que as noções de real e de existência não se equivalem, como tão corriqueiramente se costuma pensar. Para distingui-las, Maria Gabriela Llansol lança mão de duas figuras que habitam, recorrentemente seus textos: a figura do *real-não-existente* e a figura do *existente-não-real*. Embora essas noções oscilem, ao longo de sua obra¹⁰(CASTELLO BRANCO, 2011, p.26).

O real constitui-se um elemento complexo e para a psicanálise lacaniana, o real transcorre no nível do discurso, em outras palavras, é “o real dos outros” (BALMÉS, 2009, p. 12). Entre o possível e o impossível uma alternativa é a escrita, visto que, para Lacan, o real é o impossível. Grosso modo, o escrever-se está no nível da “simbolização” (BALMÉS, 2009, p. 14). Em todo caso, para a historiografia, a vontade de realidade e de verdade é possível e perceptível, portanto, voltemos ao quarto. Neste universo da intimidade das mulheres, os diários e as cartas são instrumentos que traduzem, em parte, o que elas entendem por realidade. Dona Teresa Cristina lia, escrevia e pensava sobre si, era seu “passatempo” preferido nos quartos de São Cristóvão.¹¹

1.3.4. A escrita das transgressoras: um olhar biográfico

¹⁰É interessante ressaltar uma nota de Castello Branco sobre essas duas categorias presente na obra de Llansol, não muito conhecida por nós: “são figuras llansolianas que aparecem reiteradamente ao longo de sua obra [...]. Para Llansol, um “existente” não se confunde com o que é “real”, ou com o que pode ser verificado em qualquer espécie de “realidade”. Tomo de empréstimo aqui a figura de *existente-não-real* para forçar, em sua impossibilidade mesma, a noção d’A Mulher, na obra llansoliana, como um existente, relendo, sob o viés do pensamento llansoliano, o conhecido aforisma lacaniano: ‘a mulher não existe’” (CASTELLO BRANCO, 2011, p.26)

¹¹Palácio Imperial de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, residência oficial de Dom Pedro II e D. Teresa Cristina, situado na Quinta da Boa Vista.

Quando intento librar-me no espaço
As rajadas em tétrico abraço
Me arremessam a frase – mulher...

Narcisa Amália, *Invocação*

Falamos até agora da “História das Mulheres” entrelaçada com uma infinidade de traços, rastros e memórias, onde a vida e a escrita estão mais do que ligadas, são uma arte de viver e de escrever. Caminhando para o fim seguiremos ainda alguns rastros de mulheres, que estão entre a letra e a representação, ambos muito distintos e igualmente semelhantes. Conforme destaca Mary Del Priore, não é interessante somente constatar a história das mulheres, tornando-a infrutífera e estagnada, mas perceber em quais aspectos se desenvolve essa história. O ser humano deseja viver, cada qual é um universo e busca interagir de diversas maneiras, fazendo escolhas acertadas e frustrantes, de maneira que, nossa vida é construída na medida em que, podemos nos responsabilizar pelos resultados dessas escolhas. Não existe uma finalidade (*thélos*) maior, um desígnio ou vontade divina, pelo menos, não para a História: nós damos o tom e o ritmo da existência.

Se existem um ideal e uma prática firmada sobre a moral, a ética e a vida, existe também, seu contraponto. Desta forma, algumas brasileiras destacavam-se no século XIX em todo o Brasil, colocando sua vida e sua escrita no campo de batalha. A palavra e a vida eram suas armas, algo de que não se separavam e, assim, transgrediam e rejeitavam o lugar que lhes era imposto:

Não nos interessa, aqui, fazer uma história que apenas conte a saga de heroínas ou de mártires: isto seria de um terrível anacronismo. Trata-se, sim, de focar as mulheres através das tensões e das contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e as sociedades nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre mulher, grupo e o fato, mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante. As transformações da cultura e as mudanças nas ideias nascem das dificuldades que são simultaneamente aquelas de uma época e as de cada indivíduo histórico, homem ou mulher (DEL PRIORE, 2012, p. 9).

Alguns estudos literários e psicanalíticos defendem uma diferença salutar entre o que entendemos por “Mulher” e por “Feminino”. Grosso modo, nossas representações, por vezes, são ambivalentes e colocam esses dois pontos no mesmo lugar. Para Ruth Silviano Brandão e Lucia Castello Branco é fundamental distingui-los quando se fala da personagem feminina na literatura. Ambas salientam essas diferenças e a “impossibilidade da escrita feminina”, que torna-se evidente na própria literatura onde o masculino e o feminino não corresponde à

características de gênero, propriamente, sendo um “lugar indefinível”, onde ilusões e estereótipos se desfazem:

[...]. É necessário sempre mais e mais palavras para se dizer sobre ela (mulher) que nunca se diz toda. Muda de posição no discurso, é percebida de diversas maneiras, encarna o pretendido enigma de uma feminilidade que se pode representar falicamente, mas que, se se mostra com adornos fálicos, estes, entretanto, são o brilho do que ela não é. E a feminilidade nunca se deixa capturar, já que não há um significante do feminino inconsciente, assim não se reduz ela a uma metáfora fechada, como falo, segundo mostra Lacan, para que “A mulher não existe”, é não-toda, e não cessa de não se escrever, ou se escreve com o que não é ela, o falo (BRANDÃO, 2006, p.29-30)

Percebe-se, nessa discussão, que a escrita, inclusive a de si, está para além do sexo e de sujeitos formalizados. Ela fala mais dos significantes, de algo que atravessa o inconsciente e é, por isso, instável e “quebrado”, volta-se, igualmente, para a ausência. Para Lucia Castello Branco (1991, 12) usamos frequentemente esse “adjetivo feminino” para classificar postura e algo que é “produzido por mulheres”, mas que nem sempre é algo das mulheres. O feminino, então, não se refere à mulher, mas “tem a ver com a mulher” (CASTELLO BRANCO, 1991, p. 15). Entretanto, esta é uma outra discussão bem mais ampla e interessante, à qual não nos atentaremos; não obstante, estamos falando de uma “vida que se escreve” (BRANDÃO, 2006, p. 23) cerne do silêncio e da militância.

Nesta perspectiva, já foi dito que o século XIX foi palco de grandes mudanças, sendo estas estruturais, econômicas e sociais. A cultura ocupou um importante papel em um processo eurocêntrico e imperialista, que tinha como objetivo principal levar aos conquistados regras e conduta, “costumes civilizados”, em suma, os ideais britânicos, que eram hegemônicos. Por conseguinte, uma literatura diferente tem lugar na sociedade burguesa, onde lendas e mitologia já não sendo interessantes, dão lugar a outros enredos. O romance, já na segunda metade de 1800, fica vinculado à vida doméstica e cotidiana colocando o sujeito com suas tensões e afetos como viés de entendimento para a experiência biográfica na historiografia. Conforme já ressaltou Geovanni Levi, a “biografia é o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem para a historiografia” (LEVI, 1998 168), da mesma forma, tanto o romancista quanto o historiador contribuem de maneira diversa para uma “renovação da história narrativa” (LEVI, 1998, p.169).

O cenário brasileiro era turbulento e complexo. Desde a vinda da família real portuguesa, o Brasil já não era o mesmo. A vida cultural e intelectual começava a fazer parte da vivência social das pessoas, em maior ou menor grau (SCHWARCZ, 2002, p.226). A

França continuava sendo referência de liberdade e de bom gosto, ao passo que a Inglaterra destacava-se na moralidade e costumes mais austeros. O impulso reformador dado por Dom João VI estendeu-se e continuou até a Independência, em 1822 e contou, inclusive, com a participação de 120 mulheres da Paraíba que assinaram seus nomes no jornal *Sentinela da Liberdade* (TELLES, 2012, p.404). Assim, muitas mulheres renunciavam e protestavam contra um molde criado através de um discurso acerca da “natureza feminina” que devia ser temida e rejeitada e sua vida não era modelo para ninguém, mas uma abominação:

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição (TELLES, 2012, p.402).

É precisamente neste cenário que muitas vozes destoantes surgem em distantes lugares do Brasil Imperial. De fato, são muitos os nomes de mulheres transgressoras da ordem social que lutavam por sua aceitação e dignidade, o que nos levou, aqui, a um difícil recorte. Um eco vem do extremo norte do país, deu uma pequena cidade. Nísia Floresta Brasileira Augusta¹² nasceu no Rio Grande do Norte, de família rica, casada aos 13 anos e separada no ano seguinte, publica em 1832, *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens*, também traduz, no mesmo ano, *Vindications for the rights of woman* de 1792, da escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797). Militante republicana e abolicionista, residente no Rio de Janeiro funda o Colégio Augusto. Viajando pela Europa, estabelece contato com Alexandre Herculano e Auguste Comte, fundador do positivismo francês, sendo uma ardente defensora da educação e da emancipação das mulheres atreladas à “sociedade patriarcal brasileira” (TELLES, 2012, p.406). Nísia fez de sua escrita e sua vida os principais meios para esta causa, como vemos neste fragmento,

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer de nossos amos, isto é, a eles homens [...]. Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empolgadas, que é mais fácil dizer que provar (TELLES, 2012, p.407).

Nísia falece na França em 1885; sua obra teve grande repercussão no rol das escritoras do fim do século XIX, onde a mulher tem que se engajar no universo político e social, por

¹²Dionísia de Faria Rocha.

meio de uma educação adequada, sem se preocupar com a opinião dos outros (TELLES, 2012, p.410). Assim transcorreu a vida de Nísia, entre o viver e o escrever.



Figura 5: Nísia Floresta. Disponível em: <<http://rfidbrasil.com/blog/index.php/conheca-a-historia-de-nisia-floresta-brasileira-pioneira-na-literatura>>. Acesso em 25/05/2013.

Quando em 1859 o romance *Úrsula* foi publicado na capital do Maranhão, não podia-se imaginar o impacto que causaria por ser obra de uma mulher: Maria Firmina dos Reis (1825) que nasceu em São Luis e cresceu em uma casa repleta de mulheres, irmãs, tias, avó e mãe. Foi professora concursada no Estado em 1847. No Brasil o professorado feminino era comum e uma boa oportunidade de profissão; sempre atuando no magistério, Maria Firmina fundou uma escola mista e gratuita frequentada até por escravos. Em seu “*Caderno Goiabada*”, vê-se uma compreensão de si, escrita em 1863:

De uma compleição débil, e acanhada, eu não poderia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência, melancólica. Uma espécie de educação freirática, veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas e as flores que minha avó plantava com esmero... (TELLES, 2012, p.412).

Além de professora gostava de música e também sabia tocar e compor. Conforme uma lenda musicou trechos do poema “Versos de garrafa” do poeta maranhense Gonçalves Dias, morto no mar. Um traço singular no romance *Úrsula* era a presença de personagens negros, incesto e tragédia. Maria Firmina era uma pioneira da “narrativa da vida de escravos”. Como abolicionista instigava as mulheres a participarem do movimento; outras obras se seguiram: *A escrava* (1887), e um *Hino à Abolição* (1889). Contudo sua vida não teve o desfecho desejado, teve um fim melancólico aos 92 anos.

Foi no Rio de Janeiro, capital do Império, que a poesia de uma mulher causou grandes comentários e iguais escândalos. Narcisa Amália de Campos era natural de São João da Barra, no estado do Rio, nascida em 1852. A escrita já fazia parte da rotina de sua família, seus pais eram professores. Casou-se com uma artista mambembe, aos 14 anos, mas o casamento não durou e outro se seguiu, agora com um padeiro, por incompatibilidade intelectual, Narcisa abandonou este casamento. Além de poeta, colaborou em revistas e jornais da Corte, como *O Rezende*, *A família*, *Diário Mercantil*, dentre outros. Narcisa era entusiasta do espírito revolucionário escrevendo, em 1874, um poema à Revolução Francesa no seu livro *As Nebulosas*.

Sempre foi considerada uma mulher muito bonita, mas não tolerava ser tratada como um bibelô e nem desejava ser reconhecida por sua beleza e sim por sua escrita. No entanto, sempre atraía os olhares masculinos sendo muito criticada por sua vida nada convencional refletida em sua poesia lírica, conforme Norma Telles:

[...]. foi acusada de atentado ao pudor e à família, sua vida pessoal foi usada como crítica à sua arte. Parece que sobre a lírica feminina havia algo que atraía mais fortemente a crítica dos homens. Isso, por sua vez, tornava mais difícil a expressão da poesia das mulheres [...]. Uma mulher que falasse agressivamente ou afirmativamente, o que nos homens era sinal de personalidade, era considerada mal-educada, tresloucada e até histérica. A não afirmação social da mulher se repetia na sua não afirmação pela palavra [...]. para ela a “chama da poesia” é igual à da “ideia livre” (TELLES, 2012, p. 423-424).

Aos poucos Narcisa Amália vai saindo de cena e no começo do século XX somente tem-se algumas notícias de suas atividades. Diretora de uma escola em Botafogo em 1908, morreu em 1924 cega e parálitica; seu legado, porém, foi um convite para as mulheres das gerações futuras que ainda teriam muito o que fazer para ver seu lugar aceito e respeitado.

Enfim, lembramos de uma gaúcha que trabalhou constantemente no universo das palavras. Maria Benedicta Bormann nascida em Porto Alegre (1853) destacou-se por suas crônicas e contos sob o pseudônimo “Délia”. Colaborou em diversos jornais importantes, como *O Paiz e a Gazeta da Tarde*, além de escrever muitos contos e romances ousados: *Aurélia*, *Uma Vítima*, *Lesbia* e *Celeste*, só para citar alguns. Uma nova perspectiva para as mulheres vinha da França através do movimento *femme nouvelle* (Nova Mulher), que colocava as mulheres fora do casamento e atuante na sociedade e inteiramente independentes do jugo masculino. Em seu romance *Lésbia* a palavra é um importante meio para uma cura da vida e da discriminação sinalizada pela escrita; igualmente, era uma fervorosa abolicionista que acreditava que não se deveria lutar somente pela libertação, mas para uma integração dos

negros na sociedade brasileira, algo que também levaria muito tempo. Délia faleceu no Rio de Janeiro em julho de 1895, sempre escrevendo (TELLES, 2012, p.435).



Figura 6: Délia, em: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/35/Maria Benedita Bormann](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/35/Maria_Benedita_Bormann)>. Acesso em 25/05/2013.

Figura 7: Nárcisa Amália, a poeta, em: <<http://apoesiadobrasil.blogspot.com.br>> Acesso em 25/05/2013.

Figura 8: No mundo da música brasileira, Chiquinha Gonzaga (1847-1935) foi um misto de rebeldia e escândalo no Rio de Janeiro, sendo a primeira mulher a reger uma orquestra e uma compositora fenomenal, dentre suas obras mais conhecidas estão “Ó Abre alas”, uma das mais tocadas no carnaval brasileiro. Em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Chiquinha>>. Acesso em 25/05/2013.

Ao conhecer mais de perto a vida e a escrita das mulheres do século XIX podemos perceber uma gama de anseios e uma “estética de vida”, um “cuidado de si”, por meio da palavra, talvez o único lugar em que podiam ter destaque. Conforme ressalta Michelle Perrot, “a memória das mulheres é verbo” (PERROT, 1989, p.9) lembrando a condição de sua vivência no seio da família, ligada às tradições, à memória do privado, sempre direcionada ao íntimo, ao familiar. Às mulheres cabia recolher em suas “rememorações”, sua própria identidade, as reflexões sobre o cotidiano, sobre suas escolhas, o real de suas vidas. A escrita de si, através de cartas e diários, insere as mulheres do sec. XIX nas variadas manifestações da memória presentes em um processo que ia da correspondência familiar à literatura e à vida pública, norteado pela “circulação da palavra.”

Nas reflexões de Ruth Silviano Brandão, a escrita é como um rastro é a “vida que se escreve”, e este traço é perpassado e marcado por todas as dimensões da existência, subjacentes à memória, mesmo que, quem escreva, a princípio, não saiba. A escrita é um ressurgimento constante:

O que chamo de vida escrita é a unidade entre escrever e viver e vice-versa, pois, a escrita se faz por traços de memória marcados, rasurados ou recriados, no tremor ou firmeza das mãos, no pulsar do sangue que faz bater o coração na ponta dos dedos, na superfície das páginas, da tela, da pedra, e

de onde se possam fazer traços, mesmo daquilo que resta desses traços, naquilo que não se lê, o que se torna letra, som ou sulco, marcas dessa escavação penosa que fazemos no real (BRANDÃO, 2006, p.28).

Consequentemente, a imagem da mulher, de seu espaço de vida e atuação, tal como sua memória, é colocada no conjunto das discussões sobre a noção de indivíduo, história e cultura. Todo percurso do séc.XX, com as grandes guerras e os regimes totalitários, viu muitas transformações e impulsionou a sociedade a considerar suas estruturas sociais, bem como qual o lugar do ser humano, compreendido como indivíduo atuante, e os papéis que envolvem questões de gênero, anteriormente mais “bem definidos.”

Nessa perspectiva, quando se pensa na história das mulheres, o objetivo proposto visa acentuar não a imagem tradicional da mulher coadjuvante e espectadora, mas analisar a presença de uma cultura feminina que reforça sua identidade frente à concepção masculina do mundo. Nas palavras de Tânia Zimmermann, “a biografia histórica, a partir da memorização de mulheres notáveis, possibilita recuperar alguns fragmentos de experiência tanto pública como privada, o que permite tirá-las das sombras do teatro da memória” (ZIMMERMANN, 2004, p.42).

Ao falar da memória feminina estamos falando de uma nova leitura da história das mulheres, que floresceu a partir dos anos 80, onde a categoria de identidade feminina se firmou de um modo não limitado ao fator biológico. Neste caso, a memória não está relacionada com a concepção moderna de lembrança, simplesmente, mas com fatos que estabelecem relações com o passado, conforme Suely Kofes (1997):

Memória e gênero. A memória, se considerada como lembrança e esquecimento ancorados no presente, seria uma fonte inviável [...]. Para o autor, a lembrança pessoal está situada na encruzilhada na rede de solidariedade múltipla, com as quais, os indivíduos estão comprometidos [...], as lembranças também falam do passado. Nos parece mais adequado, portanto, falar em recriação e em experiências. Ora, nessa interação entre passado e presente, nessa recriação através de experiências diversificadas dos sujeitos pressupomos a atuação gênero (KOFES, 1997, p.347).

Caminhamos no texto seguindo os rastros de mulheres do passado. Suas vidas e suas ações são tão variadas como tudo o que já foi dito sobre o processo histórico de indivíduos que outrora encontravam-se às margens, à beira da falésia. Os autores chamados, neste primeiro momento, estarão presentes no desenrolar-se da trama. A escrita de si, neste primeiro momento, está relacionada com a trajetória destes sujeitos históricos que se voltam para si e produzem narrativas sobre si mesmos. Neste buscar pelos rastros do passado é necessário, como já afirmava Foucault, estabelecer uma nova relação com o ausente, onde a história se

mostra descontínua, quebrada e repleta de lacunas, onde o historiador é aquele que cumpre o papel de vasculhador dos espaços do não-dito.

Dessa forma, a vida escrita é realidade na qual o sujeito tem a oportunidade de dizer “sim à existência” e, portanto, refazer-se das “dores e da solidão” (BRANDÃO, 2006, p.32). Dona Teresa Cristina foi uma mulher, um sujeito concreto, que viveu e escreveu num tempo de afirmações e desconstruções; assim, na tentativa de reconhecê-la em sua escrita é possível uma nova conexão com o passado e sua vida. Não falamos aqui de um “resgate”, certamente impraticável para o historiador, mas do reconhecimento de um espaço em branco. Olhar criticamente é dar vida, “fazer existir” (RAGO, 2009, p.256) uma alternativa de perceber, nas discontinuidades da História, uma narrativa histórica diferente. A vida e a escrita de si, neste caso, nos fornecem um meio eficaz de pesquisa. Assim, Dona Teresa Cristina, está ligada a essa imagem já conhecida das mulheres virtuosas tão declamadas pela moral do século XIX, no entanto, mesmo não se caracterizando no esteio das transgressoras, tentaremos ver de que forma sua vida e sua escrita a transportam para outro lugar por meio da experiência de sua trajetória e de sua construção pessoal.

CAPÍTULO II

OLHARES DA HISTÓRIA: DONA TERESA CRISTINA E A INVENÇÃO DE UMA MEMÓRIA

Tanto o relator quanto aqueles de quem se relata algo precisam saber que detêm as próprias vidas nas mãos. Há segredos vetados à privacidade e ao silêncio; que sejam cultivados pela criatura acossada com pelo menos metade da insistência com que o investigador cultiva seu amor pela caça – ou podemos chamá-la senso histórico. Foram excessivamente abandonados ao homem natural e instintivo; mas serão duas vezes mais eficazes depois que começarmos a reconhecer que podem ser incluídos entre os triunfos da civilização. Então, finalmente, o jogo será justo e equilibrado e as duas forças estarão equiparadas; será um cabo-de-guerra e a tração mais forte proporcionará sem dúvida o resultado mais feliz. Neste momento as artimanhas do investigador, espicaçadas pela resistência, excederão em sutileza e ferocidade tudo o que hoje imaginamos, e a vítima pálida e advertida, tendo apagado todos os rastros, queimado todos os papéis e deixado todas as cartas sem resposta, haverá de resistir sem nenhuma contra-investida, do alto da torre da arte, granito invulnerável, ao cerco de todos os anos.

Henry James

2. 1. Narrar vidas: A biografia entre os rastros e as tramas da história

Quando entramos em uma livraria ou passamos por uma banca de jornal, uma infinidade de produções biográficas, de todos os estilos ou que remetem ao tema, chamam a nossa atenção. Um desejo de saber sobre o outro, desvendar seus mistérios, suas qualidades e seus defeitos. Um *voyeur* latente em nós e que estimula a nossa curiosidade. Dessa forma, um desafio coloca-se para a história: como uma vida, uma singularidade, é reconhecida no processo historiográfico? Qual é a colaboração efetiva dos indivíduos na intriga historiográfica? Muitas respostas são elaboradas, surgindo delas tantas outras questões; no entanto, já compreendemos que todo processo histórico é feito por indivíduos: os do passado e os do presente. Assim, a história e a memória são elementos centrais nas muitas tentativas de releitura da vida destes personagens contraditórios, repletos de idealizações e limites, de modo que continuamos seguindo os seus rastros na história.

Nesta perspectiva, tentamos perceber o fenômeno dos indivíduos que são inseridos no palco da história atuando como protagonistas. Em relação a isso, percebemos que, nos

variados caminhos da memória, é quase imprescindível fazer os devidos recortes nessas “tramas de memória” (NORONHA, 2007, p.14), algo que possibilita ao historiador desvencilhar-se dos grandes feitos dos homens e “apanhar aquilo que foi deixado de lado” (GAGNEBIN, 2004, p.90), aquilo com o que não sabemos o que fazer.

Assim, a história está ligada a vários processos que compõem esse cenário de escolhas, intrigas e invenções de personagens nacionais ou dos homens do cotidiano. Dessa forma, é possível assimilarmos o passado, seus enigmas e contradições nas múltiplas “batalhas da memória” (DELGADO, 2003, s/d). Neste aspecto, observamos quais os fatores que levam um sujeito a tornar-se monumento da história, algo que está para além do tempo e do espaço. Para esse fim, um dos caminhos percorridos é o das trajetórias individuais que são tomadas como maneiras de compreender um determinado contexto e seu protagonista. As biografias surgem de diferentes formas e para todos os gostos, sendo algumas chamadas de “biografias definitivas”, como se fosse possível descrever e apreender a complexidade do ser humano como sujeito histórico.

Faz-se importante, conforme já ressaltou Gilberto Noronha (2007, p.15), tratar esses personagens como memórias, algo que são no presente, ou seja, uma ligação entre este e o que já não está mais visível. O valor da memória é ressaltado não somente como processo puramente voluntário, pois a história e a memória trazem o indivíduo para o campo do símbolo, do permanente e do modelo, sendo, portanto, transformado em algo para além do passado, um processo que tem início já na época em que vivia, alguns cercados por idealizações e representações, tal como entendido por Roger Chartier (1988).

Neste caminho das invenções de memória trazemos uma personagem da história do Brasil que permaneceu nas sombras, até certo ponto, emoldurada às idealizações e invenções e, não obstante, ao apagamento do tempo. Referimo-nos à Dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, a esposa de Dom Pedro II e, portanto, a última imperatriz do Brasil. Em relação a esse esquecimento, questionamos: Quem se lembra de Dona Teresa Cristina? Que espaço ela ocupa na historiografia brasileira? Quais os motivos de seu esquecimento? Estas são algumas das questões motivadoras deste trabalho. Em torno de sua figura até hoje ficaram seus adjetivos mais significativos: “a mãe dos brasileiros e modelo de todas as virtudes”.

Inevitavelmente somos levados a refletir sobre a relação entre a compreensão da narrativa histórica e a maneira como o indivíduo se encaixa nesse eixo. Segundo Sabina Loriga (1998), falar do ser humano enquanto sujeito histórico é falar de sua incoerência, sua fragilidade e suas ambivalências, não sendo possível pensá-lo como alguém acabado ou

predestinado aos grandes eventos. Sob este prisma, os estudos em torno da escrita biográfica apontam para a multiplicidade dos indivíduos enquanto agentes na sociedade, no âmbito particular e/ou coletivo:

O indivíduo não tem como revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder (LORIGA, 1998, p.249).

Neste caminho é possível ver os elementos que apontam para as discontinuidades da história, assim como, para as escolhas dos homens. Abre-se uma porta para aqueles que não são propriamente grandes personagens ou heróis nacionais. Nada está determinado ou fechado, tudo está por fazer, e, de certa forma, a responsabilidade acerca das relações sociais é também particular e reflete na sociedade. Diante de tantas incertezas, a trajetória de homens e mulheres vem sendo retomada na tentativa de vê-los em suas contradições e escolhas. Neste caso, os estudos biográficos enfatizam a liberdade de ação, uma voz do indivíduo que, absolutamente, pode ser tomada do mesmo modo em todos os lugares, ou mesmo conformada a um determinado padrão social; conforme já afirmou Pierre Bourdieu (1986): as trajetórias podem cair no equívoco da ilusão quando tentamos dar um sentido mais transcendente ou determinado à nossa atuação.

O homem é objeto da história e, nas palavras de Antoine Prost (2008) e Lucien Febvre (1953), constitui-se uma fonte, um elemento onde se pode buscar respostas. Não obstante, a certeza dessas respostas nem sempre se mostra de forma clara e objetiva. Aqui o historiador cumpre um papel de “formulador” de questões que se utiliza de tudo o que está à sua disposição, de forma criteriosa, valendo-se de suas fontes, mas sabendo das fragilidades e do não-dito que, sempre, se apresenta. Assim a história é uma prática empírica, de acordo com Prost, e o ser humano está no meio desse jogo, nem sempre ciente de sua atividade ou importância:

Três traços caracterizam o objeto da história. Ele é humano, o que significa que inclusive os historiadores aparentemente indiferentes aos homens são levados até eles por vias transversas: a história da vida material ou do clima interessa-se pelas consequências de suas evoluções para os grupos humanos [...]. Para que um homem suscite, isoladamente, o interesse da história é necessário que ele seja, como se diz, representativo, isto é, representativo de um grande número de outros homens; ou então, que tenha exercido uma verdadeira influência sobre a vida e o destino dos outros ou ainda que tenha

chamado a atenção por sua própria singularidade [...]. Por último, o objeto da história é concreto: os historiadores têm desconfiança em relação aos termos abstratos; eles desejam ver e sentir. Há algo de carnal na história (PROST, 2008, p.136).

Vemos nesta ideia que a história é vista no campo do visível, do palpável, assim, na busca de ser uma ciência, ela pode fechar-se às particularidades. Em consequência, a retomada dos estudos acerca de indivíduos numa determinada realidade particular, demonstra que a historiografia tem-se permitido dar atenção às singularidades dos eventos e das pessoas, de forma que a vida e a história se interligam.

Nesta perspectiva, tentamos perceber o fenômeno dos indivíduos como personagens históricos, aqueles que são colocados no palco da história e que atuam como protagonistas. Nos variados caminhos da memória é imprescindível fazer diversos recortes nestas “tramas de memória” (NORONHA, 2007, p.14), possibilitando, assim, o trabalho do historiador de construir novas tramas a partir de um passado fragmentado, distante e cheio de enigmas.

A história está ligada a múltiplos processos que compõe o cenário de escolhas, intrigas e invenções acerca de sujeitos e fatos. Uma forma de assimilarmos o passado e seus personagens nas “batalhas da memória” (DELGADO, 2008, p.1) é trazendo o que de suas vidas parece insignificante e até mesmo incompreensível, afastando-nos de uma vida já destinada a esse ou àquele desfecho. Para tanto, o historiador-biógrafo¹³ deve se servir das ferramentas próprias de seu ofício, neste caso, tudo o que se relaciona com seu biografado, ficando atento ao que não está dito, às lacunas, conforme ressalta Alexandre Avelar:

O texto escrito por um historiador-biógrafo deve, portanto, contar a história real de uma vida, o que nos coloca inevitavelmente no cerne da problemática da narrativa, ou do seu retorno [...]. Ao construir biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências (AVELAR, 2010, p.161-162).

A narrativa biográfica, conformada a tais moldes, não abre espaço para um sujeito compreendido em uma unidade ou uma totalidade, pois “a vida é errante e aberta” (ALBUQUERQUE, 2007, p.248). No entanto, ainda nos deparamos com narrativas que colocam o biografado em um lugar fixo e, por vezes, romântico; tal atitude só vem afirmar que uma trajetória, vista neste ângulo, torna-se impraticável e desinteressante, pelo menos para a historiografia. Uma narrativa biográfica deveria englobar a vida e a história, de maneira

¹³ A expressão *historiador-biógrafo*, cunhada por Alexandre Avelar, considera o compromisso que o pesquisador deve estabelecer em sua narrativa biográfica tendo em vista os fragmentos do real vivido pelo biografado e não uma simples interpretação das escolhas dos indivíduos ao longo de suas trajetórias.

que ambas não pudessem se distanciar no trabalho do historiador. Donde percebemos que a dimensão de uma existência ativa vai de encontro ao trabalho historiográfico e aos seus frutos – portanto, viver é uma condição fundamental para a história.

A compreensão na Antiguidade Clássica sobre as trajetórias tinha como fio condutor a “*Historia Magistrae*” (SCHMIDT, 2012, p.188), pensando no passado como iluminador e referência para o futuro, exercendo uma função moral enunciada nas narrativas sobre os heróis, ao passo que, na Idade Média, os contos hagiográficos mostravam que a existência devia estar em consonância com a vontade divina; portanto, a vida dos santos e santas era conduzida pelos desígnios de Deus, e a vivência espiritual, em muitas situações, deixava de lado o que se ligava ao mundo ou ao corpo. Havia um modelo a ser seguido e imitado para que os homens, com a ajuda de Deus e da Igreja, pudessem atingir todas as suas potencialidades podendo escolher o caminho da perfeição.

Na discussão teórica sobre a possível atuação do indivíduo nas estruturas sociais, destaca-se a crítica do marxismo e das teorias positivistas que tiravam das mãos do homem tal capacidade sobre os acontecimentos históricos, visto que estes são percebidos não na trajetória particular, individual, mas no nível coletivo. Dessa forma, marcadamente, presenciase, no século XIX, um “triunfo do eu” (SCHMIDT, 2012, p.191) manifestado nos mais diferentes meios e práticas, tais como na supervalorização dos diários e cartas, objetos do cotidiano que colocavam em evidência uma postura rígida que era difundida pelos autorretratos ou de família, acentuando um sujeito único e indiviso:

Na obra de Marx, a ênfase não recai sobre as ações individuais, mas nos atores coletivos – as classes – e nos grandes movimentos estruturais. Assim, por exemplo, embora o título de um de seus livros mais conhecidos – *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852 – remeta a um personagem individual, esse não assume, ao longo da narrativa, o papel de protagonista. Ao contrário, Marx faz questão de acentuar a pouca capacidade do sobrinho de Napoleão, chamando-o de “cérebro de toucinho” e acentuando que ele não acendeu ao trono por suas qualidades pessoais (SCHMIDT, 2012, p.190).

Pois bem, a escrita biográfica está cheia de contrastes desde a Antiguidade; no entanto, sabemos que o interesse por este elemento da História está em alta e longe de ser recusado. E este individualismo iniciado no século XIX toma novas roupagens na contemporaneidade com todas as tecnologias disponíveis, que colocam à disposição dos sujeitos da “Era Digital” canais diversos e os volta para seus próprios mundos onde é sempre possível falar sobre tudo. Assim, os *blogs*, *sites*, redes sociais, marcam esse espaço que continua individual, mas que, quando é desejado, torna-se público ao ponto de gerar grandes manifestações no âmbito social.

Na arte de contar histórias de vida as biografias tratam e “invocam” o indivíduo, sendo que essa individualidade é marca inerente desta narrativa que atravessa aquele que pesquisa e que escreve sobre outrem. Na verdade, o exercício da escrita biográfica traz consigo marcas e experiências que confluem diretamente para o biógrafo que, por sua vez, de acordo com Alexandre Avelar (2010, p.162), passam ao biografado. Tal experiência é presentificada constantemente no “jogo de memórias e intrigas” (DELGADO, 2003, p.1), assim, limitações de naturezas distintas se impõem ao historiador-biógrafo. Esses limites se desenrolam na escrita e nas diversas formas de narrativa, passando pela subjetividade daquele que escreve, o biógrafo, que acaba por passá-la ao objeto de sua pesquisa.

A interpretação é um elemento que aparece como necessária, uma maneira de compor as lacunas entre uma fonte e outra. Este processo aparece de forma veemente sendo importante a atenção e a consciência que o biógrafo deve desenvolver dos limites que, segundo Sérgio Vilas Boas (2008, p.29), constituem-se como “progresso do conhecimento”. O ato de dar significados à vida dos homens, vivos ou mortos, possibilita, conforme o autor, compreender as experiências explícitas ou obscuras. Contudo, não passa longe o outro lado da moeda que confere ao biógrafo uma autonomia perigosa capaz de estabelecer um tipo de “transferência psicológica” Vilas Boas (2008), tão extrema que pode transformar o personagem e sua vida em uma lenda:

[...] a compreensão se baseia no fato de sermos sujeitos, “egos”, e de vermos o outro ora com um ego alter, isto é, como um outro, um estranho, ora como um alter ego, isto é, como alguém que compreendemos porque poderia ser nós mesmos, com quem simpatizamos ou fraternizamos. Mais ou menos assim: “eu sou tu”¹⁴. A compreensão envolve também afetos. Não há como escapar de que somos sujeitos que lidam com os outros sujeitos. Apesar de algumas simplificações, operamos a auto-reflexividade, a autocrítica que exige a heterocrítica, o trabalho coletivo que exige o individual, e vice-versa, o singular contido no universal e, vice-versa e, como se não bastasse tudo isso, expressar com fluência a subjetividade [...]. A Psicologia diz-nos que o processo biográfico é uma questão de transferência e contratransferência (VILAS BOAS, 2008, p.30).

De fato, em alguns casos, é o que vemos, sobremaneira quando uma biografia traz consigo os adjetivos: definitiva ou oficial. Não há, para a História, a possibilidade de determinar os limiares da existência de qualquer ser humano ou de qualquer evento histórico. O trabalho de elaboração é feito posteriormente, tendo em vista vestígios, fragmentos, e trazendo mais perguntas do que respostas fechadas. Assim sendo, é impraticável pensar em uma relação de fé entre aquilo que vê e sente o pesquisador com “aquilo que ele crê” (VILAS

¹⁴ Frase de Edgar Morin (1998, p.31), citada pelo autor. A compreensão do sujeito e de suas ações também está presente no pensamento de Max Weber tido como fenômeno humano no âmbito da vivência social.

BOAS, 2008, p.31). Para tanto, torna-se inviável, na biografia histórica, conforme ressalta Benito Schmidt (2012), uma postura que desconsidera a metodologia crítica baseada nos documentos e rastros de memória:

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar por procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina que se põe a explicar e/ou a compreender o passado. Assim, a prática do gênero, pelo menos em âmbito acadêmico, deve estar subordinada às regras do *metier*, entre as quais se destacam a necessidade de se ter como guia de investigação um problema histórico formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas, e a de se expor os resultados do trabalho em um texto que remeta “para fora do texto”, ou seja, que indique os procedimentos analíticos utilizados e os materiais empíricos que subsidiaram a investigação (SCHMIDT, 2012, p.195).

Neste aspecto, verificam-se os critérios que se diferenciam na maneira como a experiência biográfica é tomada dentro e fora da historiografia. Outro fator concomitante na escrita de vidas está relacionado com a necessidade de se explicar tudo o que for possível e desejado nas narrativas sobre os biografados. Na gama de opções e instrumentos à disposição, o autor, historiador ou não, passa pela dimensão cronológica da vida de “seus” objetos, indo, por vezes, para além da personagem, seguindo pistas de seus descendentes ou de pessoas que conviveram no mesmo contexto. De igual forma, as efemérides acabam por sobrepor-se aos indivíduos, como é o caso da imperatriz Teresa Cristina, cuja vida, até certo ponto, não despertou interesse, talvez por não ter tido uma atuação diferenciada ou mesmo desejada na história do Brasil. Não obstante, outras características vieram emoldurar e idealizar sua pessoa.

2.1.1. O espaço biográfico na invenção da memória: Em torno da Mulher-Monumento

No desejo de contar vidas, os biógrafos se deparam com uma infinidade de caminhos e de rastros produzidos por seus personagens, bem como com algumas imposições metodológicas para a realização de seu trabalho. Agrupar, comparar, descartar e imaginar, alguns destes verbos são imprescindíveis em uma narrativa que busca tratar da “verdade” ou de um “real”, categorias que se desdobram na historiografia.

Partimos da seguinte questão: Quem foi Dona Teresa Cristina? Desta forma, inevitavelmente trilhamos os muitos caminhos da memória e das idealizações no processo de monumentalização do sujeito histórico. No caso da imperatriz do Brasil sua memória está

relacionada a dois momentos: a mulher-monumento¹⁵ e a mulher esquecida, presentes em imensos arquivos contendo seus diários, suas cartas e seus objetos do cotidiano, uma mulher do passado que se faz presente entre a memória documental e a monumental.

Constitui-se um desafio a tentativa de pensar a trajetória de Dona Teresa Cristina, sua transformação em mulher-monumento para além das efemérides que aparecem de forma concreta e firmada tecendo laços de memórias delicados de se desatar. Ao pensar Teresa Cristina Maria como monumento para a história do Brasil sob um enredo¹⁶ cheio de contrastes, amparado por alguns pesquisadores que corroboram em confirmar o *status* de “boa mãe dos brasileiros”, simplesmente, sem pensar como tal atributo foi sendo construído pela própria imperatriz.

O medievalista Jacques Le Goff (2003), em seu livro *História e Memória*, faz importantes considerações sobre a construção histórica do imaginário em torno dos monumentos e dos documentos, ambos tidos como “perpetuadores” das sociedades. Ele define o conceito de *monumentum* fazendo uso da etimologia do termo latino que significa “fazer recordar, inspirar, instruir”. Ele teria, desse modo, como principal função exaltar determinadas figuras ou situações de um evento passado; por exemplo, todo o significado em torno de uma estátua de Dom Pedro I, apresentado como o “herói da independência” e fundador do Império Brasileiro, ou ainda, os famosos arcos do triunfo de Napoleão Bonaparte. Segundo Le Goff, os monumentos têm suas “verdades” ligadas diretamente ao poder de fazer da memória algo sempre presente:

O *monumentum* é sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos [...]. O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (até legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 2003, p.526).

O documento histórico situa-se em outra esfera da memória. Passou por variações de significados ao longo do tempo, definindo-se como “prova” na escola positivista do século XIX. Le Goff também se vale do termo latino *documentum*, principalmente evocado como (*docere*) e posteriormente como atributo de prova científica:

¹⁵ Esta terminologia é tratada na tese elaborada por Andreia Delgado (2008) sobre Cora Coralina e o processo de monumentalização da poeta que corresponde a vários elementos produzidos pela mesma em sua trajetória permeada por idealizações.

¹⁶ O enredo aqui referido não representa algo de negativo nas construções da memória, mas é “um ato fundador”, segundo o qual o historiador faz um recorte na “ilimitada trama” da história, segundo Antoine Prost (2008) e Paul Veyne (1971). Na ideia de enredo, os personagens são percebidos em sua complexidade, assim como os eventos históricos e, dessa forma, Veyne ressalta que a “história é a narrativa, o resto é consequência” (1971 p.14-22).

É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titresetdocuments*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo (LE GOFF, 2003, p.526).

A viabilidade e a veracidade do documento histórico, assim definido pelo positivismo, parece conter a verdade do passado e, mesmo sendo fruto da escolha subjetiva do historiador, cumpre, em nível mais elevado, ao papel do monumento, conforme Fustel de Coulanges (1888), em sua obra *La monarchie Franque*, destacado por Le Goff:

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de documentos sem omitir uma única [...]. Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apóiam em documentos, deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto [...]. A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas [...]. A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (COULANGES, 1888, p. 29-33, apud. LE GOFF, 2003, p.527).

O documento aparece, segundo Coulanges, unicamente como texto, escritura, fato que se impõem a si mesmo; nesta perspectiva o documento supera o monumento. No entanto, os limites dessa definição também oscilam. Le Goff remete-se para outras áreas do conhecimento, validando-as como fundamentais na pesquisa histórica, à guisa de exemplo, a arqueologia, a filologia e a literatura.

Com o surgimento de uma “história nova” proposta pelos *Annales*, era vital a re-elaboração e a ampliação do papel do documento histórico, como se lê em Lucien Febvre (1949):

A história faz-se de documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem (...). Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1949, p.428, apud. LE GOFF, 2003, p.530).

Em contrapartida, Le Goff declara que não basta reconhecer o que ele chama de “revolução documental”, e restringir-se a uma crítica histórica. Relendo Michel de Certeau (1974), ele chama a atenção para a intencionalidade na escolha do que será reconhecido como documentos/fontes pela memória das sociedades. Dessa forma, é de suma importância não renegar o aspecto subjetivo da escolha voluntária, deste ou daquele documento, e impõe-se uma crítica mais radical.

Essa postura crítica é igualmente compartilhada e defendida por Paul Veyne (1971). Não sendo possível resgatar, reconstruir o passado, haja vista que ele não existe mais, o historiador trabalha com a ausência, com o não-dito pelas fontes “mutiladas”:

[...] Ora a crítica histórica tem por única função responder à questão que este documento me ensino isto; posso confiar nele? Ela não está encarregada de dizer ao historiador, que não teria mais que fazer do que a síntese, o que nos informam os documentos: compete ao próprio historiador vê-lo e a sua síntese não e nada se não tomar conhecimento dos documentos [...]. Não há seguramente dúvida de que não se pode escrever a história dos acontecimentos dos quais não resta nenhum vestígio [...]. O conhecimento histórico é traçado sobre o modelo de documentos mutilados; não aceitamos passivamente esta mutilação e devemos fazer um esforço para a ver, precisamente porque, medimos o que deve ser a história sobre o modelo dos documentos (VEYNE, 1971, p.22-23).

Michel Foucault (1969) também aponta para o questionamento do documento, sem, contudo, negar sua singularidade para o ofício do historiador. A história é construída e as fontes não contêm a fórmula mágica de nos fazer viajar no tempo, e o documento histórico não é puro:

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a “memorizar”os *monumentos* do passado, a transformá-los em *documentos* e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (FOUCAULT, 1969, 13-14,apud. LE GOFF, 2003, p.536, destaques no original consultado).

Le Goff conclui sua reflexão reafirmando a constante interferência do pesquisador/historiador na procura por respostas, na tentativa de compreender as “tramas” individuais e coletivas de uma determinada época:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da organização mental, inscreve-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra”do que sua intervenção. O documento não é inócuo (LE GOFF, 2003, p.537).

O que distingue o trabalho do historiador é o desejo da busca e do desafio, conforme enunciado em Veyne, o de “fazer a diferença”, estabelecer laços entre conceitos e possibilidades. Paul Ricoeur (1968) afirma que a relação historiador/passado, é norteadada pelo desejo do encontro que o leva à experiência dos indivíduos de uma época, superando a mera cronologia típica do trabalho historiográfico. Esta mediação “poética” evoca não a vivência

propriamente dita ou o resgate de suas vidas, mas coloca-nos nesta dinâmica do reconhecimento, do questionamento e da descoberta.

O monumento é rígido e ao mesmo tempo admirado, colocado acima dos meros ciclos cotidianos. Esse processo se deu com a última imperatriz do Brasil, em parte por meio das fissuras de um sistema político que ficavam cada vez mais evidentes, e pela própria pessoa de Dom Pedro II que começava a mudar no imaginário político e na vida social do Império. Em um regime monárquico, o casal imperial cumpre um importante papel simbólico em nível público, sendo idealizado e intimamente ligado às práticas cotidianas das demais pessoas: tudo gira em torno de suas figuras. Neste aspecto, segundo Le Goff (1984), interação conflitos de ordem simbólica e de poder e, no que tange ao discurso do símbolo, tal poder emerge do indivíduo que é posto como monumento e tem seu êxito na medida em que é aceito como tal pelo meio (DELGADO, 2008, p.389).

A sociedade brasileira do Segundo Reinado começa a firmar-se como tal e procura criar seus sistemas de representação cultural. Dessa forma, é imprescindível que alguns personagens acabem por ser incorporados no rol do simbólico. Assim acontece com Dona Teresa Cristina, uma mulher da elite aristocrática européia que, aos poucos, foi sendo incorporada ao imaginário cultural do Brasil como “mãe, esposa perfeita e modelo das virtudes”:

A mulher-monumento constrói a si mesma e é construída como repositório do patrimônio cultural que se formou ao longo do tempo e como responsável por sua transmissão às novas gerações; como mulher-memória, cuja vida se entrelaça ao passado coletivo; como narradora de histórias e tradições (DELGADO, 2008, p.393).

Vamos de encontro a uma “aposta biográfica”¹⁷ que consiste em dar suporte, como força criadora, à transformação da vida em monumento, a tal ponto que as contradições desse mesmo indivíduo não são apresentadas, nem sequer percebidas. Apontamos tal característica fortemente presente em algumas narrativas biográficas em que o biógrafo se aproxima e se identifica de tal forma com seu objeto, cometendo o equívoco de dar-lhe outros perfis, distanciando-o de uma perspectiva mais crítica. De qualquer forma, o processo de monumentalização não se separa da trajetória de vida:

Foi essa biografia, escrita como monumento, que acabou me mobilizando. Ou seja, iniciei minha aproximação da temática biografia por meio do debate

¹⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: 2009, p.34. (tese de doutorado). É importante frisar que a autora parte da ideia elaborada nas construções biográficas da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), onde a vida dos grandes homens cumpria a função de dar significado ao presente na constituição de um patrimônio imaginário da sociedade imperial, visto que essa instituição tinha como principal patrono o imperador Pedro II.

sobre a construção de memórias políticas. E, na tentativa de exercer controle sobre esse campo, decidi realizar um mapeamento inicial, levantando todos os títulos publicados, até então sobre a trajetória do Duque de Caxias. O resultado foi impressionante (SOUZA, 2012, p.109).¹⁸

2.1.2. Limiares de uma vida: as narrativas em torno de Dona Teresa Cristina

“Era mulher virtuosa e boa, da qual a história fala pouco, porque nada há de mal a dizer-se.”

Le Gaulois, 29 de Dezembro de 1889.

Teresa Cristina Maria de Bourbon¹⁹ nasceu em Nápoles, no dia 14 de março de 1822, ano significativo para o Brasil que, então, ficava independente de Portugal. Seu pai, Francisco I, após a derrota de Napoleão, uniu os reinos de Nápoles e da Sicília, dando origem ao Reino das Duas Sicílias. Sua mãe, Maria Isabel da Espanha, era irmã da polêmica Carlota Joaquina, avó de seu futuro esposo, Dom Pedro II. Mary Del Priore (2009) traça uma imagem de sua infância:

Teresa Cristina cresceu num ambiente feito de tradição, medo e intransigência, emoldurado pelos conventos que davam a Nápoles um aspecto triste. Sua educação foi limitada à cesta de costura, ao piano e ao canto. Dizem alguns que “não pensava em nada”. Mas se não pensava, sentia. E sentia muito (DEL PRIORE, 2009, p.168).

Normalmente é representada como sendo esta mulher distante, religiosa, sem encantos físicos, de uma educação fria e deficiente, cujo casamento, fruto da política, foi traumático e marcado por infelicidade. Outro olhar, um pouco mais poético, vem do escritor e secretário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Max Fleiuss, em um artigo publicado na Revista do IHGB, em 1922:

O céu azul de Nápoles inspirou versos de Tasso (Goethe). Veneração e estudo, [...], grande vulto, perfil mais de santa ou de Madonna (mãe dos brasileiros). Santa velhinha [...] na fronte dupla coroa, santidade e martírio, o coração de ouro [...]. Branda luminosidade em doce oval de Madonna de Raphael ou de Leonardo da Vinci. Há criaturas privilegiadas, quase sobrenaturaes, que refletem neste mundo a doçura indizível, o encanto extraordinário da terra onde nasceram. Esse fato particularmente se observa com a nossa terceira imperatriz cuja placidez de semblante, branda luminosidade azulina da pupila e beleza da alma transpareciam em seu doce

¹⁸ SOUZA, Adriana Barreto. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o Duque de Caxias. In: *História da Historiografia*, n. 9, 2012, p. 106-128. Uma interessante pesquisa que tem como foco várias biografias escritas sobre o Duque de Caxias; nota-se que, em cada uma, surge um personagem diferente e idealizado que passou pelo processo de monumentalização, e diversas matrizes discursivas que moldaram o personagem.

¹⁹ Teresa Cristina Maria Giuseppa Gasparre Baltassarre Melchiorre Gennara Rosalia Lucia Francesca d'Assisi Elisabetta Francesca di Padova Donata Bonosa Andrea d'Avelino Rita Liutgarda Geltruda Venancia Taddea Spiridione Rocca Matilde.

oval de madona de Raphael ou de Leonardo da Vinci, cujo bondoso olhar e sorrir nos traduziam moralmente toda a diafaneidade do céu da Itália, harmonizando-se, nos matizes da luz, com o cenário da bahia toda azul de Nápoles, formosa rival da nossa (FLEIUSS, 1922, p.4).

O casamento, realizado com o imperador do Brasil, foi feito por procuração em Nápoles, no dia 1 de julho de 1843. Em 3 de setembro, a bordo da fragata *Constituição*, a nova imperatriz chegava ao Rio de Janeiro. Durante os 46 anos em que viveu em terras brasileiras, Teresa Cristina cumpriu vários papéis ligados à condição de mulher, esposa, mãe e imperatriz e destacou-se na intimidade e procurou não interferir explicitamente na vida política. Foi educada à moda das princesas europeias, com deveres que deveria cumprir acima de todo interesse pessoal. No caminho para o Brasil, já causou a admiração daqueles que a acompanhavam, por sua amabilidade e generosidade, chegando a cuidar de um oficial doente.

Teve quatro filhos, sendo que os dois meninos morreram ainda crianças, permanecendo as princesas Isabel e Leopoldina. Viveu muitos dissabores, sendo célebre o suposto romance de Pedro II com Luisa Margarida, a Condessa de Barral, com a atriz Adelaide Ristori, e outras damas brasileiras. Não foi uma figura de importância no cenário político do Segundo Reinado, não obstante, segundo Carl Koseritz (1980), era a mulher mais respeitada em todo país, que a considerava modelo de todas as virtudes. Nos últimos anos do Império, Teresa Cristina “cuidava das flores e dos pobres”, segundo *Correio do Povo*, em 30 de dezembro de 1889. Após a proclamação da República, seguiu com a família para o exílio na Europa, falecendo em 28 de dezembro do mesmo ano.

Este é o resumo biográfico mais conhecido, com alguns acréscimos nossos, sobre a imperatriz do Brasil. Poucos relatos vão mais além destes apontamentos sobre sua trajetória. Assim sendo, voltamos à questão: Quem se lembra de Dona Teresa Cristina? Uma questão muito difícil de responder com precisão. Nunca como atualmente, acreditamos, se escreveu tanto sobre o Brasil do séc. XIX, particularmente priorizando personagens pouco conhecidos de nossa história²⁰; estes variados trabalhos giram em torno de artigos, biografias, teses, e outros. Todavia, o mais interessante é a necessidade de humanizar tais figuras, com toda sua problemática, presente tanto em lacunas, quanto na atuação direta nos eventos, ainda que permaneça algo de heróico e virtuoso sobre suas cabeças.

²⁰ Dentre obras situadas nessas investigações, citamos: DEL PRIORE, Mary. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007; *condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. ²⁰ KANN, Bettina; SOUZA, Patrícia. *D. Leopoldina, cartas de uma Imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. CALADO, Ivanir. *Imperatriz no fim do mundo: memórias dúbias de Amélia de Leuchtemberg*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Dona Teresa Cristina, inevitavelmente, foi sempre relacionada à figura de Dom Pedro II na historiografia, sendo vista em um lugar inferior e sem importância, em contraste com a popularidade do último imperador do Brasil, tido como “grande monarca cidadão” (SCHWARCZ, 2009, p.39). Talvez, nenhum outro, personagem, salvo o presidente Getúlio Vargas (1882-1954), tenha sido tão frequentemente objeto de pesquisas no Brasil.²¹ Sob este aspecto a esposa de Pedro II ainda carece de olhares mais críticos sobre seu papel na sociedade brasileira imperial. Partindo dessa premissa, consideramos ser de fundamental importância analisar as “matrizes discursivas” sobre a mãe dos brasileiros:

A centralidade concedida à figura dos grandes personagens em detrimento da apreensão dos processos históricos gerais, traço notório da historiografia brasileira dos *Oitocentos*, seria também um de seus aspectos mais controversos. As observações de José Honório Rodrigues em sua Teoria da História do Brasil, se não sugerem uma recusa sumária da escrita biográfica, assinalam o estatuto incerto do gênero, incluído entre as difíceis tarefas do historiador: “Talvez se possa dizer que na biografia, mais do que qualquer outro campo da historiografia, o conhecimento histórico se aproxima muito da arte. E talvez em relação aos elementos artísticos ou estéticos que contém, porque apela para a imaginação e torna o passado mais concreto, mais real e mais vivido, a biografia é mais lida do que a história”. O problema estaria contudo, no espírito comemorativo e marcado “personalismo” com que tais escritos foram elaborados no século XIX o que limitaria a sua constituição como efetiva à pesquisa histórica (OLIVEIRA, 2009, p.119).

Não voltaremos aqui à discussão sobre os personalismos que surgem na escrita biográfica, no entanto, observamos como os biógrafos da *RIHGB*²² tiveram êxito em elaborar discursos acerca de seus ilustres biografados exaltando seus feitos e compromissos com a nação. Na referida revista consta um pequeno relato biográfico sobre Dona Teresa Cristina elaborado por Sisson; aqui o elemento primordial consiste em ver que a pessoa da imperatriz já era objeto de um discurso bem direcionado no que diz respeito ao imaginário nacional, como veremos. A invenção de si de Teresa Cristina se desenrola ao passo que essa “malha discursiva” (BORGES, 2010, p.152) também é criada e forjada.

Neste sentido, uma representação nacional aparece no desejo de “dizer e fazer ver” (SANTOS, 2012, 94)²³, marcadamente a imperatriz do Brasil é posta como modelo das virtudes domésticas, mãe e esposa exemplar, avó e, por último, imperatriz. Nesta perspectiva os personagens corroboram na “tessitura narrativa” sobre si mesmos e, no caso de Teresa

²¹ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. BARMAN, Roderick. *Imperador cidadão*. Trad. Sandra M. Yamamoto. São Paulo: Unesp, 2012. SCHWARCZ. *As barbas do imperador: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, só para citar os mais recentes.

²² Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

²³ A biografia é incorporada a uma “retórica da nacionalidade”, onde está presente um “espírito nacionalista” contido na obra do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen.

Cristina, o não-dito; seu silêncio ao longo da história constitui um elemento fundador do “mito da mãe dos brasileiros”²⁴ neste processo:

Trata-se, pois, de um exercício de história da memória; memória aqui entendida como fenômeno coletivo cuja consolidação e perpetuação não deriva automaticamente da existência de uma e permanência de uma “comunidade afetiva”, mas da participação ativa de atores sociais que – através de estratégias, suportes e construções narrativas variadas – intervêm no processo de constituição e formalização das recordações. Tal processo implica, necessariamente, de forma mais ou menos consciente, apagamentos, adaptações, omissões e não-ditos, os quais, em determinados momentos, podem vir à tona na forma de “lembranças dissidentes” (SCHMIDT, 2009, p. 156).

As memórias dos grandes homens nos parecem solidificadas e rígidas, tal como o monumento em que se tornaram. No entanto, tais categorias tomam outro formato quando visualizamos sua própria desconstrução. Segundo Benito Schmidt, várias narrativas vão sendo compostas no caminho de formatação desejada dos personagens em questão. Ao apontar para as muitas faces de Gilda²⁵ ficam evidentes as possíveis auto-construções desta mulher que “forjou” uma imagem de si mesma, assimilando adjetivos inflamados, tais como, “Gildíssima, infalível, colorida” (SCHMIDT, 2009, 156-157), só para citar alguns. Imagens que caminham entre a exaltação e o esquecimento, permeados por “um cuidadoso trabalho sobre si” (SCHMIDT, 2009, 159).

Dona Teresa Cristina é uma personagem, cuja imagem foi criada e vista sob a ótica do silêncio e da ausência, tornando-se uma “imperatriz silenciosa” (GUIMARÃES, 2011, p.1), constituindo-se pelo não-dito e pelas efemérides a ela sobrepostas. Não obstante, faz-se necessário procurar o que não está claro ou definido. Para tanto, comecemos com as imagens evocadas nos textos de alguns autores neste “enquadramento da memória” (SCHMIDT, 2009, p. 164).

Ao se tornar esposa de Dom Pedro II, Teresa Cristina tinha 21 anos e vinha de uma família distinta, mas de pouca importância comparada com as demais casas reais europeias,

²⁴ Não se trata de conferir um significado de falsidade ao mito ou aos adjetivos de Teresa Cristina, mas de relacionar a importância da narrativa mítica na elaboração do cotidiano de uma sociedade, na medida em que lhe confere significados. Sobre o assunto ver: CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Atena, 1990.

²⁵ SCHMIDT, Benito. Nunca houve mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito (orgs). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.155-169.

Neste texto a personagem central é Gilda Marinho (1906-1984) uma mulher importante para o Rio Grande do Sul tida como a frente de seu tempo, extravagante, etc.. Tais adjetivos são vistos sob a pergunta “em relação a que?” esta mulher é concebida nessas condições. Como ela contribuiu para essa monumentalização? Visto que tantas outras também não se restringiram a padrões de comportamento, como frisa o próprio autor, “a excepcionalidade é uma categoria narrativa” que confere significado.

pois pertencia “ao ramo suspeito dos Bourbons” (ZERBINI, 2007, s/d). Sobre as condições de seu casamento já é mais que conhecida a frustração de ambos os noivos, como vemos em uma das versões de Lilia Schwarcz:

Não fora fácil encontrar esposa para o pai, acusado de ter matado a primeira mulher e para o filho a situação não se alterava. Por isso, a noiva vinha de uma casa real reconhecida, mas de menor importância dentro da “constelação de princesas à disposição”. Nos retratos que o jovem recebeu, ficavam expostas as qualidades físicas da futura imperatriz, porém minimizados os seus defeitos: a falta de cintura, o andar coxo, o rosto duro [...]. Após uma longa viagem, chegava Teresa Cristina, e a primeira impressão do imperador teria sido de desapontamento. Contam os documentos que Pedro II, romântico por natureza, teria chorado nos ombros de Dadama, a condessa de Belmonte, sua aia, ao conhecer a noiva (SCHWARCZ, 2009, p.30).

As demais biografias de Pedro II não vão muito além destas descrições sobre o fatídico encontro entre os noivos. José Murilo de Carvalho somente destaca que além de ser “quatro anos mais velha, de cultura modesta, baixinha, sem beleza e manca”, a esposa colaborou para que o jovem monarca se tornasse “mais confiante e mais expansivo nas funções oficiais e na vida social” (CARVALHO, 2007, p.52).

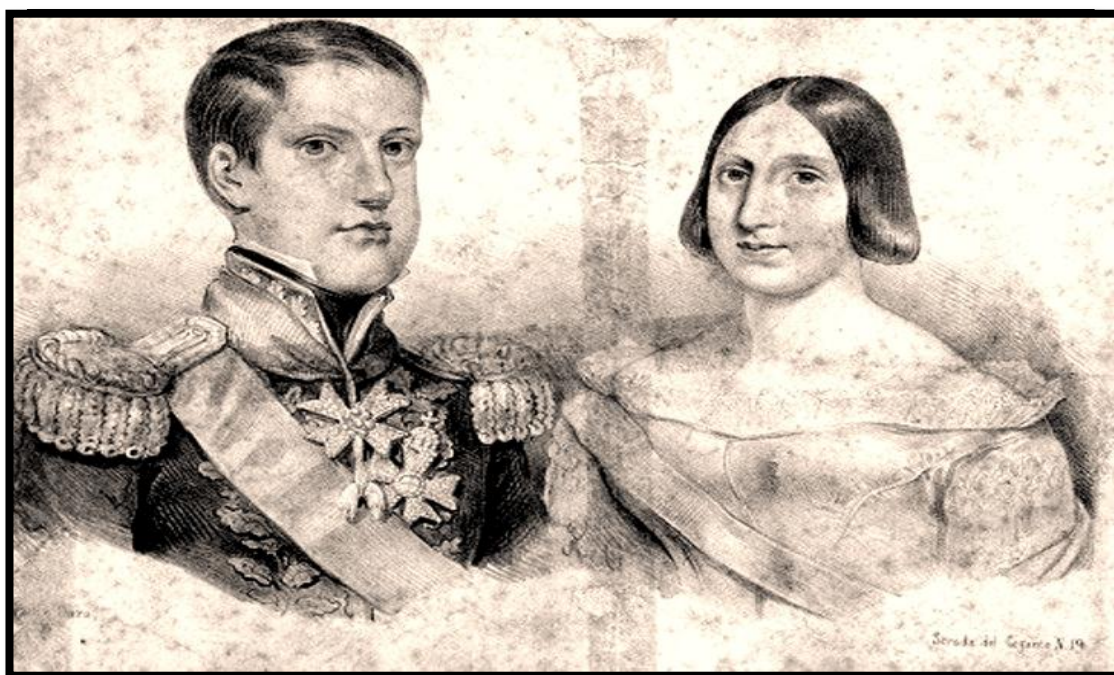


Figura 9: O jovem casal na época do casamento. Litografia de Gati e Dura, 1843. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emperor_Pedro_II_and_Teresa_Cristina_1843.jpg>. Acesso em: 21 de setembro de 2013.

Todas as narrativas dos primeiros tempos de Teresa Cristina no Brasil já exaltavam suas qualidades morais e espirituais, como uma forma de compensação pela falta de beleza

física (CUNHA, 1974). Tais descrições divulgavam amplamente sua imagem de esposa dedicada e, logo depois, de mãe afetuosa e trágica, devido ao prematuro falecimento de seus filhos homens. Na extensa biografia de Lilia Schwarcz sobre Pedro II, a imperatriz quase não aparece no decorrer da obra, mencionada somente como acompanhante do imperador. Em contrapartida, um trabalho recente de Roderick Barman²⁶ trata dom Pedro II como um homem mais próximo do real, cheio de contradições, omissões e com particularidades pouco conhecidas. Nesta biografia o historiador olha a esposa do imperador de uma forma mais atenta, dando-lhe voz em alguns momentos; assim, ela aparece com mais veemência no decorrer do texto:

O enviado brasileiro que negociara o acordo nupcial viajou para Nápoles em agosto de 1842, onde encontrou a princesa Teresa Cristina pela primeira vez. “A princesa é gentil, e na sua fisionomia apresenta a maior candura e amabilidade”[...]. O que Pedro viu? Não a encantadora princesa que imaginara. Sua noiva era “baixa e atarracada”e, apesar da doçura de sua expressão, comum. Nas palavras de um observador, ela “não é feia, porém tampouco bonita [...]”. Teresa Cristina ao menos não tinha nenhuma ilusão quanto aos sentimentos de D. Pedro II [...]. A brutal rejeição levou-a a pensar em se atirar no mar, e o momento traumático ficou gravado em sua memória (BARMAN, 2012, p.149-150).²⁷

O tom dos enredos apresentados já evidenciava o lugar que Teresa Cristina iria ocupar ao longo de sua vida no Brasil. Uma mulher rejeitada pelo marido, mas amada e venerada pelos brasileiros, que suportava pacientemente os malogros da condição feminina e, assim, a imagem da esposa virtuosa se fixava com o passar do tempo e a colocava frente à figura simbólica do imperador, que correspondia a outros desejos de representação, sendo ambas eram eficazes no imaginário cotidiano. E esta construção sobre si acabou por consolidar uma identificação das pessoas com a “veneranda matrona”²⁸.

Alguns historiadores afirmam que nunca houve palavra dita ou escrita entre o casal sobre os eventos traumáticos de seu encontro. O fato é que com o passar do tempo verificou-se um estreitamento entre eles e uma intensa intimidade percebida pelo nascimento dos filhos com um intervalo de um ano entre cada um, embora houvesse mexericos sobre a “impotência sexual” do jovem Pedro II (BARMAN, 2012, p.153).

²⁶ Temos dois trabalhos importantes de Roderick Barman sobre personagens do Brasil Imperial, uma biografia de Dom Pedro II, já citada, e outro sobre gênero e poder no século XIX, onde trata especificamente da princesa Isabel em sua relação com o exercício do poder num contexto masculinizado. Enfatiza que a herdeira da coroa brasileira não abriu mão de seus atributos femininos, mas tentou conciliá-los no exercício do poder no lugar do imperador; a obra também analisa as mulheres que governaram durante o século XIX. Ver: BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e poder no século XIX*. Trad. Luiz Antonio O. Araújo. São Paulo: Unesp, 2005.

²⁷ O historiador tem como fonte o texto de Tobias Monteiro.

²⁸ LAET, Carlos. A imperatriz. In: *Revista do IHGB*. Tomo: 98, v. 152, 1927, p.790-792.

A imperatriz tinha consciência de seu lugar junto do imperador, sobretudo como esposa e depois como mãe. O Brasil ainda se firmava como uma monarquia entre repúblicas, tendo como base econômica um regime de escravidão. Não se sabe, a princípio, como a jovem Teresa Cristina teria assimilado essa realidade de seu novo país. Não obstante procurou manter-se junto do esposo, ensinou-lhe o italiano e despertou nele o interesse pelas artes em geral, em especial, pela música e pela ópera (BARMAN, 2013, p.154).

Foram realizados alguns trabalhos mais recentes que tratam de forma quase unânime as qualidades menosprezadas e a importância da imperatriz Teresa Cristina do Brasil para a formação da cultura brasileira. Destacam-se o artigo de Eugênia Zerbini (2007)²⁹ e um livro do historiador italiano Aniello Angelo Avella (2012).³⁰ Em ambos é apresentada uma mulher mais próxima da realidade, não alheia às questões políticas e sociais, embora, ao longo da construção narrativa, permaneça um tom laudatório contrapondo-se com outros textos.

A obra do prof. Avella não é considerada uma biografia, como ressalta o autor (AVELLA, 2012, p.21), mas uma reflexão sobre a atuação direta da imperatriz na constituição de uma cultura italiana no Império do Brasil. O texto é escrito em italiano, ainda sem tradução em português, sendo fruto das comemorações do “Momento Itália-Brasil³¹” ocorridas entre outubro/2011-junho/2012. Neste contexto, Dona Teresa Cristina é colocada como “ponte” no intercâmbio cultural entre os dois países, iniciado no século XIX e mantido ao longo do tempo:

O trabalho do prof. Avella vêm preencher uma lacuna historiográfica, dando voz à imperatriz Teresa Cristina de Bourbon, esposa de D. Pedro II, uma das personagens que maior contribuiu para a formação de uma identidade de nosso país e das relações culturais, sociais e político entre o Brasil e a Itália [...]. Um dos capítulos mais significativos do presente livro demonstram que se formou na antiga capital do Império, graças a Teresa Cristina, uma verdadeira “república italiana das artes”, dando origem àquela que hoje é a maior coleção de origem italiana do mundo³² (CASTRO, 2012, p.13).

²⁹ZERBINI, Eugênia. *A imperatriz invisível do Brasil*. Revista da Biblioteca Nacional, 02 de Fevereiro de 2007.

³⁰ AVELLA, Aniello Angelo. *Una napoletana imperatrice ai tropici: Teresa Cristina de Bourbone sul trono del Brasile, 1843-1889*. Roma, Itália: Exòrma, 2012.

³¹ Sobre os eventos ver: Momento Itália-Brasil, Disponível em: <http://sedi2.esteri.it/sitiweb/AmbBrasilia/Momento_Italia/Documento_Momento_ItaliaBrasil_PT.pdf>. Acesso em: 21/06/2012.

³² Ricardo V. Castro, reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ. In: AVELLA, 2012, p. 13. Tradução nossa.



Figura 10: Logo das comemorações com a imagem de Teresa Cristina. Disponível em: <http://sedi2.esteri.it/sitiweb/AmbBrasilia/Momento_Italia/Documento_Momento_ItaliaBrasil_PT.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2011.

De fato, houve um avanço considerável da presença italiana no Brasil depois da chegada de Teresa Cristina que trouxe consigo diversos artistas. A chave de leitura no texto de Avella consiste em ver a atuação cultural e artística da imperatriz do Brasil, tida como grande incentivadora das artes, particularidade esta que é atribuída em menor grau a Pedro II, sempre visto como o “rei filósofo”, patrono das letras e das ciências:

Curiosamente a imperatriz napolitana do Brasil, totalmente ignorada na Itália, é pouco e mal conhecida também em sua terra de adoção, apesar de ter vivido nela por quase 50 anos. Esposa do imperador chamado de “filósofo” pelas suas grandes qualidades intelectuais, foi reduzida a dimensão de uma sombra do consorte. Segundo a escassa bibliografia que lhe foi até agora dedicada, ela seria uma figura apagada, submissa, de pouca cultura e, para completar, sem maiores encantos no aspecto físico. Ficou “hibernada”, na memória histórica como a “imperatriz silenciosa”, “mãe dos brasileiros”. Trata-se de uma clamorosa injustiça da historiografia (AVELLA, 2010, s/d).

Sob este aspecto não consideramos mero capricho historiográfico, ou “injustiça” o esquecimento de Teresa Cristina como uma personagem histórica. Esse fato se deu por diversos fatores, um em especial reside na certeza da pluralidade da história. Dessa forma, ao longo do tempo outras realidades acabaram por ser colocadas sob o crivo da historiografia, ao passo que outras eram “descartadas”. A imagem do indivíduo passou por várias análises, assim como sua atuação. Da mesma forma, ocorre sempre uma alternância entre a memória e a dialética da lembrança e do esquecimento. Este processo historiográfico também possibilita

a busca pelo que caiu no silêncio ou no não-dito, por isso de tempos em tempos, seguimos os rastros dos mortos e os intimamos a falar, às vezes o que queremos que falem:

Um livro de história surge sob um aspecto muito diferente daquilo que parece ser: não trata do Império Romano, mas do que ainda podemos saber desse império; por debaixo da superfície tranquilizadora da narrativa o leitor, a partir daquilo de que fala o historiador, da importância que ele parece atribuir a este ou àquele gênero de factos (a religião, as instituições), sabe inferir a natureza das fontes utilizadas, assim como as suas lacunas, e esta reconstituição acaba por se tornar um verdadeiro reflexo; ele adivinha a localização das lacunas mal remendadas [...]. Sabe sobretudo que, duma página a outra, o historiador muda de tempo sem prevenir, segundo o tempo das fontes, que qualquer livro de história é, neste sentido, um tecido de incoerências e que não poder ser de outro modo; este estado de coisas é certamente insuportável para um espírito lógico e suficiente para provar que a história não é lógica, mas não há remédio para isso e não pode havê-lo (VEYNE, 1971, p.26-27).

Não desconsideramos, contudo que o povo brasileiro não cultivava uma memória heróica de seus personagens, tão pouco, dos eventos significativos para nossa história, conforme já sinalizou Gilberto Noronha (2007, p.78). Assim sendo, esse *déficit* de memória acaba por restringir tais realidades aos círculos acadêmicos, onde o discurso gira, muitas vezes, em torno de construções e desconstruções tendo como base um criterioso trabalho metodológico que deve conter uma questão específica.

Na tentativa de salvar do descaso do esquecimento, as biografias erigidas pelos membros da *RIHGB* abriam caminho e visavam uma “ratificação da memória” (OLIVEIRA 2009, p.157), uma forma de contribuir para o surgimento do compromisso com uma memória nacional e com seus personagens. Todavia, a manutenção da lembrança e de imagens se engendra entre rupturas e (re)começos, ainda assim, insistimos nos caminhos da memória.

Mas voltemos à trama! O palácio de São Cristóvão não era atraente ou de aspecto feliz, parecia ser “a corte mais triste do mundo” (CARVALHO, 2009, p.34). Foi neste contexto que se desenrolou a vida de D. Teresa Cristina, ao passo que assumia seu lugar junto do marido e da casa. A representação em torno da imperatriz beirava a pura idealização, não sendo, portanto, difícil para as pessoas simples verem na mulher do imperador a “boa mãe e virtuosa soberana”(Gazeta de Notícias, 14 de março de 1887)que recebia os pobres às portas do palácio imperial, sendo comum vê-los nas escadarias, sobretudo nas audiências de sábado (KOSERITIZ, 1980, p.49).

Contudo, a presença feminina na corte era escassa, resumindo-se à imperatriz e suas damas. Sendo o imperador o grande chefe da casa, nada lhe escapava e com o tempo foi se tornando cada vez mais ciente de seu poder, mas de personalidade conflituosa, que oscilava

entre a de Pedro II e a de Pedro de Alcântara que, no entanto, preferia os livros e as conversas intelectuais (CARVALHO, 2007, p.80), traço marcante na convivência com a esposa que foi sendo cada vez excluída dos círculos do monarca:

As mulheres eram totalmente ausentes da comitiva da corte de D. Pedro II e de seu corpo de criados. Dentro do palácio, as únicas mulheres de posição eram as damas de companhia de D. Teresa Cristina. A imperatriz era parte integrante da existência diária de D. Pedro II, mas ela própria desempenhava um papel pouco significativo em sua vida emocional e intelectual. D. Teresa Cristina continuava passionalmente dedicada a “meu querido e sempre amado Pedro”, e seu principal temor era a possibilidade de perdê-lo [...]. Ela, portanto, procurava ficar mais próxima possível dele, o quanto D. Pedro II o permitisse, mas a proximidade não significava intimidade. Embora, ele fosse sempre atencioso e cortês com a imperatriz em público, na verdade ele havia se apartado dela. Não que ele tratasse a esposa com deliberada indelicadeza nem ativamente a rejeitasse (BARMAN, 2012, p.214).

Segue outro trecho, em tom mais crítico, da historiadora Mary Del Priore sobre o perfil do relacionamento entre Dom Pedro e Dona Teresa Cristina, deixando claro alguns motivos pelos quais um crescente esfriamento teria se instalado entre eles:

A imperatriz era, segundo a imprensa, “um anjo de bondade”, dona de uma “mão caridosa” e incapaz de “arrancar um gemido de dor ao coração dos brasileiros”. Passava o tempo a fazer boas ações. Mas se possuía um caráter doce, fisicamente era um desastre. Tinha o nariz dos ancestrais – formato de berinjela –, olhos miúdos, lábios estreitos e queixo duro. Os cabelos escuros amarrados em bandos sobre a orelha acentuavam o perfil comprido. Talvez por isso, sorria pouco. As pernas excessivamente arqueadas por debaixo das saias davam a impressão que ela mancava. Elegância? Nenhuma. Graças? Poucas. Só a voz de contralto que exercitava em pequenos trechos de óperas italianas e a facilidade com que se acompanhava ao piano. Corresponhia ao ideal que se tinha na época para uma mulher casada: boa mãe e esposa dócil. No mais, era inofensiva. Seu encontro com o primo D. Pedro II foi resultado de um casamento arranjado, como tantos que se faziam no século XIX (DEL PRIORE, 2008, p.167).

Um trecho sem dúvida importante para visualizar como as narrativas sobre a pessoa de Teresa Cristina se diferenciam na historiografia. O relato de Del Priore é mais crítico e sem maior adulação, procurando constatar as relações de poder em que a história, muitas vezes, está inserida. Um texto bem diferente de outros autores, como por exemplo, Eugênia Zerbin (2007), Lúcia Guimarães (2011) e AnielloAvella (2012), que dão uma configuração mais idealizada dos atributos da imperatriz do Brasil, colocando suas características físicas em outro panorama que, às vezes, nem são mencionados. De fato, D. Teresa Cristina não correspondia ao ideal de beleza feminina que se esperava, nem aos olhos do marido, o que facilitou o “afastamento” e a procura do imperador por outras mulheres.



Figura 11: D. Teresa Cristina, Insley Pacheco, 1866. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_de_Bourbon-Duas_Sic%C3%ADlias>. Acesso em: 30 maio de 2013.

Eis que para compor o cenário sombrio da corte de Pedro II, outra personagem surge nos corredores de São Cristóvão e que durante anos estaria ligada à figura dos monarcas brasileiros. Era Luiza Margarida Barros, a condessa de Barral. Pedro de Alcântara tinha recebido uma educação digna de reis, com um futuro grandioso, conforme o que se esperava. Fora aclamado com apenas cinco anos e, daí por diante, não teve uma infância feliz. Deveria ser o oposto do pai, D. Pedro I; pelo menos, quando o assunto eram mulheres.

Por conseguinte, não teve o prazer da companhia feminina. O pequeno príncipe refletia a imagem perfeita e sagrada do monarca, um “tipo dos Habsburgos”, nas palavras de Lília Schwarcz, pois era tímido, falava pouco; mesmo assim, encarnava a realeza divina, com seus olhos azuis, cabelos louros, como se sua imagem fabricada o colocasse acima dos meros mortais (SCHWARCZ, 1998, p.68). A presença das amantes reais sempre foi tolerada em todas as cortes que se sabe. Foram muitas as “favoritas” na história ocidental³³.

³³ Sobre o assunto ver: KENT, Michel. *As grandes amantes da história*. Trad. Cláudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

O Império do Brasil igualmente não se furtava a tais companhias “incômodas” de damas mais livres. A tumultuada vida amorosa de Dom Pedro I oferece bons exemplos desse fato, haja vista seu tórrido e longo romance com a marquesa de Santos que, recentemente, foi tema de um livro³⁴. Dom Pedro II, no entanto, não fora educado para ter o mesmo comportamento do pai, mas isso não queria dizer que desprezasse a companhia feminina:

Com o pai, D. Pedro II tinha pouco em comum por razões de temperamento e, sobretudo, de educação [...]. D. Pedro I era comandado por emoções [...] era capaz de grandes ódios e grandes amores. [...]. D. Pedro II foi educado para não se parecer com o pai. Ensinar-lhe a controlar ódios e amores, a ser contido, racional, equilibrado, previsível. Por trás do verniz da educação, no entanto, ferviam paixões, se não tão grandes quanto as [sic] do pai, pelo menos semelhantes a elas, tanto na vida privada, como na vida pública (CARVALHO, 2007, p.17).

A entrada da condessa de Barral na corte do Rio de Janeiro em 1859 provocou uma transformação definitiva no relacionamento do casal de monarcas, sobretudo em D. Teresa Cristina que foi se isolando e construindo, ainda mais, a imagem de mulher rejeitada e traída em contraste com a autoridade pessoal do marido que acabava por retrai-la; e, embora tivesse registrado que: “estimo profundamente minha mulher; cujas qualidades constitutivas do caráter individual são excelentes” (PEDRO II, citado por CARVALHO, 2007, p.80), nada fez para amenizar os infortúnios da imperatriz. Tal admiração não foi suficiente para resistir aos encantos da Barral, enquanto a esposa se resignava:

No curso ordinário da vida, D. Pedro II não levava em consideração as opiniões e as necessidades de D. Teresa Cristina e com base no princípio que “o marido é quem manda em casa”, ele não lhe concedia nenhuma independência. Após as filhas se casarem e estabelecerem suas próprias residências, ele nem sequer permitia a ela visitá-las, a menos que ele a acompanhasse. A imperatriz não desafiava sua sina. Ela vivia por meio de seu marido e por ele, mesmo que nem sempre com ele [...]. D. Teresa Cristina passava os dias tricotando, lendo e escrevendo cartas. Dedicava muito tempo a compromissos religiosos e à caridade. Ela não se interessava nem um pouco por política [...]. Embora não fosse altamente culta nem intelectual, D. Teresa Cristina era hábil em julgar caráter, tanto daqueles presentes constantemente na corte quanto dos visitantes ocasionais. A imperatriz não tinha o mínimo de vaidade, usando jóias apenas em ocasiões formais. “Era mão aberta”. Toda gente do paço adorava-a” [...]. “carinhosa no trato, mas [com] fundo de tristeza no caráter”. A afeição que ela não podia despendar com marido dedicou às filhas e, mais tarde, aos netos” (BARMAN, 2012, p.215)³⁵.

³⁴ REZZUTTI, Paulo. *Tútilia e o Demonão: cartas inéditas de D. Pedro I à marquesa de Santos*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

³⁵ O historiador se baseia em trechos de uma pesquisa mais ampla de Tobias Monteiro presente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Fica evidente nesta narrativa um traço da personalidade da Imperatriz Teresa Cristina em seu cotidiano. Traço este que compôs uma memória na historiografia; as considerações de Barman são mais amenas, em contrapartida Del Priore (2008) deixa claro que Dona Teresa Cristina nunca intencionou se impor, pelo menos quando se tratava da vida íntima, o casamento ou com a educação das filhas:

A chegada de Luisa mudou tudo. Teresa Cristina agora via suas filhas se afastarem também [...]. E não lhe passava despercebido o encanto do seu “querido Pedro” por aquela mulher. Teresa se sentia ameaçada pela inteligência, o brilho e a graça de Luísa. Teresa Cristina nada podia contra sua adversária. Compreendia poesia e a literatura, mas não conseguia memorizar coisa nenhuma. Ouvia comentários nas rodas sociais, mas não fazia qualquer contribuição. Suas ideias religiosas e preconceitos de infância eram um entrave para sua inteligência. Quando perguntada sobre qualquer coisa, mandava falar com D. Pedro. Seu temperamento introspectivo a impedia de externar a inveja que lhe provocara Luísa. Chorava por dentro, compreendendo que havia uniões desiguais de espírito. E que a sua com D. Pedro era uma delas (DEL PRIORE, 2008, p.170).

Não obstante, Avella (2012) traz outro perfil da imperatriz e como esta teria reagido diante do romance entre Pedro II e a condessa. Segundo o historiador, Teresa Cristina tinha personalidade forte e não teria permanecido submissa diante da traição do marido, referindo-se ao temperamento explosivo característico dos napolitanos. Caracteriza de *clichê* (AVELLA, 2012, 98) as narrativas que obscurecem e ridicularizam a esposa de Dom Pedro:

Personalidade forte, rica em interesses artísticos e culturais. Teresa Cristina Maria era dotada de grandes conhecimentos no campo da arqueologia. Quando casou com Dom Pedro, ela levou de Nápoles uma importante coleção de arte pompeiana. Estando no Brasil, mandou realizar numerosas campanhas de escavações em áreas de sua propriedade nos arredores de Roma, numa aldeia chamada Veio onde foi encontrada uma necrópole etrusca. Magníficas peças encontram-se hoje expostas ao público no Museu Nacional (AVELLA, 2010, s/d).

A trajetória de D. Teresa Cristina parece envolta em enigmas e hipóteses. Nesta perspectiva, ressaltamos outro atributo ligado à pessoa da imperatriz do Brasil, chamada de “a imperatriz arqueóloga”. As contribuições de Eugênia Zerbini no que tange às preferências de D. Teresa pela arqueologia, só refletem o que ficou de lado para a historiografia, sendo assim, mais uma vez é apresentada uma mulher, cuja memória foi negligenciada pela história (ZERBINI, 2007, s/d). Sem dúvida, as recentes narrativas sobre a personagem procuram evidenciar este aspecto da *mãe dos brasileiros* que deixou um importante acervo arqueológico para o Brasil. Tal acervo se encontra no Museu Nacional do Rio de Janeiro³⁶ e é considerada a

³⁶ Antigo palácio de São Cristóvão, residência da família imperial.

maior coleção do gênero na América Latina, contendo um conjunto variado de objetos, desde estátuas etruscas a múmias egípcias (AVELLA, 2010, s/d).

Desde que veio para o Brasil, a jovem imperatriz já tivera contato com as escavações arqueológicas dirigidas por sua família em Nápoles, nos sítios de Herculano e Pompeia. Se D. Pedro II foi chamado de “neto de Marco Aurélio” (CARVALHO, 2007, p.171), D. Teresa Cristina Maria é agora lembrada como “a imperatriz arqueóloga”. O imperador, em pessoa, determinou que sua coleção fotográfica, de igual valor para o patrimônio cultural, se chamasse “Coleção D. Thereza Christina”, atualmente na Biblioteca Nacional. Aos poucos a imagem da imperatriz começa a se associar a outros elementos culturais e artísticos do país; não obstante, pesquisas mais detalhadas precisam ser feitas nas respectivas coleções, visto que seu acervo não está totalmente catalogado e, certamente, outras preciosidades ainda são desconhecidas.

Existem várias cartas e memorandos de seus descendentes que demonstram a iniciativa de Teresa Cristina na continuidade das escavações (AVELLA, 2012, p.108-110), embora, não haja documentação que evidencie até que ponto ela teria se envolvido diretamente no processo, até porque não há referências explícitas em seus diários na maturidade, mas somente alguns apontamentos.

Esta atividade peculiar da imperatriz tem sido tomada por seus “entusiastas” como fator primordial para “reabilitar” a imagem de D. Teresa Cristina na memória cultural, chegando a ser considerada, por tal prática, “uma mulher bem a frente de seu tempo” (GUIMARÃES, 2011, p. 6), contudo ressaltamos que era comum, nas mulheres do século XIX, essa “paixão pelas coisas”, conforme já ressaltou Tânia Zimmermann (2004, p.40), que criavam significados e memória em torno de seus objetos, não sendo viável pensá-las em outra temporalidade.

No entanto, não é possível desconsiderar o papel fundamental da imperatriz na constituição deste patrimônio material. Dom Pedro II amava as artes, as ciências, a literatura, tudo que era novo. Em suas viagens procurava se entreter com escritores, poetas, cientistas, sempre procurando ver o que poderia “aplicar no seu Brasil”. Teresa Cristina também compartilhava o gosto do esposo pelas “maravilhas da arte humana” (PIRES, 2007, p.25; p.78). Encontramos uma nota em seu diário de viagem à Europa em 1871, um trecho curioso em que a imperatriz descreve sua viagem e, nas entrelinhas, expressa seu conhecimento sobre as culturas antigas:

7 de setembro,

[...] Partimos de Viena para Pest e a condessa de Barral para Paris. Fomos andando ao Museu de Antiguidade Húngara que se localiza em uma sala imensa com inscrições, armas e vasos romanos. Instrumentos de pesca, armas turcas, objetos de arte da Idade Média, mosaicos e objetos turcos modernos. Vimos a galeria dos quadros, que chegam a 200. Depois fomos ver o Museu de História Natural, muito interessante, a Biblioteca, com mais de cem mil volumes e um estaleiro de máquinas a vapor.³⁷

Nestas linhas, vemos uma parte da personalidade da imperatriz e de seus conhecimentos de outras civilizações, assim como, sua compreensão detalhada dos objetos e seus significados. Dessa forma, D. Teresa Cristina não pode ser compreendida pelo viés de uma “inteligência menor” ou de uma mulher submissa e sem interesses significativos. Pode ser que sua preferência pela arqueologia não fosse mais do que uma curiosidade ou identificação, a princípio, mas o que não negamos é o caráter de seu legado arqueológico que compõe o patrimônio artístico e cultural do Brasil.

³⁷ Trecho do diário de 1871 que se encontra no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Tradução nossa.



Figuras 12-16: Objetos que compõem a “Coleção Thereza Christina”, no Museu Nacional-RJ. Fotos do autor (Nov/2012).

Pensando na questão das matrizes discursivas e das representações culturais, mais uma vez nos vem a necessidade de ver algo de verdade narrativa. No que diz respeito à personagem, estamos envolvidos em um jogo de discursos onde várias faces da mesma moeda se apresentam, como ressalta Michel de Certeau (2010, p.17). Este é um “procedimento paradoxal” em que definitivamente devemos atuar e, assim, articular nossos objetos. Esse fato nos faz lembrar que nosso objeto se encontra em outro nível, assim como, nós mesmos, só sendo possível perceber a lacuna, a ausência. Portanto, as narrativas mudam e, como diz Michel Foucault, não existem sociedades que não as produzam de forma ritualizada, “coisas

ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo de um segredo ou uma riqueza” (FOUCAULT, 1996, p.36).

2.1.3. “A mãe dos brasileiros e modelo de todas as virtudes”

Aquella, a mãe dos pobres, a filha da bella Itália, que veio ao Brazil entornar o cofre immenso das suas virtudes sem fim, ei-la ahi, santa resignada, ei-la ahi também a desempenhar a sua sympáthica missão de mulher, de esposa e de mãe! Graças a Deus!

F. Arthur Costa, *Diário de Notícias*, 23 de agosto de 1888

Quando pensamos em uma representação ou conceito de mulher virtuosa ou exemplar, estamos atuando no campo do puro ideal, do simbólico e do desejo. Em nosso cotidiano buscamos sempre esses referenciais. Assim, nos remetemos brevemente acerca do imaginário sobre a mulher virtuosa no século XIX que vinculou deliberadamente a pessoa representativa da imperatriz Teresa Cristina a padrões de comportamento feminino na sociedade burguesa do Brasil monárquico. Não discutiremos noções de gênero ou práticas femininas, mas sim, como este predicado da imperatriz do Brasil foi entrelaçado com aquilo que era desejado para as mulheres, forjando uma memória de D. Teresa Cristina: mãe e modelo que começou a se firmar no século XIX e passou para a historiografia.

O conceito de representação, formulado por Roger Chartier (1988), ajuda a compreender como cada sociedade formula suas práticas sociais, sempre norteadas por noções universais e simbólicas. No que diz respeito à concepção popular acerca de D. Teresa Cristina como “mãe exemplar e modelo das virtudes domésticas”, vemos que a representação é entendida na relação entre a imagem e o objeto em cujo espaço interagem estereótipos, imagens e discursos diversos, assim como, símbolos também fomentados pela religião.

Neste aspecto, algumas “virtudes” foram, historicamente, associadas ao feminino, entendidas como atributos da mulher³⁸. As representações, de acordo com Chartier, não são discursos neutros, mas produzem efeito de uns sobre os outros, infinitamente, capazes de produzir mentalidades que são legitimadas pela sociedade (CHARTIER, 1988, p.29).

Assim sendo, ao colocar D. Teresa Cristina como mãe e modelo, a sociedade da época criava um símbolo nacional bem direcionado ao universo das mulheres. Entretanto, não

³⁸ Algumas considerações são feitas, depois da psicanálise, sobre o que é o feminino e que tal conceito não diz respeito exclusivamente à mulher, mas constitui-se em uma compreensão mais ampla.

afirmamos que o simbólico ou a representação seja negativa, ou que não remeta a uma verdade desejada, mas é importante presentificar que serve a um propósito:

A escolha de um determinado simbolismo nunca é aleatória ou inevitável: ela sempre conduz a determinadas formas de percepção de um grupo social, que já existiam anteriormente, mesmo que apareçam muitas vezes com epíteto de novidade. E – também ambígua – ao mesmo tempo em que o simbolismo determina aspectos sociais, ele possui muitos graus de liberdade, ou seja é obra e instrumento [...]. Todo símbolo possui um componente imaginário, mas também o imaginário deve utilizar-se do símbolo para manifestar-se (LANGER, 2001, p.6).

No Brasil Imperial, os valores simbólicos foram sendo compostos com o auxílio da tradição religiosa, produzidos e vindos da Europa. A figura da virgem Maria era idealizada e colocada como grande referencial para as mulheres: casta, pura, modesta, resignada, em suma, um modelo de virtudes que incorporava em sua pessoa a imagem paradoxal de “virgem e mãe” (SOIHEL, 1986, p.200). Esse discurso bem elaborado colocava as mulheres frente a um universo masculino que, também, buscava essa “mulher ideal”. Na literatura européia e brasileira³⁹ era evidente o papel que as personagens desempenhavam, em algumas ocasiões eram apresentadas como virgens, esposas dedicadas, em contraste com as “fúteis e pecadoras”, sendo que, estas últimas sempre tinham uma trajetória conturbada e um fim trágico, portanto, não eram um bom exemplo.

Na sociedade do Segundo Reinado vemos como D. Teresa Cristina teve sua imagem vinculada ao esperado para uma mulher respeitável, visto que suas qualidades mais exaltadas eram: “mãe exemplar e modelo de todas as virtudes domésticas”; tal imaginário encontrava espaço e tinha êxito em um contexto multicultural do Brasil que, neste aspecto, exaltava a “supremacia” da mulher:

O discurso sobre o feminino, as noções e concepções sobre a mulher reuniam as qualidades e elementos necessários para dar suporte para esta empreitada. Escritores e litógrafos descrevem-nas e pintam-nas como símbolos sacralizados, na intenção de criar, disseminar e conservar imagens idealizadas. Encontra-se ressaltado nesta coleção o caráter social e moral da mulher e a afetividade como característica intrínseca a todas elas. Altruísmo, maternidade e sentimento patriótico aparecem como inerentes essenciais à concepção de mulher e, apenas neste aspecto, expõem a supremacia feminina sobre o homem (RIBEIRO, 2012, p.2-3).

³⁹ Sobre o assunto ver: SANTOS, Carla de Paula. *Lúcia, Sofia e Lenita: três mulheres brasileiras do século XIX (perfis do feminino por José de Alencar, Machado de Assis e Júlio Ribeiro)*. Vitória: 2009. Dissertação de mestrado. LOPES, Silvana Fernandes. Retratos de mulheres na literatura brasileira do século XIX. In: *Revista Plures Humanidades*, n. 15, p.117-140, jan.jun.2011.

O historiador Avella (2012) intitula um capítulo de seu livro como “Sucessos, jóias e dores da imperatriz”⁴⁰. Três traços importantes na construção narrativa da memória sobre D. Teresa como uma mulher que sofreu as alegrias e as dores do casamento e da maternidade e, ainda assim, era inteiramente dedicada ao marido e imperador. A “serenidade de Teresa Cristina” diante dos sofrimentos, sobremaneira, da morte dos filhos⁴¹, a colocaram num lugar sagrado no imaginário brasileiro (AVELLA, 2012, p.140).

1871. “como sempre, a sensação de dor é contínua [...]. Esta manhã deixamos Nápoles e não sei quando tornarei a vê-la”.

[...]

Depois de ter tomado meu banho pelas 3, de novo mal da perna ao ponto de não poder andar ou dormir no meu quarto [...]. Depois da missa partimos para Petrópolis, e eu fui levada em uma cadeira, não podendo caminhar por causa da minha perna (AVELLA, 2012, p.148-149. Tradução nossa).

Esta concepção de vida ligada ao martírio era paralelamente enraizada no positivismo que enfatizava a dimensão altruísta ligada à vida familiar que deveria estar em perfeita harmonia com a vida social, e a mulher era aquela que deveria contribuir para que tal harmonia fosse mantida. Ademais, aos olhos da religião ultramontana, o sofrimento era uma condição ideal para buscar a perfeição (RIBEIRO, 2012, 3). Havia, portanto, dois pólos discursivos em que as mulheres estavam inseridas, de um lado as aclamadas virtudes e de outro, o do proibido, do que era procurado em outras mulheres e não nas esposas e mães:

Os discursos que versam sobre a mulher que surgem no século XIX, versam sobre sua beleza física e moral e sua imprescindibilidade para a espécie humana. A literatura e as artes plásticas deleitaram-se por longo tempo com a imagem da mulher como objeto, tomada como tema por excelência [...]. O positivismo tratando do aspecto social e moral da mulher, também se utilizou da figura feminina para simbolizar e disseminar um sistema de interpretação do mundo, justificado por seu caráter altruísta. A existência feminina vincula-se a outro, eleva-se como mãe, esposa e filha e representa aquela que desperta e desenvolve sentimento generoso nos homens (RIBEIRO, 2012, p.7-8).

A vida burguesa se desenvolveu rapidamente no século XIX e os espaços sociais foram tomando corpo, assim como as distâncias acrescentadas a cada grupo social. Criou-se, a passos largos, uma interiorização da vida doméstica (D’INCAO, 2012, p.228), em que era ampliado e enrijecido o valor e o lugar da mulher. A mulher de elite circulava, tinha uma vivência no interior de suas ricas casas e salões e, até certo ponto, desfrutava de uma vida pública, sempre “pautada pela opinião dos outros” (D’INCAO, 2012, p.228).

⁴⁰ *Successi, Gioie, Dolori Dell’Imperatrice*, p. 140.

⁴¹ O primogênito, D. Afonso, morre em 1847, Pedro Afonso em 1850 e D. Leopoldina em 1871.

Entre os domínios do privado e do público o casamento era um importantíssimo degrau para as boas moças e, por conseguinte, a maternidade seu baluarte para a estabilidade do *status* do grupo familiar, cuja significância era delineada pela presença e qualidades femininas, e que significavam um “capital simbólico importante” (D’INCAO, 2012, p.229). A forma como eram concebidas as aclamadas virtudes também se desenvolveu nos Oitocentos – a boa moça de família devia ser educada para ser “guardiã do lar e da família”. Consequentemente, a maternidade se impunha como um ideal cultural e era vista com a “base da moral da sociedade” (D’INCAO, 2012, p.231). Sendo assim, era “proibido não ser mãe”:

A maternidade tem se constituído num dos mitos da nossa cultura, exercendo-se em seu nome forte manipulação sobre a mulher que, desde muito cedo, é bombardeada com estímulos para o exercício de tal mister como algo para o qual não cabe qualquer modalidade de opção. Com efeito, repetem para a mulher, desde a infância, que ela é feita para conceber e cantam-lhe o esplendor da maternidade; os inconvenientes de sua condição – regras, doenças, o tédio das tarefas caseiras, etc, tudo é justificado por esse maravilhoso privilégio de pôr filhos no mundo (SOIHET, 1986, p.191).

Toda essa gama de valores era marcada por contradições advindas do próprio desenvolvimento da sociedade brasileira do Segundo Reinado, no desejo de ser uma nação forte com bases sólidas (ALENCASTRO, 1997, p.44). A figura de D. Teresa Cristina como imperatriz do Brasil se tornou uma referência das boas qualidades de mãe: modéstia, resignação e todas as demais virtudes cristãs, tão apropriadas a uma mulher no caminho da perfeição, uma imagem repleta de significados, um monumento, como vemos expresso num importante jornal da época:

Para os corações reconhecidos nunca passará despercebido o memorável dia em que nasceu a virtuosa imperatriz, a alma generosa e pura que dos esplendores de um throno sempre baixou a amparar a miséria e acolher a orphandade. Não é pois unicamente à soberana que ascendem hoje as saudações do Brasil; é à Mãe exemplar, à rara Ésposa, á Mulher perfeita e inexcédível (*Diário de Notícias*, 14 de março de 1872).

A virtude da mulher era um significante em constante contraste com os medos da sociedade no que diz respeito à conduta moral e sexual, tanto dos homens e mais ainda das mulheres. Havia, igualmente, uma noção bem elaborada e sustentada pela medicina da época que relacionava todos os males do corpo a uma conduta sexual desarranjada e pervertida. Todas as pessoas com tal comportamento “diferente” ficavam para sempre estigmatizadas – no século XIX eram temidas as prostitutas e os pederastas que cultivavam “amores por jovens meninos” (DEL PRIORE, 2011, p.151), que mais tarde foram relacionados com a homossexualidade masculina. O aborto, por sua vez, era um “velho fantasma” que já assombrava a vida das jovens brasileiras, sobretudo, das mais pobres e sem instrução que

ficavam à mercê dos padrões entediados e casados. Para esse mal havia várias alternativas caseiras e, no pior dos casos, os orfanatos e até o homicídio das crianças indesejadas (SOIHEL, 1986, p.203).

Diante destes conceitos fechados, não havia espaço para aqueles e aquelas que infringissem as regras, sendo relegados aos guetos e à vida oculta. No caso das mulheres o maior estereótipo era aquele que afirmava que o de “mãe é o equivalente ao de santa” (SOIHEL, 1986, p.207). A mulher que não quisesse se conformar com o “sacrossanto sentimento de mãe”, era louca, desnaturada e cometia uma violência contra si mesma.

Em contrapartida, o discurso médico sobre a prostituição no Império deixava uma brecha sobre a necessidade da satisfação sexual; todavia, esta constituía “um veneno para o corpo” (ENGEL, 1986, p.170) e inevitavelmente causaria a “destruição do organismo”, ou seja, ainda era mais saudável o sexo no seu sentido mais natural, como matriz reprodutora a ser vivido no casamento, entendido como “instituição higiênica” (ENGEL, 1986, p.171), por conseguinte, um espaço sadio para a vivência do sexo.

Sob este prisma, compreendemos a manipulação e a vinculação da pessoa da Imperatriz Teresa Cristina neste movimento discursivo e moral, constituindo-se como um “exemplo de bondade e virtude doméstica”. Nesta linha higienista, a independência feminina “não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de ideias que reforçassem a imagem de ‘mulher-mãe’” (SOIHEL, 1986, p.199). A mulher que se enveredasse pelo caminho da intelectualidade, da escrita e no engajamento político se tornava um péssimo exemplo; por isso, D. Teresa Cristina era reconhecida e exaltada por não fazer política:

[...] Tal o grau de estima e respeito em que é tida a excelsa princeza que veio n’este país assumir a corôa e imperar verdadeiramente em todos os corações – por sua bondade, por suas práticas generosas, por seu alevantado espírito de benevolência, que a todos cativa e atrai. Estranha inteiramente a todos os negócios públicos, a sua influencia é, no emtanto, em extremo evidente e tem se exercido clara e patente sobre todos os que têm vivido n’este país, aqui nascidos, ou que para aqui se transferiram de países estranhos: é a influência incontestada de uma bondade sem par, de uma modéstia exemplaríssima de um coração sempre aberto e prompto a acolher todas as súplicas e a suavizar todas as dores”(Gazeta de Notícias, 14 de março de 1888).

Fica evidente que mesmo no cenário político a imperatriz desempenhava um papel de referência simbólica onde a vida política do Império deveria ficar a cargo dos homens. Dessa maneira, é impossível não comparar a sua trajetória com a de outras mulheres que tiveram atuação significativa na esfera política da História do Brasil.

A primeira é, certamente, D. Carlota Joaquina (1735-1830) que usufruiu, por muito tempo, de uma péssima reputação na historiografia. Considerada ciumenta, autoritária, adúltera, só para citar alguns de seus atributos, era uma “*persona não-grata*”, uma mulher desconcertante que não gostava do Brasil. Todavia, pesquisas mais recentes chamam a atenção para outros traços da vida pessoal e política da mulher de D. João VI. Partindo de registros em cartas e outros documentos, surge outra imagem desta personagem contraditória, mas que na realidade tinha uma forte consciência política de seu tempo, de Portugal e do Brasil.⁴²

No processo de Independência do Brasil, destaca-se a figura de D. Leopoldina de Habsburgo,⁴³ primeira imperatriz, pertencente a uma das mais tradicionais casas reais europeias. Teve participação ativa em todo processo que precedeu a separação política entre Brasil e Portugal, e, embora tivesse sido criada nas bases do absolutismo e do antigo regime, foi mudando de posição frente às necessidades do Brasil, assim como de suas particularidades socioculturais. Sua vida íntima não foi fácil mediante os muitos casos amorosos de D. Pedro I, vindo a falecer com apenas 29 anos de idade, em 1826.

A segunda esposa de Pedro I veio da Baviera, chegando ao Brasil em 15 de outubro de 1829. A belíssima D. Amélia de Leuchtenberg era descendente de Josephine de Beauharnais, mulher de Napoleão Bonaparte e, antes de aceitar o casamento, exigiu que a marquesa de Santos se retirasse da corte para sempre. “A imperatriz arrebatou o marido desde o primeiro instante que ele a viu” (BARMAN, 2012, p.48). Sua atuação política foi curta, visto que, ficou somente 2 anos no Brasil indo com o marido para Portugal após a abdicação em 1831, jamais retornando ao Brasil. Ainda assim, organizou a vida social da corte e influenciou na nomeação e queda de ministros, só não teve êxito em remediar a difícil situação política e a imagem desgastada do imperador (BARMAN, 2012, p.50).

Dona Teresa Cristina conhecia bem o legado de suas antecessoras e manteve correspondência com a imperatriz-viúva D. Amélia até a morte desta em 1873. Entretanto, não se sabe, até então, os motivos que afastaram Teresa Cristina da política; o que é certo, é que mesmo não demonstrando muito interesse neste campo, acompanhava com atenção os desfechos de momentos críticos do país, tais como, a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a escravidão, como vemos na correspondência com o genro, conde D’Eu:

29 de maio 1869, 10h da noite

⁴² Sobre o assunto ver: AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Carlota Joaquina: cartas inéditas*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007.

⁴³ Sobre as biobibliografias mais recentes das duas imperatrizes do Brasil, ver notas 8 e 9.

Meu caro filho Gastão

Recebi ontem a tua carta de 15, e uma para o imperador que logo entreguei. Ela me fez o maior prazer sabendo que, graças a Deus, ia passando bem não obstante, as ocupações que deves ter, meu caro Gastão. Com prazer também li que o exército está agora mais satisfeito e animado com a tua estada lá. Ouvi dizer que se esperava em Montevideu naqueles dias o marechal. Tomara certo bem longe do Lopez. Espero em Deus que breve verei esta guerra acabada (Carta da imperatriz ao Conde D'Eu).⁴⁴



Figura 17: As Damas do Império, litografia de Debret, disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>.

Os corredores dos palácios da corte de Pedro II cheiravam a intrigas, bajulações, interesses diversos, enfim, nada diferente de outros tantos pelo mundo. Nesta esfera pública a imagem da imperatriz permanecia inalterável e de aceitação quase unânime por parte da população em geral, tal era a identificação das pessoas comuns com a vida da “santa criatura”, de uma simplicidade pouco comum nas cabeças coroadas:

[...] Também de quantas imperatrizes ocuparam o solio do Brasil será a única de que a notícia se perpetuará. A primeira, a mãe de Dom Pedro de Alcântara, influiu sem dúvida para a nossa independência, e um dos talentos de José Bonifácio foi attrahir-a á causa que seu marido dedicou-se; mas não se estabeleceu comunicação entre a filha do norte e os filhos do sul; as suas desgraças domésticas fizeram-lhe lastimada, não respeitada; só a sua morte tragica e as circunstâncias pungentes talvez acerbadas por circunstâncias fortuitas que a acompanharam ao túmulo, fixaram vagamente em torno de seu nome um nimbo de sympathy compassiva. A segunda imperatriz, a formosa Amélia não demorou bastante para caracterisar-se; e

⁴⁴ Carta presente no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis-RJ.

sua longa residência em Portugal, a indiferença que mostrou por tudo quanto era brasileiro, tornaram bem claro que nada a prendeu a esta terra [...]. D. Thereza Christina veio para o Brasil aos 21 anos e ligando-se ao imperador pôde dizer-se que esposou e perfilhou o povo brasileiro [...]. Nunca se ouviu dizer que tivesse política; que favorecesse políticos [...]. As consagrações oficiais vinham-lhe espontaneas, a vida particular foi, porém, o triunfo da Mulher, Mãe, e mãe dolorosa (*Gazeta de Notícias*, 29 de Dezembro de 1889⁴⁵).

Pode-se pensar que todo o imaginário em torno da imperatriz Teresa Cristina se restringia aos grupos monárquicos e às pessoas mais simples que justificavam tais ideais. Mas os círculos republicanos viam as mesmas qualidades e méritos da esposa do imperador, chegando a afirmar que suas virtudes e conduta exemplar poderiam ser tomadas como o fundamento e o sustentáculo da monarquia no Brasil. O Partido Republicano, fundado em 1870, tinha um espaço restrito, quando surgiu, mas falava abertamente contra o sistema de governo que consideravam incompatível com a democracia, embora não desconsiderassem a retidão do imperador no governo do país, atacavam diretamente o poder pessoal e centralizador de D. Pedro II (CARVALHO, 2007, p.127). Ao passo que viam na esposa do imperador uma mulher digna e respeitável que não se associava às mazelas da monarquia, conforme destaca o republicano Aloísio Sobrinho:

Efetivamente a ex-imperatriz do Brasil nunca foi bonita, entretanto, duvido que haja fisionomia mais simpática e mais atraente, expressão de olhar que tão bem se refletia um coração de ouro; aberto a todos os bons sentimentos. Um verdadeiro tipo de mãe. Nunca lhe falei, mas também nunca passei por ela sem tirar respeitosamente meu chapéu e curvar-me, não a imperatriz, mas àquela figura doce e honesta de burguesa pobre, quase humilde. O mesmo vi fazer a muitos republicanos exaltados, chamavam-lhe a mãe dos brasileiros e, realmente todos nós lhe tributávamos uma veneração em que havia coisa de filial. Esta é a verdade. Viveu cinquenta anos numa Corte corrompida (mais corrompida do que geralmente se pensa) e morreu imaculada! Não teve um desafeto; os mais violentos inimigos da monarquia nunca a insultaram com a sombra de uma alusão, com o simulacro de irreverência e, talvez, quem sabe? Foi sua virtude o sustentáculo mais forte desse trono que outro dia desmoronou. D. Thereza Christina teve o bom senso de nunca fazer política, de nunca se envolver nos negócios de Estado (...), nos últimos anos cuidava exclusivamente dos pobres e das flores. Como devia o manto imperial pesar nos ombros daquela excelente senhora, que era a personificação da modéstia, o modelo das boas velhinhas! Como lhe deviam aborrecer as etiquetas do Paço, da Corte, a vida convencional do Paço; a lisonja, a hipocrisia, a bajulação dos sabujos de São Cristóvão (*Correio do Povo*, 30 de dezembro de 1889⁴⁶).

⁴⁵ Homenagem póstuma pelo falecimento de D. Teresa Cristina, em 28 de dezembro.

⁴⁶ In: *Revista do IHGB*, abril-junho de 1962, vol. 255, p.117-118.

Neste contexto de muitas narrativas observamos uma constante comunicação de valores no que tange à invenção da memória da imperatriz Teresa Cristina Maria e à sua transformação em Mulher-Monumento da cultura nacional daquele período, que, como tal, sofreu as agruras do tempo. Esta relação se dá em um eixo complexo entre lembrança e esquecimento, mas constitui-se em uma forma eficaz de ritualização (FOUCAULT, 1996, p.39) que envolve as personagens da história em uma trama engendrada. Não obstante, a pergunta “Quem se lembra de D. Teresa Cristina?” suscita hipóteses para pensar e tentar responder sobre as causas de seu esquecimento, ou diminuição de importância, na memória brasileira, para isso se abrem possibilidades para pesquisas futuras.

2.1.4. Dona Teresa Cristina e os jornais da corte

Era característica do governo de D. Pedro II a liberdade de imprensa, um desejo pessoal do imperador que, curiosamente, também era alvo constante do olhar ferrenho dos folhetins, sobretudo nos últimos anos do Império. De acordo com José Murilo de Carvalho, “a imprensa nunca foi tão livre como em seu reinado” (CARVALHO, 2007, p.84). A liberdade também se estendia a qualquer pessoa que desejasse expressar sua opinião sobre os rumos do Brasil e outros temas.

Os mais populares jornais da corte eram: *A República*, *Revista Illustrada*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *O Mequetrefe*, mas existiam muitos outros de livre circulação na capital. Outra figura importante constantemente criticada era a princesa Isabel, vista como “sem postura, nem classe, ignorante e beata”, sem mencionar as chacotas contra seu marido, o conde D’Eu (CARVALHO, 2007, p.85).

Este estilo de narrativa começa circular no Rio de Janeiro em 1852, contendo um enredo bem personalizado e crítico. As crônicas se tornaram uma forma de textualidade bastante apreciada no Segundo Reinado, que eram mescladas com páginas de romance e vida social e, por fim, anúncios. Um traço destes folhetins sempre foi a postura crítica sobre os políticos e outras pessoas da vida pública, *A Revista Illustrada* era mestra em construir imagens e chamar a atenção para os defeitos dos personagens e, para isso, Ângelo Agostini deu ênfase a caricaturas bem elaboradas que transmitiam sua mensagem.

Na década de 1880 até a proclamação da República, a imagem de D. Pedro II e de seu governo ficou visivelmente desgastada. A saúde do monarca se deteriorava rapidamente por causa da diabetes e dos problemas políticos, e caricaturas sobre ele, famosas neste período,

satirizavam sua constante sonolência e falta de atenção nos eventos públicos. Era chamado de “Pedro banana” ou “Pedro Caju” (SCHWARCZ, 1998, p.416) e, dessa forma, foi neste contexto que a representação clássica do imperador de barbas longas e brancas se consolidou no imaginário popular (SCHWARCZ, 1998, p.420) e, para somar, havia o grande mal da escravidão que compartilhava, com ele, as páginas dos jornais e contribuía para desgastar ainda mais a imagem da monarquia.

Mediante as críticas ferrenhas ao sistema político e à vida pessoal do monarca, curiosamente, D. Teresa Cristina nunca foi mencionada de forma jocosa ou ridicularizada pelas famosas caricaturas de Agostini. O tom do discurso sobre a imperatriz continuava sempre o mesmo, em contraposição ao do esposo, da filha e dos políticos corruptos, como descreve o *Gazeta de Notícias*:

[...] Quanto á virtuosa princeza, que o nosso bom fado trouxe para o throno do Brazil, nunca houve a seu respeito duas opiniões, ou antes nunca houve opinião nenhuma porque o lugar que ella occupa, é no coração de todos os que amam esta terra, a quem ella tem dado o exemplo de suas altas virtudes (*Gazeta de Notícias*, 22 de agosto de 1888).

Chama-nos a atenção este trecho que, de certa forma, define o lugar que a imperatriz ocupa no imaginário brasileiro: “não há opinião nenhuma”, uma afirmação dúbia, certamente, que pode ser vista sob duas perspectivas, uma a de que D. Teresa Cristina era tida mesmo como a “heroína do lar e anjo da monarquia brasileira” como reconhece outro jornal republicano e abolicionista⁴⁷, e a outra é a de que era uma mulher sobre a qual não havia simplesmente nada que contrastasse com sua pessoa, nada podia se dizer além do que já se conhecia.

Uma “política de escândalos”, é como define Lilia Schwarcz (1998) os constantes ataques à imagem pública do Império e do monarca feitos, em grande parte, por causa dos desmandos no sistema público, os gastos da coroa, os escândalos amorosos do velho imperador, enfim, tudo vinha completar a trama e colaboravam para a descrença popular no regime de governo. Já na segunda viagem do casal de imperadores à Europa (1876-1877), a *Gazeta de Notícias* não mediu esforços em duras críticas à visita feita ao papa Pio IX, que chamou de a “submissão do Império do Brasil”; nele o relato dos rituais é detalhado e tomado como ridículo aos olhos do ideal de liberdade do país. O artigo foi publicado no dia do aniversário da imperatriz, 14 de março:

⁴⁷ Nota do *Diário de Notícias* em 21 de agosto de 1888 em homenagem ao regresso dos imperadores de sua última viagem à Europa.

A recepção não foi de um viajante incógnito, foi solene e oficial, dos imperadores do Brasil, no palácio do Vaticano, pelo pontífice de Roma que lhes concedeu essa GRAÇA [...]. A nação brasileira, constitucional e livre, como dizem que ela é, se achou em face do chefe do ultramontanismo, rei in partibus infidelium [...]. S. M. a imperatriz PROSTROU-SE AOS PÉS (!) de Pio IX – enquanto S. M. o imperador o cumprimentava com O MAIS PROFUNDO RESPEITO! Suas majestades ganharam, sem dúvida, mil indulgências por tamanha subserviência ao chefe da nefasta igreja romana, o qual lhe retribuiria com a santa benção e o costumado perdão a todas as culpas passadas, presentes e futuras (*Gazeta de Notícias*, em 14 de março de 1877).

O relato é bem mais longo e detalhado e a dura crítica se dirige ao imperador e à visita do Brasil, na pessoa do Imperador, ao papa, o que, segundo o cronista, não era compatível com o desejo de liberdade religiosa necessária, assim como, com as instituições livres da presença da igreja. O fato curioso que é em nenhum momento a imperatriz é alvo da crítica por “prostrar-se aos pés”, mas sim o imperador e a monarquia como principal instituição do país. Acrescentando a insatisfação com o exercício do poder pessoal de D. Pedro II, que não tinha o direito de subjugar o Brasil dessa forma: “Sua majestade é sem dúvida do Estado, mas o Estado não é de sua majestade”, escreveu Ganganelli, autor do artigo.

Seguindo na “política dos escândalos”, ressaltamos um fato importante que veio corroborar no descrédito da instituição monárquica, de seus agentes e na credibilidade da polícia imperial e no fato inegável da corrupção que já reinava no Brasil do Segundo Reinado. O caso ficou conhecido como “O roubo das jóias da coroa”⁴⁸ que foi considerado o maior escândalo da época (SCHWARCZ, 1998, p.425). A notícia foi amplamente acompanhada pela imprensa e serviu como fonte para os autores dos folhetins criarem narrativas para alfinetar e denunciar a corrupção latente da corte e o desleixo de D. Pedro II em punir os culpados.

Mais uma vez eram contrapostas as figuras de Pedro II e de Teresa Cristina, ambos se tornaram os principais personagens de uma trama literária que tomou como base o acontecimento verídico e elaborou enredos em que forças distintas se debatiam e era, antes de tudo, uma iniciativa republicana e abolicionista. Os principais autores eram os jornalistas Raul

⁴⁸ Trata-se do roubo misterioso ocorrido no palácio de São Cristóvão, em 17 de março de 1882. Na ocasião, era comemorado o aniversário dos 60 anos da imperatriz Teresa Cristina, que compareceu nas festividades usando seus famosos diamantes. O caso teve grande repercussão no país, e o roubo foi atribuído a Manuel Paiva, um funcionário do palácio, e a seu irmão Pedro Paiva, que estariam sendo protegidos e acobertados pelo próprio imperador. As jóias acabaram sendo encontradas enterradas em latas de manteiga nos jardins da casa do suspeito. Sobre o assunto ver: SIMÕES, Ricardo Japiassú. *O roubo das jóias da imperatriz*. Recife: ed. Do autor, 2002; JUNIOR, Roberto Daibert. Extra! Roubaram as jóias da imperatriz. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 2007.

Pompéia, José do Patrocínio e Artur Azevedo⁴⁹, todos criaram narrativas que transformaram o evento em um acontecimento de grandes proporções:

O alcance do escândalo foi tamanho que as agências telegráficas transmitiam a notícia, com proporções exageradas, para o estrangeiro [...]. Demolia-se assim a figura institucional do imperador, cuja popularidade, ao menos na corte, era cada dia menor [...]. Dom Pedro sempre teve amantes, mas só nesse momento é que se encontra espaço para ridicularizar publicamente a situação. O monarca cultivou desde pequeno uma erudição bastante superficial e nunca deixou de exibi-la, no entanto, é nesse contexto que ela parece absurda e artificial. A corte sempre contou com um orçamento folgado para a realização de seus rituais, porém foi só nessa ocasião que alguém se lembrou de fazer as contas (SCHWARCZ, 1998, p.427).

A novela de Raul Pompéia se passa no Palácio de Santo Cristo (paço imperial de S.Cristóvão) onde viviam o Duque (D. Pedro II) e a Duquesa de Bragantina (D. Teresa Cristina). Os empregados “tramam um certo roubo”. O Duque aparece em conluio com Manuel de Paiva, que continua com seu nome, para encobrir suas aventuras sexuais. Depois de concretizado o roubo o chefe de polícia acaba prendendo os acusados que são inocentados e libertados pelo próprio Duque (SIMÕES, 2002, p.74).

Além de ser fundamental no desfecho da história de Raul Pompéia, a Duquesa de Bragantina se opõe decididamente contra a autoridade do Duque, inclusive impedindo que cometa incesto com a filha bastarda, D. Conceição. No final aparece como a grande heroína da situação que, embora traída, ridicularizada, mantém a serenidade e o controle para resolver o impasse:

Aproveitando-se maravilhosamente bem da figura histórica da imperatriz Teresa Cristina, o autor constrói a personagem da Duquesa de Bragantina com o mero intuito de atacar do Duque de Bragantina (ou o imperador D. Pedro II) [...]. Mesmo se aproveitando da imperatriz Teresa Cristina (ou Duquesa de Bragantina) no seu jogo político de oposição ao imperador Pedro II, Raul Pompéia reabilita, através da personagem Duquesa de Bragantina, esta mulher que passou esquecida pela História do Brasil. Tanto que, apesar dos seus defeitos físicos, o autor optou por demonstrar as qualidades assistenciais e morais de D. Teresa Cristina. Portanto, o romancista também “valoriza seu pendor em face da caridade e bane qualquer traço de fealdade da mãe dos brasileiros” [...]. Ela, no folhetim a heroína, ele o anti-herói, ao invés de carola e medíocre, tem-se a mulher “ferozmente enérgica” (SIMÕES, 2002, p.80; p.90).

O romance de Pompéia é intenso e descreve em detalhes as particularidades de cada personagem e sua função na trama. O ponto culminante e, por assim dizer, centra-se no

⁴⁹ Raul Pompéia escreveu o “*As jóias da coroa*”, publicado na *Gazeta de Notícias* entre 30 de março e 1º de maio de 1882. Artur Azevedo, o “*Um roubo no Olimpo: intrigas na corte*”, na *Gazetinha*, entre 31 de março a 5 de abril de 1882; José do Patrocínio escreveu “*A ponte do Catete: intrigas na Corte*”, na *Gazeta da Tarde*, entre 30 de março a 12 de outubro do mesmo ano.

momento em que a Duquesa de Bragantina se interpõe categoricamente entre o duque e sua filha, impedindo o ato sexual:

Aterrado, o senhor de Bragantina levantou a cabeça... Não se levante! Dizia ela, nervosamente. – pede perdão à tua filha! Minha filha! Gaguejou o duque, fulminado pela aparição da mulher. Sim, tua filha, desgraçado!... A mãe acaba de morrer miseravelmente, viúva de um dos teus lacaios... (POMPÉIA, 1995, p. 62).

A história de Artur Azevedo é uma comédia teatral dividida em cinco atos e retomada em outra narrativa satírica. Os personagens aqui são míticos e vivem no Olimpo (palácio imperial). São eles: Júpiter (o imperador), Juno (a imperatriz), Argos (chefe de polícia), Mercúrio e Manuel Paiva, o ladrão. Juno, apesar de todos os percalços vividos pelas traições de Júpiter, assume uma postura severa e causa grande escândalo no Olimpo, chamando os outros habitantes do sagrado monte para o ocorrido, o roubo, e grita por justiça.

Da mesma forma que tenta desmascarar a corrupção do Império, o autor desmistifica a hipocrisia, apresentando uma imperatriz Dona Teresa Cristina, isto é Juno, sempre consciente da realidade que a cercava. Mas Juno, por meio da fúria, é animalizada, evidenciando, assim, um comportamento grotesco [...]. Portanto, no lugar de uma rainha calma, doce, segura de seu poder, encontramos uma descrição de uma mulher física e psicologicamente tomada pela raiva. O sujeito ideal, dessa forma, transforma-se no seu contrário (SIMÕES, 2002, p.109-110).

Juno canta e não narra sua indignação, assim, Azevedo utiliza-se de um famoso atributo da imperatriz Teresa Cristina, tida como excelente cantora: com uma voz sonora, ela canta e grita sua ira indignada.

José do Patrocínio, por sua vez, não evoca a imagem da imperatriz, mas crítica o luxo, a ostentação e a roubalheira no Império. A voz narrativa é a do autor do crime, comparsa de Leocádio de Bourbon (Pedro II). A ausência da esposa é preenchida pela presença da condessa (Luisa de Barral), que é representada como uma forte líder abolicionista, evidenciando um “triângulo amoroso” (SIMÕES, 2002, p.129).

Sem dúvida a presença contínua da imprensa fluminense no cotidiano ajudou a disseminar os ideais republicanos e, por conseguinte, contribuiu para a queda da monarquia, já enfraquecida por outros fatores. A utilização, como recurso literário, da voz e da pessoa de D. Teresa Cristina é emblemático, dadas as circunstâncias em que foram elaboradas e os propósitos aos quais serviu. Igualmente, não foi aleatório o uso da personagem, tendo em vista todo imaginário simbólico ligado à sua trajetória e à sua imagem pública na mentalidade brasileira. Todas as qualidades da imperatriz do Brasil foram deliberadamente tomadas como

forma de atingir a reputação de D. Pedro II, assim, observa-se que foram tensos os anos finais da monarquia no Brasil, onde idealizações e expectativas se chocavam.

2.1.5 Uma “heroína” nos finais do Império

Todo o povo adora extremosamente a sua soberana pelas eminentes qualidades que lhe adornam o coração. Permita o céu que sua existência se prolongue para a felicidade dos brasileiros

(*Gazeta de Notícias*, 14 de março de 1871).

Os anos finais da monarquia brasileira foram, sem sombra de dúvida, conturbados, tanto na política como na vida pessoal de Pedro II e de sua esposa. A agitação era grande pelo fim da escravidão e pela propaganda republicana cada vez mais eficaz, e tudo isso abateu ainda mais a saúde do imperador. Foi neste cenário que o casal e uma pequena comitiva partiram para sua última viagem à Europa como imperadores do Brasil. Entre eles estavam o casal Mota Maia, médico de D. Pedro e o neto Pedro Augusto “o favorito”. No Brasil ficava a princesa Isabel no comando do Império que, alguns meses depois, assinou a lei que abolia a escravidão no Brasil, em 13 de maio de 1888.

D. Teresa Cristina, como sempre, ciente de sua dedicação ao marido, foi de extrema importância para o restabelecimento da saúde do imperador. A imprensa publicava, diariamente, boletins informando o estado do monarca e o auxílio da imperatriz neste momento delicado em que grande parte das opiniões esperava más notícias. Quando a comitiva retornou ao Brasil, em 24 de agosto de 1888, a imperatriz era mais popular do que nunca e as manifestações das massas não deixavam dúvida sobre a continuidade da monarquia e o apoio a Dom Pedro II. Era como heroína que a imperatriz chegava ao país: “A S. M. a imperatriz, a heroína do lar, o anjo da monarquia brasileira” (*Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1888). Embora o tom de respeito fosse igualmente conferido ao imperador, grande parte dos jornais enaltecia a dedicação de D. Teresa Cristina.

Foi organizada uma subscrição popular para presentear a imperatriz com uma rica coroa em nome do “povo”. A cerimônia ocorreu no Paço de São Cristóvão, em 28 de agosto, ao som da banda do 10º batalhão, de meninas de branco, ministros, um grande número de pessoas, tudo bem detalhado pela imprensa. O discurso em homenagem foi feito pelo Sr. Capitão Lima:

Senhora, sobre vossa fronte tem a mão de Deus suspensa a corôa que em todo curso de sua vida tende sabido conquistar por vossas virtudes, mas enquanto não vos é dado ir essa coroa, permiti que em vossas mãos

deposite este simples, mas significativo symbolo de amor que o Brasil inteiro consagra a sua augusta soberana [...]. Não fostes vós o anjo tutelar que velastes noite e dia junto ao leito onde lutava com a morte a vida do Brazil? Não sois vós ainda que nos trazeis, victoriosa de tantos soffrimentos a consolação de reunirmos aquelle que, sendo filho de nossa pátria é, ao mesmo tempo soberano e pae? [...]. Senhora! Já de muito nos haveis conquistado os corações; é justo, pois que, vencidos pela vossa bondade, subjugados pelo reconhecimento vos offereçamos o signal da mais gostosa submissão. Esta corôa, Senhora, é o coração do povo brasileiro (*Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1888).

Em resposta ao discurso a imperatriz pronuncia, fato raro, algumas palavras de agradecimento, depois de gritos de entusiasmo da população, conforme relata o mesmo jornal:

Agradeço muito aos brasileiros esta prova de amor que me dedicam. Não fiz mais do que meu dever tratando do imperador, meu marido (*Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1888).

Pela primeira vez podemos observar, de forma mais explícita a, talvez, autoconsciência política da imperatriz acerca de seus gestos, dada em um momento de crise e, aproveitando-se de todo simbolismo que se construiu em torno de sua figura, desde que chegou ao Brasil. Neste pequeno discurso feito por ela percebemos uma correspondência entre a representação já firmada e maneira em que ela acreditava ser seu verdadeiro papel junto do imperador e do país, um dever sagrado de mãe, esposa e, por isso, soberana. Nos meses seguintes, mesmo durante o exílio e a morte, a imprensa retomava o caráter laudatório para estabelecer uma memória oficial sobre a última imperatriz na história do Brasil.

Por exemplo, uma homenagem feita no ano seguinte, em 1889, poucos meses antes da proclamação da República em que D. Teresa Cristina vai além de seu lugar sacralizado de mãe e esposa e assume um desejado papel político, mesmo que, fosse somente uma forma utópica de vê-la. O texto faz um resumo de sua trajetória no Brasil e as condições em que sua família viveu e foi expulsa de Nápoles, assim como, seu casamento arranjado e sua singularidade no que diz respeito às boas qualidades de espírito e caráter. Mas o autor vai um pouco mais além e vislumbra, imaginariamente, um possível reinado de D. Teresa Cristina:

Acreditamos mesmo que o povo brasileiro que supportariadifficilmente um soberano estrangeiro se sujeitaria de boa cara a uma regencia da Sra. D. Thereza Christina, certos que nessa posição não faria lembrar nenhuma de suas parentas, mas antes as regências de Anne de Beajeau ou de Branca de Castella. A Gazeta da Tarde, que não tem fetichismo por forma alguma de governo, mas que defende sempre a liberdade e a justiça, saúda pelo dia de amanhã a imperatriz do Brasil em quem só descobre qualidades(*Gazeta da Tarde*, 13 de março de 1889).

O “reinado” de Teresa Cristina é comparado ao das rainhas francesas que ficaram famosas pela caridade e pela condução sábia do reino em tempos difíceis, mostrando grande habilidade política. As parentas às quais o autor se refere são a tia da imperatriz, Maria Cristina de Sabóia, e sua filha Isabel II, da Espanha, ambas não foram felizes em seus governos levando o reino espanhol a várias revoltas e a escândalos amorosos com seus muitos amantes. Em resumo tudo o que não era compatível com a índole da imperatriz do Brasil, conforme se pensava. Pode-se acreditar que Dom Pedro II, conscientemente ou não, contribuiu para que a esposa se tornasse quase que “santa” aos olhos dos brasileiros e, por conseguinte, “silenciada”(AVELLA, 2010, s/d). Não obstante, nas palavras de Mary Del Priore, ao apoiar o neto, Pedro Augusto, em uma disputa na intimidade familiar pelo III Reinado, ela, enfim, entrava em cena no universo político e indesejado para as mulheres, entretanto, novos ventos sopraram nos trópicos:

Teresa Cristina era normalmente alijada dos encontros sociais e intelectuais que animavam o marido. Ela estava sempre nos bastidores. Era uma figura sem importância e, por isso, aguardava. E enquanto aguardava, se aliara ao neto. Vingava-se através dele. Dava suporte para seus sonhos. Ao lado dele, e na conspiração, se tornara importante (DEL PRIORE, 2007, p.252).

O golpe da República, em 15 de Novembro de 1889, pôs fim ao Império do Brasil. Sem revolução, sem ruídos, mas aproveitando a forte crise após a Abolição no ano anterior, além do visível cansaço do imperador. A República era fato consumado, diziam seus idealizadores. Em meio ao choro das mulheres, e a realidade dos acontecimentos, não houve alternativa, a não ser aceitar (SCHWARCZ, 1998, 460).

Assim, o novo governo, temendo o apoio popular à monarquia, decretou a imediata partida de toda família imperial, na madrugada chuvosa e escura de 17 de Novembro. A infeliz Teresa Cristina acompanhava, como sempre, seu augusto esposo. A multidão entusiasmada, que a acolhera quase cinquenta anos antes e que durante as festividades mediante seu retorno, não acompanhou seus últimos momentos em terras brasileiras; assim, Raul Pompéia descreve o triste desfecho:

Imersos em dor, os membros da família se puseram em lento movimento. As mulheres, em lágrimas, abraçavam e se despediam de suas amigas. O mordomo do imperador, o velho Bernardo, beijava-lhe as mãos em pranto. Às 2 horas e 46 minutos de domingo, dia 17 de Novembro, se desenrolou a etapa mais melancólica do drama. A família imperial deixava o paço [...]. Com cuidado, deu o braço à filha, enquanto o genro conduzia a velha imperatriz [...]. Em cima o céu tristíssimo povoado de nuvens crespas, muito densas, que um luar pálido bordava de transparências pálidas [...]. Praticamente pendurada por cabos, oscilando de uma embarcação para outra,

a imperatriz dava gritos que penalizavam a todos. A bombordo, um monstro marinho escuro espreitava o embarque [...]. Uma última refeição foi servida em águas territoriais brasileiras. Falou-se da ingratidão do país. Recolheram-se, cada qual com suas emoções (DEL PRIORE, 2007, p.241; p. 245).

No exílio, em um quarto de hotel na cidade do Porto, o coração cansado da imperatriz parou de bater. Os recentes acontecimentos “aniquilaram a vontade de viver de D. Teresa Cristina” (BARMAN, 2012, p.522). Sozinha, longe do marido e do Brasil, faleceu em 28 de Dezembro de 1889, sendo sepultada no panteão real dos Bragança em São Vicente de Fora. As cerimônias foram um grande acontecimento, todos respeitosos choravam a desventura de Dona Teresa Cristina (DEL PRIORE, 2006, p.252). A sua morte no exílio, e longe dos que amou, confirmaram toda a representação em torno de si fixando, assim, a santidade personificada de Teresa Cristina, assegurou essa simbologia e, segundo Barman, também “o perdão a Pedro II pelas negligências do passado” (BARMAN, 2012, p.526).

A imprensa cumpriu mais uma vez o dever de informar e construir a memória da última imperatriz do Brasil, como a “única vítima” dos tumultuados acontecimentos: “Costumava-se dizer que o 15 de novembro foi uma revolução incruenta feita com flores. Houve, porém, pelo menos uma vítima, foi a imperatriz” (FLEISS, 1922, p.27).

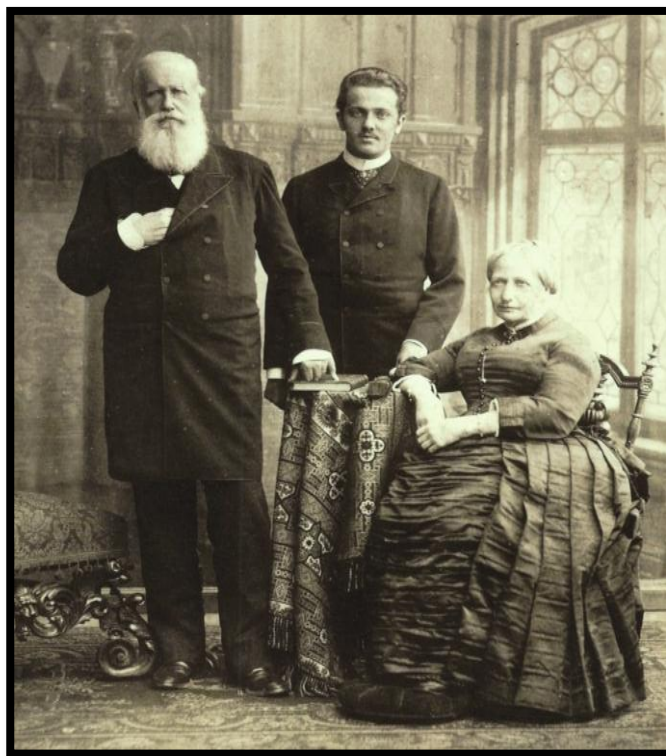


Figura18: D. Teresa Cristina com o marido e o neto “favorito”, Pedro Augusto, Jungmann,1887. Reprodução da *Coleção Princesa Isabel*, 2008, p.371

Quarenta e seis anos viveu dona Teresa Cristina na pátria brasileira, que sinceramente amava e, durante tão longo tempo, nunca, em parte nenhuma deste vasto país, foi pronunciado o seu nome, senão entre louvores e frases de reconhecimento (*Jornal do Commercio*, 29 de Dezembro de 1889).

O que foi esta santa senhora, não precisamos repeti-lo. Sabe-o, todo o Brasil, que no golpe que feriu o profundo o imperador, lembrou-se que era justa e universalmente proclamada a mãe dos brasileiros (*Gazeta de Notícias*, 29 de Dezembro de 1889).

A imperatriz exilada, expectadora de muitos dissabores, ainda esperou longo tempo antes de poder voltar ao solo brasileiro. Em 1922, foi autorizado o traslado dos corpos de D. Pedro e D. Teresa Cristina, aproveitando as comemorações do centenário da Independência. Todo o ritual enfatizou a “volta triunfal”, com direito a cortejo, homenagens militares e a presença do presidente da República Arthur Bernardes e, mais tarde, em 5 de dezembro de 1939, foram levados para o local definitivo, a cripta imperial na catedral de Petrópolis, no Rio de Janeiro, onde assistiram membros da família imperial, e o presidente Getúlio Vargas (SCWARCZ, 1998, p.513). Mas o celebrado era D. Pedro II, o imperador que agora era incorporado no panteão nacional, enquanto a imperatriz Teresa Cristina, jazia, ainda silenciosa.

2.1.6. À procura da imagem: Teresa Cristina entre o pincel e a lente

Em nosso cotidiano é algo comum a presença de imagens de todos os tipos e com diversas finalidades e, quanto mais elaborada, mais rápida é substituída, dando lugar a outras. Não há dúvida de que as imagens revelam algo de imediato, sendo anterior a todos os conceitos que elaboramos sobre elas. Dessa forma, nossa existência é permeada pela intimidade das imagens. Para a historiografia o uso e a apreensão das imagens é imbricado de múltiplos sentidos, sendo por vezes, reduzida apenas a “documento visual” (MENESES, 2012, p.243).

Pesquisas recentes diferenciam o que seja iconografia, iconologia⁵⁰ e a fotografia, pois cada uma, com suas respectivas técnicas, carrega uma particularidade: “ambicionam a verdade” (NORONHA, 2007, p.115). Lembrança e memória têm relação com o desejo de permanência, com a subjetividade e articulam-se no cotidiano. A princípio, a escrita é vista como a forma mais concreta que se pode utilizar para representar o passado e compreender os eventos e os personagens da história. A iconografia, essa imagem descrita, a iconologia e a

⁵⁰ Termo usado desde a Renascença que engloba atualmente o que se entende sobre a iconografia, retomando no âmbito da história das artes visuais. Ver: MENESES, 2011, 245.

fotografia são vistas sob o prisma do ser humano, pois tem a ver com nossa vida e nossos desejos; dessa forma, cada uma se desenvolve mediante técnicas precisas e particulares, mas não perdem o sentido filosófico: “o visível é sintoma do invisível” (MENESES, 2012, p.245).

Evidentemente, trilhando caminhos muito mais abrangentes e complexos, não intencionamos uma discussão sobre as diferenças técnico-conceituais entre os termos. A linha que norteia nossa reflexão tem a ver com a “memória da imagem” (MENESES, 2012, p.248), onde elas acontecem e se tornam objetos da história. As práticas da memória implicam em uma relação material, constituída de vários discursos. Neste aspecto, estamos falando da maneira como a imperatriz Teresa Cristina foi apreendida neste espaço da “memória sensorial” e, por conseguinte, transmitida no emaranhado de suas representações.

Segundo Eduardo Paiva (2006), a iconografia é uma das fontes mais ricas da história que traz consigo o “produtor, a obra e suas escolhas” (PAIVA, 2006, p.17). Seguindo essa ideia, a iconografia, no Segundo Reinado, forma e sustenta um imaginário social em meio a um universo de produções que enaltecem o Império e seus feitos. Neste caminho, as imagens e representações materiais fazem parte do núcleo de fontes de que dispõe o historiador. Não obstante, o valor de um retrato ou imagem deve ser tomado sob critérios metodológicos bem definidos para que não se percam no caminho:

O uso da imagem, da iconografia e das representações gráficas pelo historiador vem propiciando a apresentação de trabalhos renovadores e, também, instigando novas reflexões metodológicas [...]. A imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela dado a ler ou a ver. Para o pesquisador da imagem é necessário ir além da dimensão visível ou mais explícita dela. Há, como já disse antes, lacunas, silêncios e códigos [...]. A imagem não é o retrato de uma verdade, nem a representação fiel de eventos ou de objetos históricos (PAIVA, 2006, 19).

Portanto, discordâncias ainda existem no que tange às intenções sobre os documentos visuais. Conforme Meneses (2012), a imagem pode ser tratada como recurso documental na medida em que o historiador não caia no erro de reduzi-la a, apenas, vestígio. O desafio do trabalho aqui se desenvolve em dois pólos: da escrita e da representação material, não podendo ser tomadas como a mesma coisa:

A raiz desse fato está na formação básica do historiador, ainda de natureza exclusiva ou preponderantemente logocêntrica, com desconfiança ou restrições para tudo aquilo que tenha caráter concreto ou afetivo. Além disso, a palavra é, como não poderia deixar de ser, seu instrumento de expressão. Quando o historiador não consegue moderar a força gravitacional da palavra, tende a transformar a imagem em texto, e o pior nisso é que se esvazia ou deforma a natureza visual da imagem visual, que passa a ser tratada como um recipiente neutro, inodoro, insípido (MENESES, 2012, p.251).

O autor chama a atenção para as manipulações presentes nos discursos que produzimos sobre nossas fontes e para a maneira como as concebemos em nosso trabalho. Para tanto, as inferências devem ser postas levando em consideração os elementos constitutivos de cada documento. Para a historiografia o interesse nas produções artísticas muda em cada época, conforme afirma Paiva (2006, 20), de forma que o olhar empírico do pesquisador pode configurar outras possibilidades para além de imagens e conceitos articulados, tendo em vista que não se pode separar a arte da vida – ambas coincidem e se complementam.

O Império do Brasil patrocinou enormes produções artísticas com a finalidade de construir o imaginário nacional. Temos como referência os famosos quadros de Victor Meireles, Benedito Calixto e Pedro Américo, alguns dos mais requisitados na arte de criar representações para a monarquia brasileira. Suas obras procuram refletir a simbologia própria das grandes casas reais européias e de seus nobres personagens. No caso do Brasil, o centro social e simbólico era a família imperial, sobretudo o imperador Dom Pedro II (SCWARCZ, 1998, p.253).

A Academia Imperial de Belas Artes foi o grande centro do universo artístico durante o Império e onde estudaram os grandes nomes da pintura brasileira no Segundo Reinado. Muitos quadros foram realizados tendo como modelo o imperador do Brasil, que conheceu vários dos artistas mencionados. Nas telas realizadas em várias fases da vida do monarca, surge, quase que exclusivamente, a figura imponente de Dom Pedro II. São incontáveis obras espalhadas pelo país, em que era importante manter consolidada a unidade monárquica pela pessoa do imperador.

É interessante notar que D. Teresa Cristina também foi amplamente retratada nas telas oficiais, todavia, não com a mesma variedade de silhuetas ao longo de sua permanência no Brasil. Sem dúvida, é necessária uma pesquisa mais detalhada para mapear o acervo iconográfico da imperatriz. A imagem, por ele divulgada, não é tanto da soberana do Império, mas da mulher comum e burguesa que traz junto de si os símbolos que muitas vezes eram ligados a Dom Pedro, como livros e outros objetos de erudição:



Fig. 19: *Teresa Cristina, imperatriz do Brasil*. Victor Meireles. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_de_Bourbon-Duas_Sic%C3%ADlias>. Acesso em: 30 de maio de 2013.

Fig. 20: *Teresa Cristina, Carneiro e Gaspar Courtois*. Disponível em: <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carneiro_e_Gaspar,_J._Courtois_-_Imperatriz_Teresa_Cristina.jpg>. Acesso em: 30 de maio de 2013.



Fig. 21: Litografia da imperatriz. Sisson, 1860. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~lgeraldo/brasil2imagensC.html>>. Acesso em 30 de maio de 2013.

Nestas diferentes perspectivas, a mesma personagem é mostrada em meio aos símbolos de sua condição de nobreza, ao passo que a silhueta que mais se aproxima da mãe dos brasileiros é a de mulher na intimidade da casa, em alguns casos com os filhos e com objetos ligados ao feminino no século XIX, leques, bibelôs e os diários que compunham o cenário. Esta é a imagem que aparece na pintura, conforme as distingue Meneses (2012,

p.245), uma cultura do material e do imaterial, onde realidades são produzidas e assimiladas, onde tudo passa pelas sensações da “mente – corpo” do observador. Em Teresa Cristina mesclam-se o imaginário construído, distribuído neste conjunto de memória e sensação, mas que não captam o verdadeiro, o real de sua trajetória, certamente impossível para a historiografia:

Imagens podem ser mais do que traduções da realidade (representações), e também podem estar relacionadas a um sistema de valores, neste caso: são simbólicas, o que não quer dizer que tudo o que é imaginado, necessariamente simboliza, expressa alguma realidade, ou se refere a um conjunto de valores [...]. Le Goff ainda distingue imaginário e ideológico. Este último seria uma imposição de imagens para organizar uma sociedade (NORONHA, 2007, p.117).

As representações de Teresa Cristina se voltam mais para o estereótipo ligado à condição da mulher no século XIX e, com isso, mantêm uma desejada ordem social no que diz respeito ao papel das mulheres naquele contexto. Talvez, neste ponto, não tenha sido muito eficaz tendo em vista que nos mais diferentes lugares do Brasil, várias mulheres assumiam funções masculinas, como governo de fazenda, comércio, enfim, uma norma comportamental que não era assimilada e vivida da mesma maneira.

A fotografia aparece como outra “modalidade de memória” (MENESES, 2012, p.258), constituída do sentido de estabilidade em que rivalizam pessoas, espaço e tempo. Por meio desta técnica acreditava-se poder capturar a “essência”, a verdade contida nos objetos fixados pelas lentes. No Brasil a fotografia se tornou muito popular pela iniciativa do imperador Pedro II que trouxe a novidade e utilizou deste recurso para construir sua própria imagem e a de seu Império. Através desses “regimes de visualidade”⁵¹ (MENESES, 2012, p.259), se estabelece outra forma de entender e tratar o passado contido na fotografia como documento em sua potência de sentidos, onde é possível, grosso modo, ver o “real” das pessoas e dos lugares:

O cruzamento entre imagem fotográfica e a história se dá a partir do estatuto técnico das fotografias e seus sentidos de autenticidade e prova, que as transformam em testemunhas oculares de fatos. Mas as evidências históricas não são peixes em um oceano a serem fígados ao sabor das marés pela isca do historiador, da mesma maneira que a imagem não é captada pelo olhar neutro. A evidência histórica e a imagem são constituídas por investimentos de sentido, e a fotografia pode ser um indício ou documento para se produzir uma história; ou ícone, texto ou monumento para (re)apresentar o passado (LOPES, 2012, p.260).

A fotografia no Brasil Imperial estimulava uma cultura da imagem, na qual estavam embutidos os valores sociais de todas as classes. A proliferação dos retratos de família

⁵¹ O autor se aproximado conceito de François Hartog sobre os regimes de historicidade, na ótica de como as sociedades se relacionam com seu passado e suas representações.

salientava o desejo de firmar um imaginário sobre esta instituição sedimentada e com uma função ordenadora. A família imperial estava no centro desses mecanismos simbólicos, enquanto uma aura de culto se estabelecia. Esta dimensão ritual mais tarde foi desmistificada por Walter Benjamim (2012) que frisava o caráter puramente político e capitalista das produções artísticas e visuais. Todavia, ainda no séc. XIX, esses objetos de memória se tornaram um hábito entre os brasileiros e na sociedade como um todo, sem nenhuma resistência, repleta de uma “beleza melancólica e incomparável” (BENJAMIM, 2012, 189), constituindo-se, assim, um meio de autorrepresentação:

Imperador e Império tiveram a sua imagem desenhada pela pena aguçada e perspicaz dos viajantes e retratistas e fotógrafos que por aqui transitaram. Independentemente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem [...]. Enquanto a imagem da corte era uma imagem não somente pública, mas publicada nos jornais e nas exposições universais, a imagem do Império ainda tinha como modelo a família imperial (MAUAD, 1997, p.184-185).

Tinha-se uma preocupação de criar uma imagem verdadeira do Brasil e de suas paisagens, tendo como modelo as perspectivas européias. Em 1854, o “cotidiano das imagens” (MAUAD, 1997, p.191) ganha forte impulso. D. Pedro II e sua família eram constantemente fotografados em poses sóbrias e formais, e alguns profissionais ganharam o título de fotógrafos da casa imperial, sendo os mais famosos: Joaquim Insley Pacheco e Marc Ferrez. Os álbuns eram normalmente feitos em *ateliês* ou, por vezes, nas residências com poses mais informais.

A imperatriz Teresa Cristina também era frequentemente retratada sozinha e também apreciava a técnica revolucionária. Também nas fotografias a imagem que prevalece é a da “boa mãe”, estando sozinha ou com o marido e as filhas, em trajes mais escuros, a exemplo da sobriedade burguesa. Em suas viagens pelo Brasil e nos lugares em que esteve com D. Pedro sempre era fotografada por profissionais famosos:



Fig.22: Teresa Cristina aos 29 anos. 1851.⁵²

Fig.23: Teresa Cristina e as filhas, 1870. Insley Pacheco. Reproduzido de *Coleção Princesa Isabel*, 2008, p.87.

Fig.24: A imperatriz e o neto D. Antônio. Detalhe de Otto Hees, 1889. Detalhe de um painel representando a família imperial nos jardins do Museu Imperial de Petrópolis-RJ. Foto do autor.

Nos diferentes retratos da imperatriz do Brasil vemos, pela ótica do fotógrafo, um tipo de “superioridade européia” (LEITE, 2012, p.7) em contraste com a diversidade cultural do Brasil do século XIX. Essas imagens eram produzidas em larga escala e distribuídas nos mais diversos locais públicos e casas. Nesta prática está contida uma “vinculação íntima de poder” (LOPES, 2012, p.255), tendo a família imperial como modelo, através do que se intencionava

⁵² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_de_Bourbon-Duas_Sic%C3%ADlias>. Acesso em 2 junho de 2013.

a consolidação de uma ordem social. Para tanto, o uso das imagens de Teresa Cristina amplia sua “imagem moral” (NORONHA, 2007, p.138), evidenciando a capacidade de criar sentidos por meio das representações que, por sua vez, também geram outros sentidos; e na sociedade monárquica brasileira todo esse aparato sensorial estava interligado entre a “performance e a cerimônia” (LOPES, 2012, p.256).

Através do ímpeto fotográfico do século XIX, o Brasil recebeu um importante legado documental presente em imensas coleções espalhadas nos principais arquivos e museus do país. Destacam-se a “Coleção Thereza Christina”, já mencionada, e a “Coleção Princesa Isabel”⁵³, reunida pela princesa e seu marido ao longo de sua vida no Brasil e no exílio, e, tendo sido descoberta recentemente, é formada por uma variedade de retratos oficiais, íntimos e tantos outros de regiões brasileiras por onde passou a família imperial. Não resta dúvida de que estas obras têm possibilitado novas leituras sobre o passado do Brasil e sobre seu desenvolvimento em todos os aspectos urbanos e sociais.

Trilhando este caminho de memória, percebemos o desafio de se abarcar um objeto de reflexão, sobremaneira, ao se tratar de uma pessoa do passado, a imperatriz Teresa Cristina, no montante de suas representações que a inserem na memória historiográfica do Brasil. Não a tomamos de forma isolada, o que seria impraticável, nem intencionamos dissecá-la para desvendar toda a complexidade e ausências em sua trajetória, conforme já afirmou Gilberto Noronha (2007, p. 85). A personagem marca um período da história do Brasil que começa a ser retomada sob outros pontos de vista. Não obstante, como ressalta Sabina Loriga (2012, p.31)⁵⁴ uma biografia não é uma resposta definitiva para se compreender as variações do movimento histórico, mas aponta algumas direções, de modo que as narrativas em torno de Teresa Cristina sugerem como se constitui a permanência de sua memória, mas também nos leva a pensar como essa memória foi caindo no esquecimento, o que nos levou a questionar: Quem, então, se lembra de D. Teresa Cristina, a mãe dos brasileiros? Ou ainda: o que sua escrita íntima, em diários e cartas, conta-nos de sua trajetória? No próximo capítulo, perseguiremos tais questões.

⁵³ LAGO, Bia Corrêa; Correa do Lago Pedro. *Coleção Princesa Isabel: a fotografia no século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

⁵⁴ Entrevista com Sabina Loriga In: SOUZA, Adriana Barreto. Biografia como problema. *Rev. História da Historiografia*, n. 9. 2012, p. 26-37.

CAPÍTULO III

EU, TERESA CRISTINA MARIA: UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA PELA ESCRITA

Porque os papéis resvalando, são eles que contêm a letra, são eles que contêm as árvores sacrificadas, são eles que contêm as pulsões escritas, são eles que contêm os livros que atravessam os tempos que permitiram aproximar os humanos.

Maria Gabriela Llansol

3.1. Nos rastros dos arquivos: a memória documental de Dona Teresa Cristina

Arquivos de memória! Eis algo que pode ser considerado tão próximo do historiador e do pesquisador movidos pelo desejo de percorrer ou de desvendar os enigmas dos documentos e das fontes presentes num arquivo histórico. O que buscamos? Ou, o que queremos encontrar? São algumas das questões mais elementares que surgem ao longo de um trabalho.

Chegamos, assim, ao encontro da *escrita de si* da imperatriz do Brasil Teresa Cristina, um registro elaborado, em meio a tensões, desejos e silêncios, no branco das páginas de um diário ou nas linhas de uma carta. Uma prática do cotidiano da existência, constituído em meio à memória e ao esquecimento. Partimos deste “direito à memória” (SCHONS; GRIGOLETTO, 2008, p.408) da mulher Teresa Cristina em sua elaboração narrativa sobre si mesma ao longo de sua vida no Brasil.

Tal empreendimento não foi, e não é, tarefa fácil, tendo em vista que os arquivos referentes à imperatriz do Brasil são grandes, diversos e distribuídos em museus e arquivos históricos do país e na Europa, por exemplo, o Arquivo de Nápoles. Para tanto, optamos pelos registros que proporcionam aspectos centrais para a reflexão sobre a escrita de si de Teresa Cristina. O Arquivo Histórico do Museu Imperial⁵⁵ é o pólo central na pesquisa sobre o passado monárquico do Brasil do século XIX, correspondente ao reinado de D. Pedro II e D. Teresa Cristina (1840-1889).

A documentação textual sobre a “mãe dos brasileiros” está organizada e dividida em várias coleções,⁵⁶ elaborada por diversas pessoas que conviveram com a imperatriz, ou por seus descendentes. A relação documental é, de igual forma, extensa e composta de notas de jornais, recibos, contratos, despesas, cartas e diários, que, em grande parte estão catalogados e

⁵⁵ Antigo palácio da família imperial na cidade de Petrópolis-RJ.

⁵⁶ Principais coleções referentes à Dona Teresa Cristina: Coleção Vieira de Carvalho; Coleção Adir Guimarães; Coleção Silva Costa; Coleção Capanema; Arquivo Pedro Paranaguá, só para citar algumas.

transcritos; no caso dos diários, com nomenclaturas ligadas aos doadores das coleções particulares. Também, há documentos de outras personalidades que se referem à Teresa Cristina. Dentre esses arquivos destacam-se dois de particular importância: o Arquivo da Casa Imperial do Brasil e o Arquivo Grão-Pará⁵⁷; ambos contêm as principais fontes sobre a trajetória da imperatriz Teresa Cristina.

3.1.1. O que é um arquivo? Qual sua importância para a história?

Uma dialética da persistência, do agrupamento, da busca pelo outro e por seus lugares na história. Esses se constituem como alguns dos significados presentes nos arquivos públicos. Concomitantemente às muitas exigências do tempo e do cotidiano, ainda formamos nossos arquivos e vasculhamos tantos outros nos percursos da história. Nessa compreensão dos arquivos, voltamo-nos para os “restos” ou vestígios de uma presença material e visível, um “discurso fisicamente presente” (GARRAMUÑO, 2011, p.207).

Normalmente buscamos tipos de documentos comuns nos arquivos: diários, cartas, documentos diversos relacionados a pessoas, tempos e lugares. Os arquivos pessoais concentram uma particularidade para muitos pesquisadores que tratam de biografias ou de grupos sociais, visto que foram sendo acumulados, organizados e idealizados por um indivíduo que forma sua memória privada. Nesses arquivos pessoais encontramos as fragmentações vinculadas a essas personalidades distintas, à sua trajetória e à sua compreensão de si, algo que, em alguns casos, é velado, não-dito, como no caso de Dona Teresa Cristina Maria.

Dessa forma, o instante do arquivo, o desejo por ele é, nos dizeres de Paul Ricoeur, “o momento do ingresso na escrita” (RICOEUR, 2007, p.176). O historiador é, ao mesmo tempo, o leitor, intérprete e o transmissor dos enigmas dos arquivos, realizando uma operação de tessitura da memória:

Embora seja necessário para a rememoração, o arquivo é anterior à recordação e nessa anterioridade fica encerrada, aliás, uma persistência. O arquivo possibilita a memória, mas está sempre atentando contra as memórias construídas, contra as histórias já contadas, posto que em suas prateleiras e estantes pode sempre morar escondido um documento ou objeto que desdiga ou corrija essas histórias. Até poderia se postular que o arquivo – algum tipo

⁵⁷ Em ambos encontram-se importantes documentos sobre vários personagens da História do Brasil, dentre eles, os diários da imperatriz e cartas dirigidas a familiares, amigos e soberanos, tais como a rainha Victoria da Inglaterra. Destacam-se, no Arquivo Grão Pará, mais de 1.500 cartas entre Teresa Cristina e Dom Pedro II, algumas das quais são analisadas nessa pesquisa.

de arquivo, presente ou ausente, substancial ou insubstancial – é indispensável para a memória (GARRAMUÑO, 2011, p.207).

Evidentemente, é notório que a manutenção dos arquivos é de particular importância na construção de uma memória social. Ao passo que esse trajeto de construção social da memória não se descartam, como bem sabemos, as intenções sócio-políticas presentes nas regras de acesso aos documentos. A formação dos arquivos públicos está em constante discussão na manutenção e nas reconfigurações da memória:

O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas um arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social [...]. A arquitetura em múltiplos níveis dessas unidades sociais que constituem os arquivos reclama uma análise do ato de inserção em arquivo, de arquivamento, suscetível de ser localizado numa cadeia de operações veritativas, tendo por termo provisório o estabelecimento da prova documental (RICOEUR, 2007, p.177-178).

Não discutiremos mais amplamente a problemática apontada por Ricoeur nas políticas dos arquivos, ou da veracidade verificada, ou não, nos documentos. Sublinhamos que as instituições não operam de modo neutro, pura e simplesmente. Os documentos não se constituem simplesmente num rastro deixado. Todo o significado atribuído a eles, nos arquivos, são elaborados, associados e relacionados num longo processo. Dessa forma, a história está igualmente inserida na problemática dos “segredos” dos arquivos.

Ricoeur enfatiza que a história caminha entre os arquivos e busca, neles, um “recurso” para a elaboração do saber historiográfico, em que, para além dos fatos e dos lugares, seu objeto se concentra nos “homens no tempo”. Observam-se as muitas utilidades dos arquivos para a história e tal compreensão é fundamental para um crítico e criterioso trabalho: “É um rastro escrito que o historiador encontra nos documentos dos arquivos” (RICOEUR, 2007, p. 180)

A dimensão dos arquivos íntimos, ou pessoais, nos reporta a muitos lugares ou momentos da vida, da história, e nos desdobramentos da “intimidade construída” (MALUFE, 2010, p.39). Neste percurso do íntimo, cartas e diários constituem-se como uma importante ferramenta nas mãos do pesquisador e do biógrafo, pois, neles, podemos, parcialmente, ver particularidades de seus autores e suas compreensões de si ao longo da vida.

A imperatriz Teresa Cristina deixou-nos um rico arquivo pessoal composto de objetos de seu cotidiano, seus diários e cartas; podemos perguntar: Teresa Cristina desejou formar tal arquivo? Quis legá-lo à posteridade? As respostas a tais perguntas são nebulosas, contudo, podem ser percebidas na medida em que vamos aos textos e comparamos as várias fases da

vida da imperatriz do Brasil nele registradas. Seu conteúdo narrativo, sobremaneira verificado nos diários, evidencia narrativas de características distintas, sendo ora formal, ora mais fluida, em que, por exemplo, uma primeira pessoa aparece de modo categórico. Outro traço importante é a forma com que Dona Teresa Cristina se refere ao esposo, chamando-o sempre de “o imperador”, raramente pelo nome, como fez com outras pessoas de seu círculo íntimo, à guisa de exemplo, o Conde D’Eu e a filha Isabel.

Um arquivo pessoal reúne formas diversas de rascunhos, notas, memórias. A vida, em sua complexidade, vê-se refletida e fragmentada nesse lugar do arquivo, onde voltamos de tempos em tempos movidos pelo desejo de arrumarmo-nos em nossa existência, conforme destaca Philippe Artières:

Arquivamos, portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento “arquivarás tua vida”- e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda a noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado em uma pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade. Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos de acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998, p.11).

Nesse sentido, vamos de encontro aos cacos da vida e a seus rastros, sendo interpelados pelo perigo da autenticidade, de uma verdade plena sobre aquele que escreve sua vida nestes lugares do “eu”. Caminhamos, portanto, no limiar do “grande feitiço dos arquivos privados” (GOMES, 1998, 126). A escrita historiográfica recente tem tido o cuidado fundamental de “dar cor e sangue” (GOMES, 1998, 126) aos fatos e aos homens do passado. Nessa perspectiva de humanizar os homens do passado e colocá-los como os primeiros responsáveis na elaboração de memória, uma imagem de si é forjada igualmente para outros conforme acontece o processo acumulativo dos arquivos. Toda a investigação deve ter como critério primeiro uma crítica aos ditos documentos, tendo em vista sua amplitude e organização, ao passo que não é possível perder de foco a “vontade de guardar” (VENÂNCIO, 2001, p.27) acentuada nas práticas de si, ao mesmo tempo em que elabora e firma sua identidade pessoal

O acervo pessoal de Teresa Cristina é anterior à sua chegada ao Brasil, contudo, tal documentação não tem sido referência nos textos sobre a imperatriz. Conforme já ressaltamos, sua identidade foi vista sob o prisma da figura representativa para os brasileiros.

Segue a organização dos diários da imperatriz Teresa Cristina de acordo como foram preservados⁵⁸:

DIÁRIO	QUANTIDADE ORIGINAL	QUANTIDADE CÓPIA DATILOGRAFADA
1852 – 1865 (fragmentos)	77 páginas de texto	13 páginas de texto
1863	73 páginas de texto	28 páginas de texto
1864 e 1865	187 páginas de texto	23 páginas de texto (1864) 55 páginas de texto (1865)
1866	102 páginas de texto	34 páginas de texto
1867	116 páginas de texto e 9 recortes de jornais (da época)	30 páginas de texto
1868 a 1870	184 páginas de texto e 7 recortes de jornais (colados)	55 páginas de texto
1871 a 1873	70 p. de texto (1871) 163 p. de texto (1872) 14 p. de texto (1873)	20 páginas de texto (1871) 27 páginas de texto (1872) 18 páginas de texto (1873)
1874 a 1876	212 páginas de texto	90 páginas de texto
1876	47 páginas de texto	Provavelmente está incluído nas 90 p. de texto acima
1877 a 1879 e 1887	94 p. de texto (1877) 48 p. de texto (1878) 77 p. de texto (1879) 8 p. de texto (1887)	24 páginas de texto (1877) 20 páginas de texto (1878) 15 páginas de texto (1879) 3 páginas de texto (1887)

⁵⁸ A organização dos diários foi feita pelo historiador Aniello Angelo Avella, no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/RJ.

3.1.2. A letra de Teresa Cristina: uma “escrita de si” nos diários e cartas

Dona Teresa Cristina escrevia cotidianamente, ou, pelo menos, em boa parte de seus dias em São Cristóvão. Cartas e diários são os instrumentos mais peculiares para vislumbrar algo de singular na trajetória e na escrita de si da “mãe dos brasileiros”. Notadamente, os diários da imperatriz nunca foram alvo de pesquisa por aquilo que eles são: uma narrativa “dócil aos movimentos da vida” (BLANCHOT, 2005, p.270) de uma mulher que não se constitui como simples expectadora, mas atuante no seu cotidiano e que cria, para si, uma imagem do mesmo cotidiano.

Como podemos observar, os diários começam a ser redigidos em 1852 e vão até 1887, existindo uma lacuna entre de 1879 a 1887.⁵⁹ O material é composto por fragmentos, com exceção do caderno de 1870, que está em perfeito estado, com capa de couro bem preservada e apenas algum desgaste pelo tempo. Os demais parecem um agrupamento de anotações em papéis soltos e elaborados livremente por Teresa Cristina, alguns sem capa ou sem qualquer adereço de sua posição de nobreza. Dão a impressão de que foram desmontados ou de que a imperatriz os manteve dessa forma.

As anotações de 1877, por exemplo, não têm qualquer identificação da autora, a não ser o brasão em azul encimado com uma coroa. Em outro caderno de 1887 começa dizendo: “Diário da imperatriz, escrito pela mesma”. Em outros casos, D. Teresa Cristina escreve em pequenos pedaços de papel que são anexados posteriormente aos cadernos respectivos. A maioria, porém, tem poucas folhas agrupadas, sugerindo que ela registrava determinada circunstância, ainda que não fosse durante a noite, em seu quarto – momento tão ligado à escrita diarística.

Como é natural, a escrita da imperatriz do Brasil foi se modificando desde sua juventude, em que eram mais frequentes o uso do francês, do italiano e do português. Em outros momentos, ela se utiliza desses idiomas em uma mesma frase, mesclando-os, talvez

⁵⁹ Todo o acervo documental sobre a família imperial veio, em grande parte, de seus descendentes mais próximos, o conde D’Eu e a princesa Isabel. No entanto, outras pessoas faziam parte do convívio diário da imperatriz, podendo ter preservado outros tantos que ainda são desconhecidos, conforme afirmou Thais Martins Lepeteur, uma das responsáveis pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial. Ao que parece, as anotações relativas aos anos que faltam, se ainda existirem, estão em coleções particulares na Europa ou mesmo no Brasil. Uma personagem particularmente importante neste aspecto é Dona Josefina da Fonseca Costa, dama de honra de Dona Teresa Cristina. Sem dúvida, foi a pessoa mais íntima e que conviveu com a imperatriz até mesmo no exílio, ficando em seu serviço até a morte da imperatriz, em 28 de dezembro de 1889. O diário e outras fontes sobre a viscondessa precisam ser mapeados.

por ainda não conhecer tão bem o português. Contudo, predominantemente, os diários estão em italiano e são transcritos nesta mesma língua.

Diante da quantidade e variedade dessa escrita cotidiana, nos perguntamos: o que é um diário? Qual o desejo ou o encanto que nos impele a ir a eles?

Vários são as reflexões em torno da prática dos diários. É uma realidade, sem dúvida, presente em nossos dias sob outras materialidades além do papel, tais como *blogs* e *sites*. Contudo, a forma do “velho” diário cotidiano ainda persiste. No espaço da escrita diarística muita coisa se desenrola entre aquele que escreve e a folha em branco. Conforme ressalta Maurice Blanchot, “escrever um diário íntimo é colocar-se momentaneamente sob a proteção dos dias comuns, colocar a escrita sob essa proteção” (BLANCHOT, 2005, p.271). Escrever um diário é um meio eficaz contra os males da vida, do tempo e de si, é a “âncora que raspa o fundo do cotidiano” (BLANCHOT, 2005, p.273).

Nessa perspectiva, a prática do diário corresponde à fuga do acaso, conforme Blanchot, ao passo que ele é constatado pelo sujeito: o acaso é temido, o vazio deve ser preenchido, no mesmo movimento que a “insignificância da vida”, com firmeza. É uma realidade da qual ninguém pode se livrar. Está presente nos diários e ecoa a necessidade da conservação da memória, da sobrevivência, ao menos para si, de ter um lugar que é único. Nada desse movimento é estranho às práticas da escrita ou invenção de si. Quando Teresa Cristina compõe seus arquivos pessoais transmite algo de si, num movimento para si e para os outros, conforma já afirmou Paul Ricoeur (1991, p.139).⁶⁰ Entretanto, conforme Philippe Lejeune, qualquer escrita diarística é primeiramente pessoal, visa o indivíduo e parte desse, que pode voltar a si de várias formas, por vezes trincadas no espelho:

É, em primeiro lugar, para si que se escreve um diário: somos nossos próprios destinatários no futuro. Quero poder, amanhã, dentro de um mês ou 20 anos, reencontrar os elementos de meu passado: os que anotei e os que associarei a eles em minha memória (de tal forma que ninguém poderá ler meu diário como eu). Terei um rastro atrás de mim, legível, como um navio cujo trajeto foi registrado no livro de bordo. Escaparei desse modo às fantasias, às reconstruções da memória (LEJEUNE, 2008, p.261).

É precisamente esse rastro que buscamos ao ler os diários de D. Teresa Cristina. Um rastro de memória que almeja uma continuidade no tempo, primeiro para si e para se desvencilhar, em parte dos enigmas impostos pelo tempo. Ademais:

⁶⁰ Na ótica de Ricoeur, uma identidade não é fixa, mas uma constante mudança no autorda narrativa. Uma primeira pessoa que é responsável pela ação e pelo processo em que a narrativa o coloca e o reconstitui neste espaço diante de si e para os outros. Não obstante, Lejeune defende que primeiramente o *locus* está no sujeito que elabora uma escrita de si, idealiza essa imagem e se vê constantemente procurando se refazer no caminho da memória e da escrita.

[...]. O papel é um espelho. Uma vez projetados no papel, podemos nos olhar com distanciamento. E a imagem que fazemos de nós tem a vantagem de se desenvolver ao longo do tempo, repetindo-se ou transformando-se, fazendo surgir as contradições e os erros, todos os vieses que possam abalar nossas certezas (LEJEUNE, 2008, p.263).

Proporcionar um reencontro consigo mesmo poderia ser a principal função dos diários. Entretanto, percebemos que, para a história, outros elementos devem ser levados em conta para tratar esses documentos como fontes históricas, como essa ponte entre o passado o presente. Quando lemos os diários, buscamos certa aproximação com seus autores, com o tempo em que viveram e com suas particularidades. O mesmo processo se dá com Dona Teresa Cristina e sua escrita, tendo em vista os muitos aspectos de sua vida e de sua memória que tratamos até aqui. Para tanto, um recorte metodológico é necessário para nos adequar às demandas do tempo para a pesquisa.

Como vimos, os diários da imperatriz correspondem a um longo período de sua vida no Brasil, assim como a diferentes fases, como jovem esposa, mãe e soberana. Dessa forma, optamos em analisar fragmentos de períodos de 1856, de 1866 e o que denominamos *Diários de viagem*, escritos nas ocasiões em que acompanhou o imperador. Outros períodos, que aqui não analisamos serão retomados em pesquisa de doutorado. Tais diários considerados na pesquisa trazem uma mulher mais jovem e igualmente entusiasmada com a nova vida nos trópicos, bem como sua adaptação ao novo país. Veremos alguns aspectos destes períodos. Passaremos pela escrita de Teresa Cristina em anos de efervescência no Império brasileiro que começava a se constituir como tal, e com momentos políticos agitados que, como veremos, não passaram indiferentes ao olhar da imperatriz do Brasil.

3.1.3. Teresa Cristina Maria: uma imagem de si

Já refletimos no segundo capítulo como a imperatriz Teresa Cristina se tornou uma Mulher-Monumento na História do Brasil. Esse atributo garante a perpetuação de sua memória, uma representação de si que é vista pela ótica da posteridade. Nas páginas dos diários, quem escreve é a mulher Teresa Cristina, certamente envolta em simbolismo de soberana do Brasil, mas voltando seu olhar para o seu cotidiano e o das pessoas à sua volta.

Nos trechos escritos⁶¹ entre 1855 e 1856, por exemplo, a jovem Teresa Cristina na idade dos vinte e cinco anos, anota tudo o que julga ser importante acerca de pessoas, viagens, até de política. A imperatriz demonstra uma percepção aguçada e enfatiza os pormenores de acontecimentos relacionados a outras pessoas. A escrita da imperatriz nos manuscritos não é clara, essa dimensão também é encontrada na transcrição feita posteriormente sendo mantido o italiano, mas em algumas ocasiões falta pontuação ou frases mais articuladas:

*6 de maio 1855 – Foi colocado luto por dois meses pelo tio Carlo, pelo imperador da Rússia, pelo duque de Gênova e as duas rainhas da Sardenha.*⁶²

9 de Junho – Veio o ministro inglês Howard que partiu no Vapor de 14 também o general de S. Cruz.

1856⁶³

A princesa Buttera, viúva do príncipe Scordia de Palermo, que vivia em Florença com seus filhos, recebeu ordem de sair da Toscana, em consequência [consequência] de uma carta particular que o rei de Nápolis escreveu ao grão-duque. Cristina foi morar no palácio que a família Cafarelli construiu de acordo com o desenho de Raffaello [...]. O filho do Sr. Cassinis foi preso como implicado no manejo de expedir para a Sicilia um falso decreto de abdicação do Rei Fernando. O Sr. Cassinis é ministro especial da Sicilia.

Um magistrado napolitano Benedetto Cantalupo acaba de publicar um [uma] opera intitulada “Sul progresso morale della popolazione napolitana” e esforça-se em demonstrar che o reino das Duas Sicílias está em via de prosperidade e de progresso. Corrobora a sua opinião com algarismos de estatística penal e em seguida faz insinuações irritadas ao Piemonte, tem sido profusamente distribuído pelo governo napolitano.

Concomitantemente ao imaginário entre o público e o privado, a narrativa da jovem imperatriz aponta seu conhecimento e interesses pelos acontecimentos, tanto no Brasil quanto na Europa. Infelizmente não se tem notícias, a princípio, dos cadernos anteriores à sua

⁶¹Os trechos dos diários analisados mantêm a organização da transcrição feita que está em italiano. Contudo não foi possível fazer uma comparação de todos os originais, optando-se pela estrutura já feita com alguns destaques nossos no que concerne a pontuação ou palavras conforme eram escritas no século XIX como constam nas cartas aqui tratadas.

⁶²Este trecho é citado pelo prof. Avella (2012, p.89-90). Verifica-se que é mantida a linguagem em que a imperatriz mescla o português e o italiano.

⁶³ Manteremos a organização de datas e anos conforme transcritos para melhor compreensão. No corpo do texto constam algumas imagens dos manuscritos dos diários da imperatriz Teresa Cristina, dando uma ideia de como ela organizava seus cadernos.

chegada ao Brasil. É-nos evidente que Dona Teresa Cristina cria uma imagem de si, na intimidade. Temos o exemplo da profícua correspondência íntima, em que a imperatriz faz importantes considerações sobre os encaminhamentos cotidianos, desde assuntos domésticos a situações de guerra. Concomitantemente, dá pormenores da situação política na Europa e em Nápoles, seu país de origem. O fato interessante é a forma como D. Teresa Cristina descreve os acontecimentos que presencia, ou de que tem notícias, procurando dar detalhes, quando julga necessário; e, em alguns casos, até explicitando sua opinião.

Vemos que, nas linhas ressaltadas pelo prof. Avella (2012, p.90), é possível perceber que a imperatriz Teresa Cristina de modo algum pode ser considerada uma mulher que não se interessava por nada. Sua atuação se destaca na intimidade, se mesclando com outros elementos relacionados à sua figura, como por exemplo, a arqueologia, as artes de forma geral e, claro, o Brasil. Sempre acompanhou o imperador em suas longas viagens pelo país e ao exterior, demonstrando, a seu modo, admiração e até certo cansaço com relação à rotinas das viagens e o descaso do imperador. Embora não falemos das cartas neste tópico, trazemos um trecho significativo enviado à filha Isabel que evidencia que a convivência com o imperador nem sempre era tranquila:

1876- *Exposição da Filadelfia*

*Teu pai ainda na função e eu vim para casa muito aborrecida. Tenho visto de tudo só pelo meu lado, porque teu pai quer ver tudo, só paciência. Tenho visto pelos jornais que tens ido a diferentes estabelecimentos; parece que comesas a fazer a mesma atividade que teu pai, o que estimo, minha querida e boa filha.*⁶⁴

Evidencia-se uma imagem de si de Teresa Cristina no âmbito político, nos diários escritos entre 1865-1870, período do conflito entre o Império do Brasil e o Paraguai. Nessas páginas as anotações são de aspecto mais íntimo, com um olhar descritivo dos acontecimentos, ao passo que nas cartas endereçadas a membros da família a imperatriz toma parte de conselheira, conforme veremos adiante.

A imagem de si que nos ficou da imperatriz Teresa Cristina sugere uma mulher cuja vida transcorreu sem maiores interesses ou, ademais, à dimensão já discutida da “boa mãe dos brasileiros”, cuja diligência não ia muito além das questões domésticas. Contudo, a narrativa

⁶⁴ Carta à princesa Isabel onde relata pormenores da extensa rotina na ocasião. Arquivo Grão Pará. A Exposição Universal da Filadélfia, de 1876, foi um grande acontecimento mundial nos Estados Unidos, onde Dom Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina tomaram parte significativa durante os eventos.

dos diários evidencia outras imagens que dialogam com essa da mulher que vivia na intimidade da casa, com o marido e os filhos, em um processo de construção de si. Sob esse aspecto, podemos dizer que D. Teresa Cristina realizou “um cuidadoso trabalho sobre si” (SCHIMIDT, 2012, p.259), na medida em que priorizou uma ação na intimidade, nos bastidores dos palácios, mas que tal atitude não a colocou num espaço alienado ou de menor significado.

A escrita de D. Teresa Cristina sofre modificações com o passar do tempo e com sua maturidade. Em distintos momentos narrativos, suas anotações enfatizam acontecimentos políticos, tais como, demissão de ministérios, os movimentos da guerra, descrições de lugares e encontros com pessoas diversas:

*31-06-1866 – Mudança do ministério. Veio o ministro com a esposa. Leitura.*⁶⁵

27-08-1867 – Esta manhã chegou a notícia do Sul que a esquadra passou pelo Curupaituy e bombardearam Humaytá.

Anno 1868

Janeiro

1 - Esta tarde recebemos diferentes pessoas, sendo dia de felicitações pelo ano novo. Veio também o ministro português e sua entrada [?]. Leitura.

*2 – 3*⁶⁶

4 – Fomos ao teatro Gynnasio ver a comédia Os palermos. Primeiramente foi recebido o ministro inglês (espaço em branco) que se apresentou pela primeira vez com sua delegação,⁶⁷ também veio o ministro espanhol e o encarregado da França Roquete e Mongomeri.

6 – Festa dos Reis onde fomos à missa cantada na capela, leitura.

7 – O imperador assistiu nesta manhã o embarque das tropas.

⁶⁵ Tradução nossa do italiano.

⁶⁶ Em certas situações, eram registrados os dias, contudo, sem nenhuma anotação. Transcrevemos conforme aparecem no documento analisado.

⁶⁷ Provavelmente a imperatriz refere-se ao famoso caso da “Questão Christie”, um conflito diplomático entre o Império do Brasil e a Inglaterra (1862-1865). O fato refere-se ao naufrágio do veleiro “Príncipe de Gales” na costa do Rio Grande do sul e aos tumultos posteriores gerados entre marinheiros ingleses e brasileiros, no Rio de Janeiro. Todo esse panorama gerou a referida questão que ficou nas mãos do embaixador William Dougal Christie e que resultou num rompimento entre as duas nações em 1863. Tempos depois o Reino Unido se retratou com o Império Brasileiro.

8 – Fomos ao arsenal da marinha para ver dois vapores que estão sendo construídos, 7 de Setembro e outro menor Lamego. Depois andamos na Ilhas das Cobras para ver lançar ao mar o monitor Piauí, depois fomos a bordo. Augusto veio esta manhã de propósito para assistir aquela festa depois partiu para Petrópolis.

9 – O imperador foi ver o embarque de 1.600 e tantos soldados para o sul.

10 – Em casa.

11 – Teatro Gynnasio para assistir o drama força por força[?]

12 – Nesta manhã se batizou aqui em nossa capela pelo Mr. Meirelles a filha de Varnhagem que se chama como minha afilhada Maria Teresa. Leitura.

16 – 17-

18 – Teatro Vasques

19 – Leitura.

20 – Regata

21 – 22 –

23 – Boletim da viagem de Isabel e Gaston.

Fevereiro

1 -O ministro da Bolívia o Sr.(espaço em branco) se apresentou com o secretário e o filho. Veio Borges Barão de Itahuna.

2 – Fomos a capela sendo a festa de Nossa Senhora. Partiu hoje o vapor inglês da Europa e o Vassimão do sul.

20 – Esta manhã chegaram de Petrópolis Leopoldina e Gusty⁶⁸ e Felipe para a missa, depois da qual foram para a nova casa e nós para a Academia de Belas Artes para a distribuição dos prêmios. Ouvimos música no conservatório. Fomos jantar na casa de Leopoldina.

21 – Festa dos militares. Somente Augusto foi conosco.

22 -Nesta manhã fomos andar pela cidade às 8 porque o imperador teve de embarcar as tropas, e eu permaneci no palácio para lá esperar o imperador para ver o vapor América. Felipe também foi. O

⁶⁸ A filha mais nova, Leopoldina, e o seu marido, Augusto de Saxe.

vapor América é soberbo, fomos juntos para fora da barra depois de retornar o comandante Bossia que ofereceu um lanche que foi muito bom e vi também a música dos alemães. As 2 estávamos de volta.

Dezembro

11 – Fomos ao mosteiro da Ajuda sendo o aniversário da morte da imperatriz Leopoldina para escutar a missa.

12 – 13 – 14 –

15 – Fomos a cidade para a sessão de aniversário do Instituto Histórico.

16 – 17 – 18 –

19 -Assistimos a primeira apresentação da Baroneza de Cayapó no teatro Gynnasio.

As anotações da imperatriz nos meses entre março e dezembro são em grande parte assuntos de família, como estado de saúde do imperador, das filhas e dos genros. Assim como passeios à tarde, geralmente após o jantar, missas e visitas a estabelecimentos. Nota-se que, em seu cotidiano, D. Teresa Cristina dedicava-se à leitura, algo sublinhado em alguns momentos que o fato de registrar a leitura no diário mostra a importância que dava a essa prática sinalizando ser uma prática.

Curiosamente, não há considerações sobre seu aniversário comemorado no dia 14 de março, data em que recebia homenagens em todos os lugares do Brasil, o que era enfatizado pela imprensa. Mais uma vez podemos constatar que D. Teresa Cristina julga importante colocar em seu diário as notícias da guerra, nos detalhes mais simples, por exemplo, a morte do cavalo do marquês de Caxias, o embarque de tropas, a gravidade das batalhas, bem como o número de mortos e feridos:

5-12-1868 - Esta manhã embarcaram 600 (praças) pelo Rio da Prata no navio Isabella, também foi o chefe da esquadra o conselheiro Joaquim José Inácio, que foi nomeado para substituir o visconde de Tamandaré no comando da esquadra na operação contra o Paraguay.⁶⁹

20-12-1868 – Chegou o Vapor francês Amis do sul, que trouxe a notícia que foi uma grande batalha travada contra os paraguayos que durou 5 horas. O marquês de Caxias teve um cavalo morto. Paraguayos se reconcentraram em Angustura.

⁶⁹ Tradução nossa do italiano.

23-12-1868 – Fomos ao teatro para assistir pela segunda vez a “Baroneza de Cayapó” Quando lá estávamos veio a notícia da prisão de Villeta pelas nossas tropas em novembro, foi uma batalha sangüinária. Morreram muitas pessoas de um lado e de outro. Da parte dos paraguayos foi imensa, como se verá pelos jornais. Esta notícia veio pelo vapor Brasileiro e rapidamente pude ver grande alegria pela cidade, andaram banda de música dando viva. Esta notícia faz saber que em breve teremos a boa notícia do fim da guerra.

20-01-1869 – Esta manhã veio o vapor francês que trazia notícias do sul. A nossa armada entrou em Assumpção no dia 1º e no dia 5 estabeleceu o quartel general lá.

21-01-1869 – O imperador em minha presença deu-lhe a medalha di honra na campanha e fez questão que eu a colocasse no peito do marquês.⁷⁰

Podemos observar uma imagem de Teresa Cristina que acompanha e anota tudo em seus diários, em meio aos tumultuados dias a partir de 1864 até o fim da guerra, em 1870. Neste ínterim, a imperatriz tem seu cotidiano repleto de atividades, tendo em vista a ausência do imperador, que se encontra no Rio Grande do Sul em campanha. Sua rotina diária transcorre entre visitas oficiais, missas em diversas igrejas da Corte, participa de exames de doutoramento na Faculdade de Medicina, visita os órfãos e os feridos da Santa Casa de Misericórdia. Estando ausente Dom Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina acaba cumprindo um importante papel representativo na vida da sociedade do Império que começa a se desgastar com os problemas gerados pelo conflito (CUNHA, 1974, p.230).

Retomaremos essa imagem de Dona Teresa Cristina em sua correspondência íntima, uma imagem que difere dessa presente nos diários, uma mulher-imperatriz que, ao redigir sua narrativa diarística, faz escolhas, prioriza fatos, descarta outros, deixando espaços em branco. Ao passo que, na escrita das cartas, uma intimidade é permitida com mais liberdade. Neste caso pode parecer paradoxal, tendo em vista a intimidade intrínseca na elaboração de um diário, entretanto Dona Teresa Cristina parecia se sentir mais livre em suas correspondências.

Quando pensamos numa imagem de si da imperatriz do Brasil, nos vem à mente aquela das fotografias. Uma mulher de estatura pequena, cabelos arranjados de forma simples, vestida em tons escuros, ora com um sorriso enigmático, ora mais formal e introspectiva. Sem

⁷⁰ Vários foram os responsáveis pelo desfecho favorável Ao Brasil no conflito com o Paraguai, entre eles o Marechal Osório, o próprio Conde D’Eu, que assumiu o comando das tropas, e o então marquês de Caxias, que posteriormente receberia o título de Duque.

dúvida, uma imagem produzida pela lente dos fotógrafos e artistas, mas que também foi absorvida pela imperatriz do Brasil, embora em sua escrita não conste nenhuma referência pessoal sobre seus aclamados atributos de “mãe exemplar e esposa virtuosa”.

A imagem de si da imperatriz do Brasil incrustou-se na memória dos brasileiros, uma imagem de mulher virtuosa que, se preocupando com as coisas espirituais, foi levada ao *status* de “santa criatura”. Nessa perspectiva, a trajetória e a imagem de si de D. Teresa Cristina passou por aquele processo de construção pessoal intimamente ligado à imagem que cada indivíduo tem de si, já ressaltado por Benito Bisso Schmidt (2009):

Muito já criticou, com base em Bourdieu (1996:183), as narrativas biográficas que concebem o indivíduo como uma totalidade coerente e a vida uma linha reta, uma evolução inexorável a partir de um plano prefixado [...]. Porém, não se pode negar que construímos nossas existências de acordo com projetos por nós elaborados, os quais são mantidos, reforçados, alterados ou substituídos em função dos meios sociais – aqui entendidos como campos de possibilidades – em que atuamos (SCHIMIDT, 2009, p.160).

Pensando nesse “campo de possibilidades” em que um indivíduo forja sua existência, ressaltamos que a vida e a imagem de D. Teresa Cristina transitavam entre o público e o privado, como é óbvio sendo ela a esposa do imperador do Brasil. Uma imagem de boa esposa, mulher virtuosa e, posteriormente, silenciada. Ao elaborar este enredo de vida e representação, a imperatriz colaborou efetivamente para a criação e a manutenção dessa imagem, no que se refere à esfera pública de sua vida. Contudo, a escrita de seus diários nos revela que a mulher Teresa Cristina sentia a monotonia dos dias, os desgastes do tempo; em outras situações, participava entusiasmada de festas, bailes e óperas, parecendo apreciar situações inusitadas e cômicas. Dessa forma, fica evidente que uma imagem múltipla pode ser verificada na “mãe dos brasileiros”.

3.1.4. D. Teresa Cristina e a escrita do cotidiano

Nas páginas dos diários de D. Teresa Cristina, o cotidiano, que ela observa e recolhe, aparece, em alguns momentos, fragmentado ou com um grande espaço vazio que abrange vários dias. Esta forma de escrita é um traço presente em quase todos os diários, com exceção de algumas páginas que foram escritas em suas viagens ao exterior. No que diz respeito às viagens pelo interior do Brasil, suas observações são mais claras nas cartas endereçadas à filha Isabel, como vemos neste pequeno trecho:

São Paulo, 8 de novembro de 1886.⁷¹

A viagem tem estado agradável, vendo todos estes lugares de São Paulo e reconhecendo como esta cidade progride dia-a-dia.

Em grande parte dos diários, suas observações pessoais são breves e limitadas a impressões de lugares visitados, bailes e óperas assistidas, ao dia-a-dia com a família e com seu círculo íntimo, bem como à sua rotina oficial. Um panorama que mostra como a imperatriz se relacionava com o ritmo dos dias, e em que escolhia o que era permitido mostrar e o que deveria ocultar. Nas entrelinhas, podemos afirmar sua preferência pela tranquilidade da vida doméstica, não desconsiderando a maneira como ela apreende seu cotidiano que revela a atenção pelos detalhes. As notas do início dos anos de 1870, assim como de outros anos, fornecem elementos para pensar relação a contextual da escrita de Teresa Cristina com sua trajetória:

1870

Janeiro

1 – Recepção depois jantar e abertura do Teatro S. Luiz.

2 – Recebemos a notícia da morte da Duquesa.

3 – 4 – 5- 6 – 7

8 – Foi recebido o novo ministro do Perú.

9 – 10

11 - Inauguração do Teatro S. Pedro com a comédia S. Isabella Rainha de Portugal.

12 – 13 – 14 – 15 – 16- 17 – 18 – 19 – 20

21 - Teatro São Luiz

22 – 23

24 – Teatro italiano Ernani

25 – Teatro S. Luiz os solteiros

25 – Italiano La traviata

⁷¹ Carta à princesa Isabel sobre a última viagem do casal imperial pelo interior paulista, em 1886, antes da Proclamação da República em 1889. Arquivo Grão Pará.

Podemos observar o estilo de escrita de Teresa Cristina ao relatar suas atividades diárias, com longos períodos em branco, provavelmente passados no Palácio de São Cristóvão. Uma intensa vida cultural parece ser do agrado da imperatriz que assiste a todos os tipos de apresentações, desde romances a comédias. Demonstrando um caráter bem eclético, no que diz respeito ao repertório, por exemplo, no dia 25 assiste a duas apresentações diferentes. Os dias que se seguem mantêm as mesmas características de organização, com algumas considerações no dia 30 e em meados de fevereiro:

26 – 27 – 28

29 – *Filippo partiu esta manhã para Petrópolis*

30 – *Esta manhã fomos andando pela Praia Grande. Acontecendo a distribuição dos prêmios no recolhimento de S. Leopoldina. Depois tivemos uma missa intensa. Fomos ver uma nova ponte de [espaço em branco] que se fez na estrada de S. Gonzalo. Depois retornamos ao asilo tendo feito diferentes giros pela cidade com um solo horrível. Jantamos e às 5 estávamos aqui em São Cristóvão.*

Dessa forma transcorre o mês de janeiro de 1870. Em fevereiro chega ao fim a guerra do Brasil com o Paraguai, e a imperatriz Teresa Cristina recolhe tudo o que corresponde ao desfecho final do conflito que durou cinco anos e desgastou a imagem do Império Brasileiro. Nos meses seguintes, as anotações dão ênfase a recepções dos heróis da guerra, de batalhões e dos festejos em que tomou parte junto a Dom Pedro II. Fica claro que durante o período de duração da guerra, D. Teresa Cristina acompanhou, como pode, os desfechos políticos e militares da campanha. Como sempre, o mês de fevereiro começa com recepções a ministros, idas aos teatros S. Pedro e S. Luiz. Entre os dias 1 e 21 os dias transcorrem em sua maioria no palácio, onde Teresa Cristina dedica-se a escrita de seus diários, cartas e a leitura.

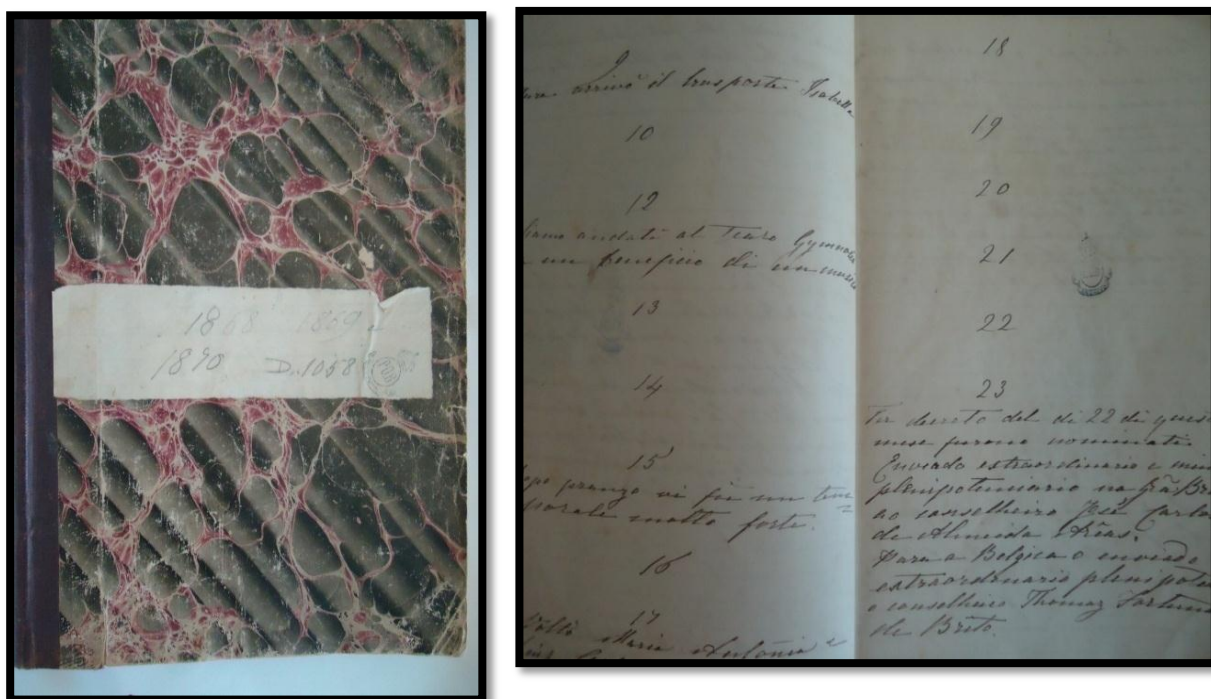


Figura 25: diário da imperatriz Teresa Cristina, 1870. As datas em branco sinalizam os dias passados sem novidades, provavelmente em casa. Foto do autor.

Nos dias posteriores a 20 de Fevereiro, a imperatriz Teresa Cristina descreve, com mais detalhes e de forma mais clara, suas impressões acerca de fatos e pessoas, bem como sua intensa atividade social que, nesse momento, corresponde a momentos decisivos do fim da guerra. Em todos os meses são frequentes idas a operas, bailes de máscaras, passeios pela cidade, sempre acompanhada e, de forma geral, assistindo à movimentação dos navios que trazem e levam soldados, que lutaram no sul, a diversos lugares do Brasil.

Entre março e julho de 1870, D. Teresa Cristina enfatiza a escrita pormenorizada e mais longa, ao passo que, em outras datas, permanece o silêncio. Esse é, sem dúvida, um traço da escrita da imperatriz do Brasil que, por vezes, mostra-se nas palavras e na escrita, outras tantas deixa permanecer o não-dito, em dias que não oferecem nada de interessante que mereça ser registrado ou talvez não fosse desejo seu deixar algo. Observamos, na escrita desses dias, que Teresa Cristina, nas páginas dos diários, estabelece uma relação pessoal com o cotidiano:

22- *Chegaram três vapores vindos do sul Vassimon, Galgo e São José, sobre os quais vieram os batalhões de Pernambuco pela Armação e os de Minas e Bahia vieram pelo curtume. O Imperador foi assistir ao desembarque. Jantamos às 8 depois também retornou o imperador*⁷².

23 – *Hoje se realizou a entrada dos voluntários da pátria, mas infelizmente os vapores que levavam os voluntários da Bahia e de Minas, do curtume até a cidade encaharam, isto é, atrasou sua chegada ao arsenal da marinha de onde chegaram as 6. Todos começaram a marcharem às 7, quando passaram pelo palácio da cidade eram 10, pouco se pode ver do espetáculo porque já estava escuro. Depois fomos ao teatro S. Luiz, onde [?] em benefício pelos pobres de Alagôas.*

24 – *Teatro Gynnasio pelas festividades da chegada dos voluntários. Nestes dois dias se tirou o luto*⁷³ *por causa dos festejos.*

26 – *Hoje depois do jantar fomos ao campo de S. Christóvão, hoje praça D. Pedro I para assistir a parada dos batalhões dos voluntários chegando a pouco de n. 17, 40 e 53, o imperador foi a cavalo e nós de carruagem. As tropas fizeram uma belíssima manobra. Vi uma população imensa. Depois que terminou a revista retornamos para casa e as 8 fomos ao teatro S. Luiz festejando a volta dos voluntários. No teatro [ilegível] camarote onde estava o brigadeiro graduado Fária Rocha onde foram apresentadas as três bandeiras todas partidas pelas balas dos inimigos quando se recitou uma poesia análoga àquele dia.*

27 – *Às 7 da manhã embarcamos no arsenal da marinha para nos dirigir à Armação ancorado o batalhão dos voluntários de Pernambuco onde assistimos a uma missa intensa, depois vimos o quarteto de onde estávamos. Retornamos ao arsenal da marinha e andamos ao cortiço aqui em S. Christóvão onde estavam todos os outros batalhões e tivemos uma outra missa e depois de ter visto o quarteto retornamos para a casa as 11. Depois do jantar fomos ver as máscaras*⁷⁴ *do palácio da cidade.*

Nos dias anotados pela imperatriz, observamos uma rotina cheia de compromissos oficiais, eventos que se repetem, aos quais ela não pode faltar. Nos dias 25 e 28 nada é anotado. A narrativa é uma descrição pontual, em que podemos observar o olhar de Teresa Cristina, no lugar de expectadora, capaz de memorizar e escrever o que se passou, possivelmente numa escrita que se dá em casa, após a ocorrência de tais eventos.

⁷² Tradução nossa do italiano.

⁷³ Morte do visconde de Jequitinhonha, ocorrida no dia 16.

⁷⁴ Carnaval.

Um diário constitui-se como uma prática pessoal, um olhar sobre si mesmo que se mistura ao cotidiano, uma imagem de si que é construída ao longo da vida e na medida em que o diário é como um espelho. Nos diários de D. Teresa Cristina Maria está presente uma “atenção dada a si” (LEJEUNE, 2008, p.263), mas que tem uma dimensão de futuro, de ficar para a posteridade, de se projetar para outros olhares sob o prisma da escolha e da ação.

Sendo a imperatriz do Brasil uma mulher pública, uma figura importante, não é possível descartar a possibilidade de que seus arquivos íntimos fossem vistos e pesquisados no futuro. Dessa forma, a “imperatriz silenciosa” sobrevive, resiste ao tempo nas páginas de seus diários que são forma ativa de existência; escrevendo, ela agora deixa de ser “silenciosa” ou “silenciada”. Particularmente, em Teresa Cristina, é fundamental perceber a escrita de uma mulher que vive na intimidade, mas que fornece algo para a história, algo ao título de uma memória escrita.

No mês de junho, outras atividades se interpõem, estando, em grande parte, relacionadas ao término da guerra com o Paraguai. Relata visitas de pessoas simples, de ministros e dos filhos (Isabel e o conde D’Eu). Um desfile interminável de bandas, paradas militares e homenagens feitas aos heróis combatentes. Nas anotações do dia 10, o cansaço impede a imperatriz de ouvir a “música dos italianos”, destacando-se a palavra “não”, ao frisando sua ausência na ocasião. Nessa frase podemos verificar que, mesmo sendo italiana, parece considerar-se brasileira. No dia 13, ela ingressa na Irmandade de São Francisco, sem fazer maiores considerações sobre este fato curioso: uma imperatriz que é admitida numa associação religiosa:

10- Isabel e Gaston vieram para jantar, depois do qual foi tocada a música dos italianos, eu não fui à varanda, permanecendo na minha cama. Foi nomeado o barão de Pennalva Antônio Augusto de Barros Vasconsellos.

13 – Às 6 da manhã morreu o camarista Jeronimo de Almeida. Veio a Irmandade de S. Francisco da Penitência e eu entrei como irmã nesta ordem. Hoje chegou no Desterro o transporte Isabel portando 50 dos voluntários, com 53 oficiais e 578 praças[?] sob o comando do tenente coronel Joaquim Cavalcante de Albuquerque e Bello.

28 – Veio a Patti (Carlota) cantar aqui e vieram também Ritter e Salazati, o primeiro tocou o piano e o segundo o violino que gostei muitíssimo. Isabel, Gaston e Filippo também estavam atentos.

Embora, em sua escrita diarística, D. Teresa Cristina mantenha um tom discreto em seus comentários, por vezes, aparece algo de si, genuíno, algo de sua personalidade. No trecho acima, bem como em outros, se destaca a informalidade da imperatriz, aqui refletida na maneira como trata a cantora e o gosto pela combinação dos instrumentos musicais. É precisamente nas entrelinhas de seus apontamentos que surge uma voz de si pronunciada “na intimidade que, no entanto sempre se volta para fora, paradoxalmente se mascarando e desvelando, ao mesmo tempo” (BRANDÃO, 2006, p.340).

3.1.5. Dona Teresa Cristina e os diários de viagem

Os imperadores frequentemente viajavam por todo o Brasil. Dom Pedro II anotava em suas cadernetas pensamentos e impressões bem ordenados de um viajante atento, sobretudo a estrutura urbana, de ensino e o funcionamento público dos lugares pelos quais passava. A escrita organizada do imperador reflete sua consciência do legado que estava deixando para as gerações futuras, assim como para a História do Brasil. Nesse aspecto, a escrita de D. Teresa Cristina, que sempre acompanhou Dom Pedro II em viagens pelo Brasil e pelo mundo, tem características um pouco distintas, tendo em vista que nem sempre realizava as mesmas atividades do marido. É presente o olhar com que observa criticamente as situações e lugares, em grande parte na companhia de suas damas e pessoas mais íntimas.

Passemos para aos cadernos de viagens ao exterior, pois a imperatriz não registrou em seus diários as visitas pelo Brasil. A primeira viagem à Europa ocorreu em 1871-1872, a segunda entre 1876-77, passando pelo Oriente e, por fim, o último caderno de que se tem notícias escrito na viagem de 1887-88, viagem que tinha como justificativa a precária saúde do imperador. Em cada um dos diários de viagem, a imperatriz se permite comentar mais livremente sobre ocasiões mais enfadonhas e mais cansativas. A viagem de 1871 tem por pretexto buscar os netos Pedro e Augusto que ficaram órfãos, pois D. Leopoldina, filha mais nova dos imperadores, falecera aos 24 anos. E é claro, além do desejo pessoal do imperador de visitar os lugares que, até então, só conhecia pelos livros e pelos viajantes que vinham à Corte. Assim a imperatriz começa seu diário:

Nossa viagem do Rio de Janeiro à Europa no ano de 1871

Partimos no dia 25 de maio no vapor inglês Il Doro às 9 da manhã minha filha Isabel e Gastón, e diferentes pessoas vieram nos acompanhar sobre o vapor direto para a fortaleza S. Cruz.

14 de agosto

Depois de uma hora de viagem de Gand chegamos a Anvers e as 6 e meia chegamos em Escaut. Em Anvers depois de um trajeto de 5 minutos chegamos a S. Antonio partimos de carruagem e fomos ver a cidade onde vimos a estátua do Rei Leopoldo e Van Dick.

Setembro

Partimos de Viena para Pest e a Condessa de Barral para Paris. Partimos de Viena as 3 e as 9 e meia chegamos felizmente em Pest. Na estação de Neuhausel descemos para comer qualquer coisa e foi divertido ver todos correndo para a mesa de jantar.

Dos primeiros dias na Europa a imperatriz fez poucos comentários e anotações. No mês de setembro, participa de solenidades na capital da Áustria, conhecendo o primo de seu marido, o imperador Francisco José. Encontra-se com a condessa de Barral que acompanhou D. Teresa Cristina na maioria dos lugares que visitou. Desde que se casou com o imperador e foi para o Brasil, era a primeira vez que retornava à Europa e à cidade de Nápoles. Pôde visitar as escavações de Pompéia e lugares exóticos, tais como o Egito e suas pirâmides. No decorrer da viagem, Teresa Cristina passa por igrejas antigas, passeios públicos, sempre que pode de forma incógnita, e acompanhada de D. Josefina da Fonsceca Costa.

Após o retorno, em 1872, os netos são frequentemente citados no dia a dia da avó Teresa Cristina que agora se dedica ao cuidado dos pequenos. O neto mais velho, Dom Pedro Augusto, acabou se tornando o herdeiro do trono do Brasil, pois, a princesa Isabel ainda não tinha filhos:

Julho

24 - Augusto veio com os pequenos depois do jantar.

26 – Esta manhã as 8 e meia veio Augusto com os pequenos Petro [Pedro] e Augusto, as 9 horas partiu Augusto, os pequenos não tiveram a impressão que pensei. As 10 e meia se ouviu as salvas das fortalezas. Toda a manhã estiverão meus nettos com migo. Lerão com o imperador em Portuguese. De 2 horas até a 4 ficarão no seu quarto. As 4 jantarão e só depois vierão no meu quarto. Forão passeiar na chácara, na volta estiverão no meu quarto até as 8 horas que foram dormir. Pacheco não veio.

27 - Os pequenos passarão bem a noite as 7 tomarão o primeiro almoço depois forão passeiar. Na volta estiverão aqui com nosco, as 7forão para o quarto e nosco [conosco] para o teatro. Não veio.

31- Forão passeiar de manhã e também ao meio dia. Gustytossio de noite. Pranzo⁷⁵ per il di natalizio dell'Imperatrice Amelia. Fummo Allá filarmônica. Isabella e Gaston não furono.

Percebe-se que os netos e a vida em família marcam o cotidiano da imperatriz, que procura estar próximo dos mesmos. Em alguns momentos, D. Teresa Cristina escreve em português e em italiano, parecendo um tanto estranho a leitura, sobremaneira passados mais de um século para olhares distantes no tempo. Mas o que é importante, nesse caso, é perceber a forma como a imperatriz interage com os membros da família e com os netos pequenos. Sua escrita sugere um zelo e uma atenção bem direcionados para manter a rotina e a saúde das crianças que, agora, estão sem a presença materna, cabendo a ela cumprir esse papel, na intimidade da casa.



Figura 26: D. Teresa Cristina em viagem à Europa, 1871. Coleção “Retratos da Família Imperial”. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Continuemos com as viagens da imperatriz pelo mundo. Passaremos pelos anos de 1876, 1877 e 1887, nos quais Teresa Cristina escreve mais explicitamente.⁷⁶ Impressões sobre

⁷⁵ No original mantivemos as palavras em italiano.

o tempo e o mar são os elementos iniciais nesta fase da escrita da imperatriz que parece mais entusiasmada com a viagem. O relato começa no dia 26 de março de 1876, com os preparativos para a longa travessia, primeiramente, com uma missa no Palácio de São Cristóvão, com a presença de Isabel, do Conde D'Eu e dos netos. Após as despedidas e o embarque, a imperatriz relata um pequeno acidente entre os navios, contudo, sem ocorrer nada mais grave. A organização deste caderno mostra D. Teresa Cristina mais detalhista. Suas considerações se estendem, escrevendo parágrafos maiores, sobretudo quando chega aos Estados Unidos e participa da Exposição da Filadélfia:

29 - As 6 chegamos à Bahia ficando a bordo por causa de uma quarentena. Vieram diferentes vapores em torno do nosso. O Cardoso de Menezes esteve em terra, depois entrou um outro passageiro rumo aos Estados Unidos.

30 – Ótima viagem mas faz calor.

31 – chegamos a Pernambuco às 6. O imperador não quis descer em terra. O tempo e o mar magnífico, nunca tinha visto o mar assim tão tranquilo como hoje. Vieram a bordo diferentes pessoas entre eles o Presidente Carvalho de Moraes com a mulher. A uma saímos de Pernambuco.

Abril

1 – Esta manhã choveu, boa viagem. O tempo mais fresco.

2 – Tenho estado doente porque o vapor se move muito. Depois do meio dia estávamos melhor, tempo bom.

3 – Sem novidade.

4 – Chegamos ao farol onde passamos a noite com a embarcação impedida não estando o perito a bordo.

5 – Começamos a entrar no rio pela manhã. Encontramos um vapor que entrava e depois encontramos outro chamado Augustin que saía [?] o piloto chamado David José Montes, um verdadeiro índio, continuamos a viagem e soltando a [espaço em branco] chegamos ao porto do Pará, rapidamente embarcamos em um pequeno vapor Nacional que foi conduzido ----- a terra.

⁷⁶ Desembarcaram primeiro nos Estados Unidos, indo em seguida para Dinamarca, Rússia, Oriente Médio e vários países da Europa, retornando ao Brasil em 22 de setembro de 1877.

Nada de anormal parece acontecer enquanto a comitiva se dirige para os Estados Unidos. Quando a comitiva chega à Nova Iorque, em 15 de abril, começa a agitada agenda de D. Pedro II que usava seu pseudônimo Pedro de Alcântara, desejando permanecer incógnito, e assim, fazer o que gosta; visitar intelectuais, estabelecimentos. Andou por boa parte do interior do país. D. Teresa Cristina não o acompanha o tempo todo, permanecendo em hotéis e organizando o próprio itinerário com sua amiga, D. Josefina Costa, e outra Josefina, mulher do ministro De Lamare. O imperador parte para a Califórnia, deixando a imperatriz sozinha. Essa registra seus primeiros passeios:

19 – Fui com D. Josefina a mulher do nosso ministro, primeiramente a Trustiesofthe Cooper Union, 2 na casa dos enjeitados mantida por M. Cooper é protestante, 3 a uma outra casa de instrução para rapazes e moças mantida por Mrs. Paul L. Thebaud, este é católico, são os monges do coração de Maria que assumiram a direção dos rapazes. A noite fomos ao teatro Italiano Il Barbieri di Serviglia, a Rosina foi representada por M. Belloc.

20 – Fomos à academia para a representação da [espaço em branco] pelos rapazes de diferente [?] pessoas da sociedade, foi graciosíssima e muito me diverti.

21 – Saí como sempre com D. Josefina e D. Emilia. De Lamare e, ao invés de irmos onde devíamos fomos a um hospital mas não entramos, fomos a outro pensando retornar ao anterior, mas inutilmente. A noite fui a um teatro particular em uma sala.

Mesmo em Nova Iorque D. Teresa Cristina não deixa de realizar atividades que já tem costume no Brasil: teatros, reuniões particulares e visitas de caridade, conhece lugares diferentes e monumentos dos heróis. Nota-se que a rotina da imperatriz segue determinada por ela e se percebe sua maior satisfação em organizar a sua estadia, ao passo que o imperador deseja estar em todos os lugares possíveis. Claro que ela não deixa de manter contato com o marido que está em São Francisco na ocasião. Mas o que fica evidente é que também procura eventos de seu agrado.

Quando o imperador retorna da Califórnia, partem para Filadélfia para um extenuante dever: a abertura da Exposição Universal⁷⁷ ocorrida no dia 10 de maio. Nesse evento o casal não pôde permanecer incógnito e, assim, tomam parte de todos os festejos que não são

⁷⁷ Em comemoração pelo Centenário da Independência dos Estados Unidos, onde circularam mais de 9 milhões de visitantes. Entre as novidades mostradas ao público, estava o telefone criação de Graham Bell.

poucos. Nos pavilhões da Exposição, o preferido e mais visitado pela imperatriz, obviamente, é o do Império do Brasil. D. Teresa Cristina descreve o início das comemorações:

10 - Hoje foi a grande festa da abertura da exposição, as 10 chegamos ao pavilhão da exposição. Dirigiram-se o imperador, o visconde do Bom Retiro, o ministro brasileiro e o secretário em uma carruagem, eu, D. Josefina, a esposa do ministro e De Lamare outra [...]. Eu estava a direita perto da esposa do presidente que não fala inglês, atrás estava a esposa do ministro Fich muito amável e fala francês. Esperou-se a chegada do presidente para abrir a exposição. Ouvi diferentes discursos antes do presidente que não se pode ouvir falando baixo. Terminado tudo começou a visita a exposição eu caminhando de braço com o presidente, o imperador com a presidente [?] o presidente dava o braço ao presidente da exposição. Eu quase não falei nada porque eles não falam inglês. Vimos o grande pavilhão da agricultura e máquinas terminado, isto é o presidente e todos partiram e nós fomos a pé ao pavilhão das Senhoras. O caminho era péssimo cheio de lama. Depois retornamos ao hotel e meu marido continuou o seu giro pela exposição. À noite ficamos em casa [espaço em branco] onde está hospedado o presidente para uma reunião em trajes de corte e decotes e diamantes. Todos permanecemos em pé toda a reunião [ilegível]. À noite vieram me visitar Mr. Okelly as 6 o Ministro espanhol, esposa e secretário e a esposa do ministro inglês.

A descrição feita pela imperatriz Teresa Cristina é detalhada sobre o início e sua participação na importante ocasião, assim como a respeito dos personagens envolvidos diretamente na organização da exposição, sempre acompanhada de mulheres da comitiva brasileira e de personalidades americanas. As impressões apresentadas demonstram que D. Teresa Cristina teve sua própria agenda, ainda com a presença do imperador e que, à sua maneira interagiu com as diferentes pessoas, entre as quais o presidente Grant.

A imperatriz inaugurou o pavilhão das mulheres na feira, sem dúvida uma função inusitada: “Pequena, roliça, ainda assim linda em seu vestido negro, ela andava por entre as “leaders” feministas todas querendo seu autógrafo” (HARDING, 1944, s/d). Um fato curioso, tendo em vista que, no Brasil D. Teresa Cristina, não era aclamada por ser modelo da emancipação feminina, mas por outros atributos ligados à imagem das mulheres.

No diário de 1876, encontram-se variadas informações acerca dos compromissos da imperatriz em Filadélfia, alguns no mínimo estranhos, como, por exemplo, a visita descrita à casa onde se matam porcos, no dia 14. D. Teresa Cristina continua redigindo seu diário no restante da viagem; curiosamente, somente no trecho do dia 7 de junho se refere ao imperador como “meu marido”, referência que se diferencia das outras:

13 – O imperador seguiu para Annapolis para ver o Arsenal e De Lamare foi com ele. Bom Retiro permaneceu aqui, partiram às 7 da manhã. Eu fui ver a Catedral que não tem nada de belo com quadro a óleo representando a crucificação oferecida pelo Rei da França Carlos X, e outro que representa S. Luiz enterrando os feridos no campo de batalha dado pelo Rei. Depois fui ver a estátua de mármore a Vênus, de lá fomos à galeria dos quadros do Sr. [espaço em branco], de lá para a câmara municipal para ver a rotunda, antes de tudo fomos ao parque que muito gostei. A noite fomos ao teatro, academia de música onde representou Miss Mary Anderson que tem 16 anos de idade é graciosa e representa perfeitamente, ela veio ao nosso camarote nos cumprimentar. Nesta cidade de Baltimore estive com Ernesto Merrola filho do antigo ministro napolitano que esteve no Brasil em 1843. Ernesto foi também secretário da delegação napolitana no Brasil.

14 domingo – Partimos de Baltimore às 6 da manhã e às 7 chegamos à estação de Wastington [?] onde encontramos nosso ministro com a esposa que foram pela cidade de Washington seguindo pelo caminho até a estação de Cumbarland onde esperamos 20 minutos descendo do vapor para passear um pouco [...]. Rapidamente fomos ao hotel e de lá ao parque, à casa do americano Mr. Probased Chaton Avenue, onde tinha uma bela livraria, quadros e estátuas. De lá fomos a Univesidade, academia de medicina, eu não descí, permaneci na carruagem chovia muito, fomos também a casa onde matam os porcos no inverno, a casa e todos os instrumentos, [?] isto é fui obrigada a voltar para a carruagem porque estava um odor horrível. Depois fomos à Catedral e de lá ao hotel, depois do jantar fomos passear de carruagem para ver a cidade e de lá para a estação onde chegamos as 6 saindo as 8 partimos para Luisville.

Junho

4 – Esta manhã choveu também a noite. As 8 chegamos ao Niágara e da estação fomos ao hotel chamado International. As 10 fomos à missa na Catedral. Depois fomos ver a cascata do Niágara, que não é possível imaginar um espetáculo semelhante, é belo e majestoso. Eu permaneci no hotel quando o imperador, Augusto, Bom Retiro, De Lamare, Macedo e Okelly foram descer por baixo da cascata, antes de descer trocaram de vestimenta, estavam com uma vestimenta desbotada e impermeável. Nesse lugar compraram fotografias e outras pequenas coisas. Passando pela ponte eu segui por um caminho e o imperador passou a pé.

7 – Fomos ver depois de um lanche: um museu [espaço em branco]. A casa dos cegos dirigida pelas Religiosas [espaço em branco], Universidade, academia de medicina, que não fui ver depois do parque. Voltando ao hotel fui com D. Josefina, De Lamare, e o Dr. Fontes ver a Catedral, lá vi o padre Martino filho da Vandea (França), partimos pela ferrovia às 3 e depois retornamos ao hotel

*pelas 2. Depois fomos ver a exposição inglesa, lá estava **meu marido**⁷⁸ [destaque nosso] e fui a pé com D. Josefina, D. Emilia, De Lamare e Fontes finalmente ao pavilhão Brasileiro, e de lá estando muito cansada com o calor, nós senhoras fomos de cadeira até nossa exposição agrícola, e de lá voltamos novamente em cadeiras até a ferrovia indo a pé até a entrada. Depois do jantar fomos ver um especialista, e a noite fomos ao teatro o imperador partiu depois do 1º ato para visitar uma reunião eu não concluí a Ópera estando muito cansada.*

Julho

26 – Deixamos Bruxelas às 9 da manhã. Na estação a ferrovia veio o Rei da Bélgica nos cumprimentar e desejar uma boa viagem, também estava nossa delegação de lá e diferentes pessoas.

27 – Fui com D. Josefina e a Condessa de Barral ver o parque, o Ministério da Guerra, Catedral, e uma igreja sobre uma montanha onde existe a Escada Santa, cópia daquela de Roma, retornamos as 2.

Tendo terminado sua estadia nos Estados Unidos o casal partiu para o Oriente Médio para uma visita que duraria 24 dias. Chegaram ao porto de Beirute, em 14 de novembro. Estava previsto, no roteiro de Dom Pedro, todos os lugares da Terra Santa que fosse possível visitar. Na ocasião, o imperador também redigiu um diário que, atualmente, está publicado;⁷⁹ note-se que a esposa quase nunca é mencionada, somente como acompanhante em alguns lugares.

Nessa visita à Terra Santa, a imperatriz não tinha como deixar de acompanhar o marido, embora não ocultasse seu cansaço. Tanto para ela quanto para as demais mulheres da comitiva, os caminhos eram difíceis e cheios de irregularidades, e quase sempre precisavam ser carregadas em liteiras. Por vezes, era necessário passar a noite em acampamentos improvisados. Seguindo os fragmentos, veremos algumas anotações de Teresa Cristina a acerca do retorno do casal, em 1877, passando pela Europa antes de seguir para o Brasil:

Novembro

14 – Esta manhã partimos de Beirout [Beirute] as 5 da manhã para Damasco em uma diligencia o tempo tem estado ruim e chuvoso. As 10 chegamos a Kanahir onde almoçamos sob uma tenda. Aqui

⁷⁸ Raramente Dona Teresa Cristina se refere a Dom Pedro II informalmente como se vê neste trecho, sempre o nomeio como “o imperador”.

⁷⁹ FAINGOLD, Reuven: *D. Pedro II na Terra Santa: diário de viagem – 1876*. São Paulo: Editora Sêfer, 1999.

nos separamos do imperador, do visconde do Bom Retiro, e Artur de Macedo que foram para Baalbec, eu e D. Josefina De Lamare, Dr. Fontes seguimos para Damasco onde chegamos a noite 6.

15 – Mesquita e toda a cidade.

16 – O imperador chegou as 3. Depois almoço onde S. Paulo [?] fez sua última profecia e a última igreja Grega Maronita passamos do cemitério onde depois foram enterrados todos os cristãos que foram massacrados em 1860 mais de 200 mil.

20 – As 6 partimos de Naouran se vê o lago de Tiberíades e neste lugar almoçamos e seguimos viagem até Kakoult onde vi as pontes dos filhos de Jacó, acampamos para passar a noite; todos os caminhos de hoje foram péssimos.

21 – Toda a noite choveu muito e pudemos sentir os sons dos chacais que estavam rondando o acampamento. Partimos às 6 da manhã depois de 5 horas chegamos a Meidal e Magdala.

1877

Janeiro

6 – As 8 o imperador foi ao teatro, eu não porque estava com dor de cabeça e cansada.

23 – Partimos de Siracusa as 6 e 10 da manhã por Catania onde chegamos depois 3 horas e meia, o imperador foi à universidade, eu fui com D. Josefina De Lamare e Persiano ver a Catedral e depois de um pequeno giro retornei em casa para esperar o imperador e sair com ele. D. Josefina sentindo frio acendeu um braseiro com carvão em seu quarto e tomou um banho no quarto. Estando eu tranquilamente lendo, fui chamada achando-se D. Josefina doente quase asfixiada com a fumaça. Rapidamente mandei chamar o doutor do hotel [espaço em branco] que felizmente veio a tempo de dar-lhe todos os socorros necessários, a todos dei champanha para beber e chá forte e gelado sobre a fronte, que não pode suportar e foi se banhar de água de colônia [?]. Felizmente o restante da noite se passou tranquilamente. Eu não fui a mais parte alguma.

Fevereiro

21 – Lanche na casa do embaixador francês Noialle, as 11 deixei o imperador na Biblioteca e fui ver o palácio de Farnesino com o Vte e a Vssa de Araguaya e depois retornei pra cá.

22 – Ao Papa, depois a fábrica de mosaicos, depois voltamos pra casa, o imperador voltou as 10.

25 – Fui ver os banhos de Caracalla e depois a fortaleza de S. Ângelo. Para o almoço vieram Loreiro com o secretário e funcionários. Para o jantar vieram toda a família dos Araguaya. As 10 partimos do hotel para a ferrovia, e as 10 partimos todos para Firenze e as duas delegações brasileiras foram ao nosso embarque, também diferentes pessoas de Firenze.

Maio

8 – Partimos para [espaço em branco] Orleans depois de 2 chegamos, seguimos rapidamente para o hotel [espaço em branco] e as 10 para a festa na Catedral, a noite não vi os fogos de artifício por causa do tempo ruim. Esta festa foi para comemorar a memória de Joana D'Arc que há 448 anos obrigou todos os ingleses a erguer o cerco a esta cidade. Na procissão foi o [espaço em branco] de Joanna D'Arc, o pálio do bispo Dupanloup que estava acompanhado de **D. Pedro 2**. [destaque nosso].

20 – Fausto no teatro de S. M. em Haymarket. Soirée na casa de Ma. Cardwell. Soirée na casa de Lord Dudley.

21 – Fui ver os cavalos e o Alexandre palazzo. Fomos passear no Hyde Park e de lá para o palácio de Kensington de Lady Holland.

22 – Comércio e a catedral de Winminster[?]⁸⁰. Baile na casa da Rainha, mas ela não compareceu. Muita etiqueta.

Nestes fragmentos observamos como D. Teresa Cristina vivenciou e comunicou sua experiência cotidiana nas viagens pelo mundo. Tal como Dom Pedro II tinha suas preferências sobre onde conhecer: enquanto o marido interagia com intelectuais e procurava o que era novidade, ela visitava lugares históricos e catedrais, nada que a diferencie de outros viajantes, também se mostra uma mulher que não aprecia o exagero das etiquetas reais. Falamos de uma imperatriz que tem uma representação em torno de si e, portanto, qualquer manifestação de sua subjetividade é preciosa para o pesquisador. Em seus cadernos existem palavras que são difíceis de transcrever ou ilegíveis contendo letras trêmulas e espaços em branco.

⁸⁰ Abadia de Westminster.

O olhar da imperatriz itinerante procura detalhar, para si, os acontecimentos e lugares; não obstante, sua linguagem não é muito diversificada. Percebemos quase sempre o uso das mesmas expressões e palavras. Não resta dúvida que a imperatriz que compõe seus diários se diferencia da Teresa Cristina que se mostra sem restrições em suas cartas.

O último diário conservado é o de 1887, um pequeno conjunto de folhas em que a imperatriz é mais sintética em suas anotações. Limita-se a palavras e frases curtas para definir o dia que gira em torno do imperador que começa a adoecer e, por conseguinte, à situação política interna brasileira que, também, não é estável como antes. Esse diário é um testemunho derradeiro da imperatriz Teresa Cristina que, já na velhice, se dedica exclusivamente ao marido. Através das cartas percebemos que a imperatriz acompanhava atentamente as mudanças da situação no que concerne ao ministério e à escravidão. No entanto, Teresa Cristina, em seu diário, se limita a poucas palavras:

1887

Petrópolis 7 de fevereiro

Nestas notas o imperador cai doente com forte febre.

9 – Hoje passou bem, dormiu em nossa cama no quarto.

18 – De novo com febre.

19 – De cama

25 – Passeio a pé pela manhã.

Abril

2 – As duas da manhã teve um forte acesso de vômito.

11 – Partida de Petrópolis da casa do Avelar onde todos passamos aqueles dias, pelas 8 da manhã partimos para a fazenda das Águas Claras, também veio nosso netinho Pedro para nos acompanhar. A viagem pela ferrovia foi de 2 horas até a estação, e depois um pequeno trajeto de carruagem.

12 – O imperador passeou a pé pela manhã.

13 – Nada de novo, vieram nos visitar a família do Barão da Penha.

18 a 27 – Nada de novo

28 – Acesso de febre.

Maio

2 – Passou bem.

3 – Febre e vômito

8 – Febre de novo ontem a noite tremor e vômito.

30 – Partimos da Tijuca diretamente para a cidade e embarcamos no arsenal da marinha no vapor francês Gironde para a Europa.

Junho

11 – Vento contrário, mar agitado.

12 – O tempo melhorou e o ar está fresco.

13 – Passamos pelas Ilhas Canárias, chove.

Julho

15 – Chegou a Lisboa.

20 – Chegamos à Paris a 1 ½ da noite.

26 – Fui visitar Margarita Chartre Montpensier.

27 – O imperador foi ao teatro sozinho eu não fui.

Agosto

1 – A noite partimos de Paris para Baden Baden onde chegamos as 6 ½ da manhã seguinte.

2 – Fomos ver a floresta negra.

13 – Passeio com Januária⁸¹.

16 – Os médicos me disseram saúde precária.

20 – Teatro e baile.

21 – Corrida de cavalo.

22 – Januária partiu.

23 – Concerto de música.

24 – Corrida e teatro.

Setembro 1887

Baden Baden

Uma reunião musical na casa da baronesa Soiz. Esta noite chegou meu neto, a gran-duquesa da Toscana com sua filha Antonietta e dois filhos pequenos

17 – Chegou esta noite a imperatriz Augusta da Alemanha.

21 – O grão duque a granduquesa de Baden chegaram hoje as 8 da noite vieram fazer uma visita. Nós fomos ao teatro (Carmém) e fomos obrigados a ir em casa para receber o grão duque, e depois retornamos ao teatro.

⁸¹ Dona Januária, irmã de Dom Pedro II e casada com o irmão de Dona Teresa Cristina, Luigi de Bourbon, conde D'Áquila.

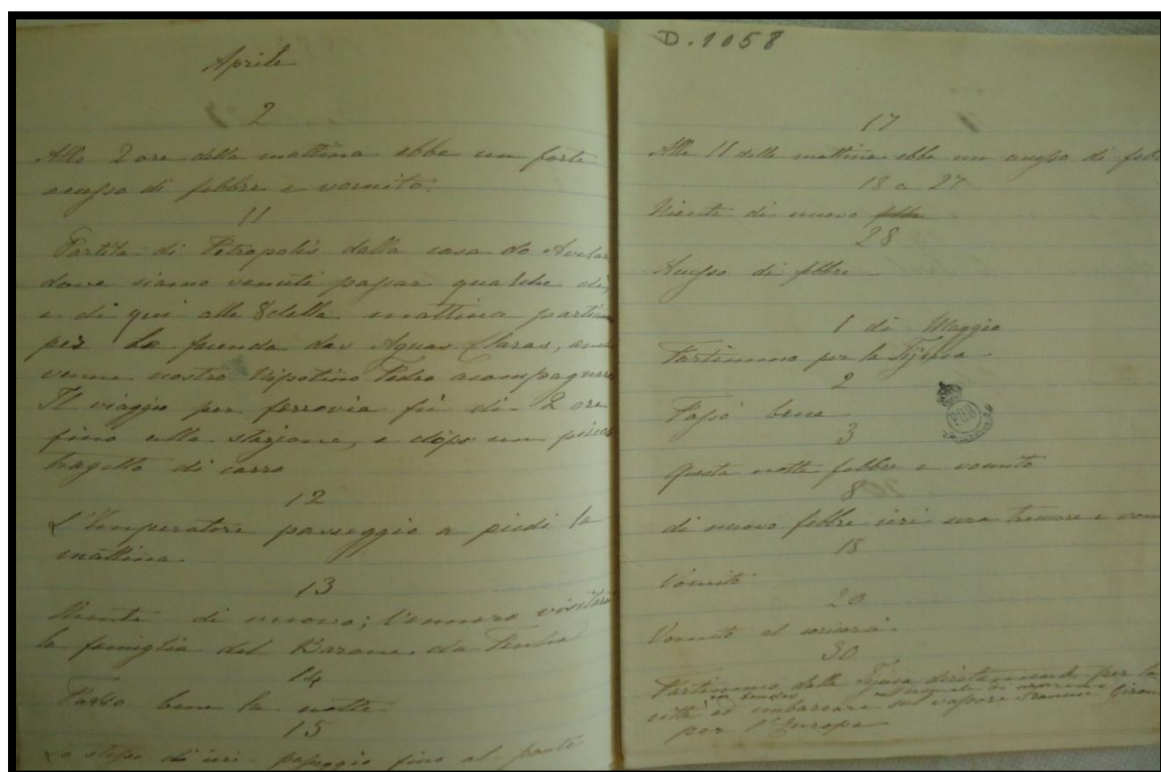


Fig.26: O último diário de 1887. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Foto do autor.

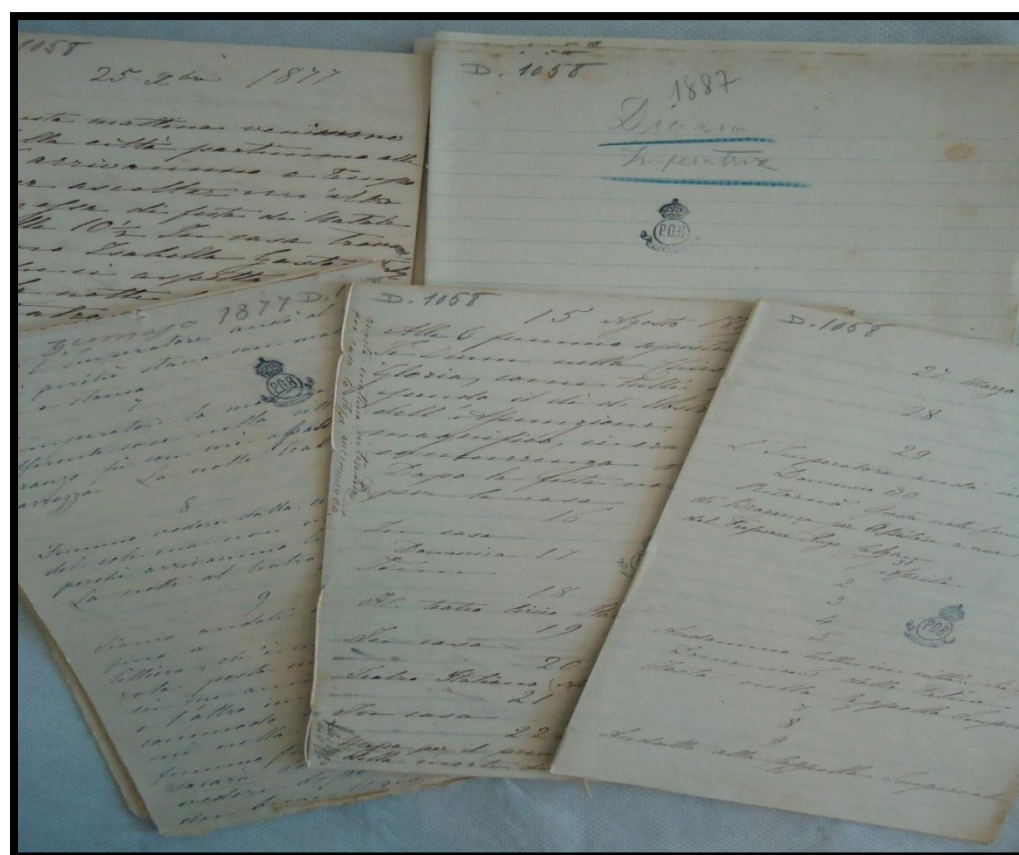


Fig.27: Fragmentos dos diários da imperatriz Teresa Cristina. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Foto do autor.

Uma imagem de si sobrevive nos diários e se abre para fora das suas páginas. Todas as pessoas que se revelam nesta prática deixam um legado para os outros. Este último registro de D. Teresa Cristina, já na maturidade, revela uma mulher totalmente dedicada ao cuidado e à manutenção da intimidade. O diário de 1887 não revela nada de extraordinário ou nenhum comentário sobre os conturbados eventos que aconteceram no Brasil, naquele momento, mas narra o zelo cotidiano da imperatriz pelas pessoas e pelas coisas.

Não se sabe os motivos que levaram a imperatriz a guardar somente este diário dos anos de 1880, ou se foram perdidos no exílio. Não obstante, a *escrita de si* da “mãe dos brasileiros” se desenvolve de forma simples, no desejo de firmar um lugar para si, um lugar para se dizer: Eu. As páginas de qualquer diário, escrito em qualquer circunstância, são a marca do humano, de “suas forças e fraquezas” (LEJEUNE, 2008, 269), são um rastro de memória.

3.1.6 As cartas da imperatriz Teresa Cristina Maria

Todos nós escrevemos cartas em algum momento da vida. No mundo das correspondências vamos a muitos lugares e a pessoas que partilham de nossa história. Escrever cartas, portanto, sempre foi corriqueiro ao ser humano; elas estão inseridas no esteio dos arquivos íntimos e fornecem elementos de uma *escrita de si* que é elaborada em diversos moldes.

Neste espaço existe quem escreve e seu interlocutor. Portanto, escrever cartas é um exercício de autorrepresentação, uma imagem de si que é firmada no ato da ação narrativa. As cartas da imperatriz Teresa Cristina foram direcionadas, em sua maioria, ao círculo familiar e a pessoas de posição na Corte, e, nessas, um tom mais formal é característica. Na pessoa da imperatriz, convivem a figura pública e a da intimidade familiar; ambas passam pelo processo da representação, aspecto que se evidencia na maneira como a “mãe dos brasileiros” tece sua memória pessoal pela escrita.

Estes documentos íntimos acabam por ser objeto de reflexão, pois “possuem uma marca identitária do titular do arquivo” (VENANCIO, 2001, p.26). A memória epistolar anseia e transmite uma identidade, uma singular ênfase do “EU” que escreve e possibilita se derramar sem restrições. Não obstante, essa memória, de igual forma, está sujeita às intempéries do tempo e da ação humana:

Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim, são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma triagem [...]. Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar de intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava de a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social à uma imagem de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência (ARTIÈRES, 1998, p.11).

Percebemos a constante imagem do espelho, do reflexo que, sendo algo “verdadeiro” de nós, ainda assim, não o é de fato. Provavelmente, Dona Teresa Cristina não tinha em mente uma dimensão autobiográfica, tal como entendemos. Em sua correspondência, podemos visualizar uma mulher na intimidade e na consciência de uma 1ª pessoa, um “EU”, que põe no papel algo de si. Sob esse prisma, diferenciamos a narrativa das cartas daquela contida nos diários, onde a manifestação de si ainda é parcial e velada. No entanto, em suas cartas, Teresa Cristina pode se expressar mais livremente, sem restrições. Tal aspecto se evidencia, como veremos, nas correspondências direcionadas a pessoas da família e amigos mais próximos.

Durante a vida de Dona Teresa Cristina Maria no Brasil, sua imagem pública se definiu como monumento modelar, forjando um ideal de virtudes, algo, certamente, permitido por ela, ao optar pelo silêncio, pelo imaginário que se constituiu sobre si mesma. O trabalho de escrever cartas é uma “prática cotidiana e solitária” (VENANCIO, 2001, p.28), vivida pela imperatriz nos quartos de seus palácios. Nessa prática está em jogo o autor que cria sua própria visão de história, ainda permanecendo o desejo de algo incontestável, um real de suas vidas:

Nos arquivos privados pessoais, os titulares tornam-se ao mesmo tempo objetos e sujeitos de uma escrita de si, convertendo-se em autores de um registro sobre a sua própria história [...]. As cartas são documentos relacionais. Através da leitura de um conjunto de correspondências pode-se entrever um outro grupo contíguo. Ao contrário de outras fontes, as cartas funcionam como uma via privilegiada para investigar relações pessoais porque permitem distinguir marcas de relações mútuas. A prática epistolar de um indivíduo só existe em função de um outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta (VENANCIO, 2004, p.113).

Teresa Cristina tem seu espaço na vida familiar. Neste cenário ela aconselha, adverte e demonstra certo domínio dos acontecimentos transcorridos nos bastidores. Ao passo que sua figura pública não ultrapassa aquela imagem de boa e virtuosa mãe e esposa. Nos primeiros

anos de casada, é nítido o tom romanesco de sua correspondência com o jovem Pedro II, certa dependência afetiva em relação ao marido.

Caminhando nestas páginas finais pela memória da imperatriz Teresa Cristina, é fundamental percebermos o que diferencia a escrita de seus diários de sua correspondência. Em ambos os casos, é certo o desejo e o contato com as pessoas, com os objetos e com as circunstâncias e sentimentos da vida, contato e desejo permitidos de maneira mais livre na prática epistolar. Nestas formas de memória narrativa, as mulheres do século XIX criam um espaço próprio, fazendo uso de formas infinitas de linguagem, o que caracteriza, para nós, a escrita de cartas como “uma das modalidades de escrita de si que mais tem sido utilizada pelos historiadores, tanto como fonte, quanto como objeto de estudo” (GOMES, 2004, p.19).

Este é um elemento importante nas cartas de Teresa Cristina, trocadas com o marido, com os filhos e com outras mulheres que considerava amigas. É possível perceber uma mulher que fala mais abertamente sobre si mesma e sobre sua vida. Nas primeiras letras trocadas com Dom Pedro II, ainda jovem, o tema central é o desejo da presença, do afeto do imperador, sobremaneira em suas ausências da Corte. A jovem Teresa Cristina ainda não é a “boa mãe dos brasileiros”, mas a esposa em busca do amor do marido:

Serra d’Estrela, 2 Maio de 1845⁸²

Caríssimo Pedro,

Não desejo faltar com a palavra que te dei esta manhã antes da nossa separação, para mim muito dolorosa e estou bem certa que é também para ti, bom Pedro. Eu não tenho feito todo o trabalho do dia pensado a ti, estou muito triste não tendo vontade de fazer nada, tudo me parece aborrecido. O nosso pequeno Afonsinho está bom e alegre, não parei de abraça-lo por ti, e me parece que quando lhe beijava a mão era a tua[...]. Não vejo o momento de abraçar-te, bom Pedro e pedir perdão de tudo que eu tenho feito nos dias passados. Peço-te que venha o mais rápido possível que possa para consolar a tua Teresa.

O tempo de manhã ameaçava chover; mas depois do jantar [...].

Adeus, bom e ottimo Pedro, peço-te de abençoar a tua Teresa, a qual te dá daqui a sua (benção)

Adeus, boa noite,

A tua Affma mulher

Teresa

⁸² Ressaltamos que algumas das cartas da imperatriz estão em regime de comodato, no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/RJ, sendo parte do Arquivo Grão Pará, exceto as dirigidas ao genro conde D’Eu. Portanto, não podem ser fotografadas sem a autorização dos membros da família imperial, sendo possível ser somente consultadas e transcritas. É grande o numero da correspondência de Teresa Cristina, dessa forma, uma difícil escolha foi feita tendo em vista a disponibilidade das fontes e tempo da pesquisa de mestrado. É desejo nosso retomar tais documentos em outra pesquisa.

Petrópolis 5 de Março 1848

Caro Pedro

Estou muito contente de saber que está em boa saúde. Eu fiquei o dia de ontem bem triste sabendo que Tú estavas com febre mais forte, a noite passada na fábrica. Desejo que hoje não te canse muito e que amanhã possa estar aqui com quem te ama muito e deseja a tua felicidade! Asseguro-te que não vejo o momento de abraçar-te e estar em S.Christóvão, não posso mais me ver nessa contínua separação de Ti.

Nós estamos bem

Ti abraço di coração

A tua affma Mulher

Teresa⁸³

A correspondência entre Teresa Cristina e Pedro II, nos primeiros tempos de casado, tem como tema central a preocupação com tudo o que está relacionado com o imperador e com sua rotina em visitas oficiais longe do Rio de Janeiro. Nestas linhas, fica clara a dependência afetiva da jovem imperatriz pelo marido. Diferentemente da escrita dos diários, na correspondência pessoal, Pedro II é chamado de “bom e caro Pedro”, ao passo que em seus diários ele aparece como “o imperador”.

Podemos considerar que quem fala nos diários é a imperatriz do Brasil e, nas cartas íntimas, é ouve-se a voz da “afetuosíssima mulher Teresa”. Esse traço continua presente nos anos que se seguem, em que a aflita esposa procura lembrar o marido de seu afeto, da saúde dos filhos pequenos e, mesmo, advertindo o imperador sobre os cuidados com a saúde; uma imagem evidente de seu “epistolário amoroso” (AVELLA, 2012, p.177).

No universo afetivo que envolve a dimensão afetiva da escrita de Teresa Cristina permanece sempre a figura de seu marido e dos seus filhos. Evidencia-se, na vida íntima, o papel de mãe atenciosa e virtuosa que posteriormente se refletirá na imagem pública da imperatriz. Com o passar do tempo e com a maturidade na relação com o marido, bem como com a compreensão das questões que envolvem o Brasil, D. Teresa Cristina assume a função de conselheira e se mostra aflita em assuntos antes não mencionados com frequência, como é o caso das cartas trocadas com a princesa Isabel e o genro Conde D’Eu.

⁸³ Tradução nossa do italiano.

Evidentemente, a escrita de Teresa Cristina é permeada pela sensibilidade e pelo modo burguês próprio do século XIX, de forma que nos diários permanece um tom discreto e formulado. Já no âmbito da correspondência, a escrita se dá sob uma perspectiva de afetividade, ainda que quem escreva seja uma imperatriz. Quem escreve, na esfera do privado, fala de si na tentativa de transmitir ao leitor uma voz autêntica necessária ao reconhecimento de si, sendo um “Eu” que fala e vive, em certa medida, em sua verdade:

A correspondência pessoal, assim como outras formas de escrita de si, expande-se *pari passu* ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a afirmação do valor do indivíduo e a construção de novos códigos de relações sociais na intimidade. Tais códigos permitem uma espontaneidade das formas de expressão dos sentimentos como amizade e amor; uma espécie de “intimização” da sociedade. A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características, com uma particularidade: elas são produzidas tendo, *a priori*, um destinatário (GOMES, 2004, p.19).

As primeiras cartas da imperatriz Teresa Cristina são escritas em meio ao sentimento de ausência do marido e à solidão vivida em São Cristóvão. Tais condições corroboram a maneira como sua escrita reflexiva surge, pois solitariamente lhe é permitida uma dose de sinceridade, de carência e fragilidade, algo característico na escrita de algumas mulheres do século XIX. Outro fator fundamental é a consciência do distanciamento marcadamente instaurado entre quem escreve e seu destinatário. Vejamos outras cartas endereçadas ao esposo Pedro de Alcântara:

S. Christóvão 2 Setembro 1865

Meu caríssimo Pedro

Não podendo partir hoje o vapor pelo Rio Grande, e partindo amanhã as 10 aproveito para escreverte estas duas linhas para assegurar te que por aqui não há nenhuma novidade.

Hoje chegou o vapor da Europa La Plata, não há nenhuma notícia interessante. Portugal – Abertura das camaras e discurso da coroa. Inglaterra – Viagem da rainha Vitória à Alemanha. Alemanha – composição do ministério Austriaco a Austria propõe à dieta de Francfort e reconhecimento do príncipe de Augustemburgo. Desentendimento entre Austria e a Prussia. Estados Unidos situação desgraçada dos estados do sul por causa da questão do trabalho dos negros. Turquia – Invasão do cóleramorbus. Recebi uma carta da nossa Mae a imperatriz Amélia do dia 12 dizendo que tem estado um pouco melhor mas sabendo por minha carta de 8 de Junho que tu deverias partir para o sul, disse que fazia votos para tua felicidade, e que Deos te proteja [...]. Também recebi uma carta de Januária, de minha familia, que felizmente não tinha novidade. Recebi uma carta da Condessa do dia 5 de Agosto, ela também disse que sabia de tua viagem, e me disse que se estivesse aqui pediria minha

permissão de fazer me companhia em qualquer momento. Ti digo francamente que fiquei contentíssima que esteja em Paris, me basta tudo o que me afflige.

Espero com ansiedade noticia exata da batalha do 13, e aquella que deve ocorrer no dia 17. Isto certamente decidirá o tempo de teu retorno aqui, que já me parecem séculos.

Adeus, acredite-me sempre a tua mais affeioada

Mulher e Amiga

Thereza

Acreditamos ser umas das cartas mais importantes de D. Teresa Cristina a Pedro II, haja vista o caráter sincero e a diversidade de informações descritas. Notamos que a imperatriz diariamente tomava tanto conhecimento do que se passava no Brasil, em guerra, quanto dos acontecimentos políticos na Europa, relacionados, ou não, com sua família, chegando a mencionar o conturbado e violento cenário da questão da escravidão nos Estados Unidos. Curiosamente, uma mulher fala aqui de política, uma mulher que é reconhecida por não se interessar por tais assuntos; ademais, esse silêncio sobre política é considerada uma de suas ressaltadas virtudes. Em vários episódios é evidente que a imperatriz acompanha o mundo político, contudo, parece que não deseja agir de forma direta.

Outro aspecto interessante é a franqueza com que expõe seus sentimentos com relação à Luiza Margarida, condessa de Barral. Uma presença que incomoda D. Teresa Cristina e da qual não deseja estar perto, pelo menos na maioria das ocasiões. Essa disputa pela atenção de Dom Pedro também é evidente em outras cartas enviadas a D. Pedro, em 1876, na segunda viagem ao exterior. Enquanto o imperador cumpria variadas funções e a imperatriz seguia, fazendo passeios e realizando outros compromissos com suas damas:

10 horas da noite Gastein 24 de Agosto de 1876

Esta manhã tive notícias tuas por uma carta que tu lhe escreveste por meio de Gobinout estimo que continue a passar bem no meio de tanto movimento que tem tido para ver Muzeos, Antiguidades e muitas outras cousas que te podem interessar, espero que tu me dirás tudo o que tem visto quando estaremos juntos.

Aqui não a nada de novo agora tudo esta tranquillo. Os pequenos em boa saúde eu vou indo sempre sem novidade. Tomando os meus banhos e água [ilegível]. Esta manha fui ver o estabelecimento dos banhos de vapor la estava o doutor para me explicar tudo. [...]. 26. O tempo esta melhorando não cae mais neve, está bem fresco fui as 10 passear de carro do lado de Backstein [?] em muito gostei ver tudo branco parecia um lençol toda a planice[...]. acondeza tem andado muito perturbada por causa da guerra e temendo fazer a viagem pelo Danubio te peço não lhe dizer nada que te escrevi Esto

[isso]. Como também nos vamos em Vienna morar no grande Hotel [...]. Adeus meu querido e bom Pedro recebe um abraço de teus netos e meu e crê sempre.

Tua aff. Mulher
Thereza.

Vienna 17 de setembro de 1876

Meu querido e bom Pedro

Não posso resistir de te escrever sabendo que a condeza va (?) o fazer [...]. Hontem fui passear de carro e a pé por esta cidade. Hoje fui a igreja de S. Agostinho ouvir missa muito rezei em tua intenção. Adeus meu querido Pedro recebe um abraço bem de coração desta tua aff. Mulher e amiga do coração.

Thereza.

Na estação de *Gastein*, D. Teresa Cristina faz tratamentos com águas que são famosas. Sua perna causa muitas dores devido à idade e por causa de uma queda sofrida no ano anterior, em Petrópolis. Em momentos como esse, o imperador quase nunca está presente com a mulher, seguindo sempre seu agitado roteiro. Contudo, a imperatriz procura manter contato frequente com o marido, contando-lhe tudo o que vê e ouve. O olhar da imperatriz parece, com o passar do tempo, se voltar mais para as coisas simples, coisas aparentemente sem importância, por exemplo, as condições climáticas e a satisfação causada pelo branco das planícies.

Aqui também aparece a figura desconcertante da condessa de Barral, nunca chamada pelo nome, por Teresa Cristina, tanto nos diários quanto nas cartas. Esse detalhe sugere que Luiza Margarida não fazia parte do círculo íntimo da imperatriz; ou que, pelo menos, não era um desejo seu que o fizesse. O pedido feito a Dom Pedro em omitir o tom da conversa entre ambos demonstra que era do conhecimento da imperatriz a relação distinta que ele mantinha com elas, e que, por isso mesmo, as colocava em posição de rivalidade. Marcando um lugar para si, é sempre como “mulher afetuosa” que D. Teresa Cristina termina suas letras ao marido.

Por fim, temos outro grupo de cartas da imperatriz para pessoas mais próximas: o genro Gastão de Orleães, conde D’Eu, a filha princesa Isabel, e D. Carlotta, baronesa de Suruí, que, juntamente com D. Josefina Fonsceca, foram as que permaneceram com D. Teresa Cristina até a morte no exílio. Foram selecionadas cartas em meio ao grande número e às datas diferentes, pois tentamos perceber a maneira informal da escrita da última imperatriz do Brasil, em seu espaço mais familiar e longe das formalidades próprias de sua função.

Nestas linhas, D. Teresa Cristina se mostra mais frágil e preocupada com tudo o que acontece a sua volta. Uma postura, por vezes, desorientada de uma mulher que não sabe o que fazer. Contudo, a imagem passada nestas cartas é a do cuidado de uma mãe, uma mãe e amiga que procura estabelecer relações em seu contexto. A imagem materna é, sem dúvida, a mais explícita naquilo que permeia a figura de esposa de Dom Pedro II. Vejamos algumas destas cartas ao conde D'Eu escritas entre 1869 e 1870 que, embora possam parecer extensas, favorecem uma percepção mais detalhada da relação estabelecida entre D. Teresa Cristina e o marido da filha:

5 de abril de 1869 – São Cristóvão

Meu caro filho Gastão,

É com prazer que te posso dar boas notícias d'Isabel que graças a Deus goza boa saúde. Tivemos um telegrama do dia 2 de Santa Catharina, que nos fez prazer sabendo que tenha lá em boa saúde, e tendo tido uma viagem magnífica, espero que afim tenhas ido até Montevideo, onde deve chegar hoje. Da Europa temos boas notícias de política sempre no mesmo. [...]. Adeus caro Gastão, receba um abraço...

28 de Abril 1869 – São Cristóvão

Meu caro filho Gastão

Peço-te aceitar os parabéns que te ofereço pelo dia de hoje, que Deus te faça ver muitos outros bem feliz e em companhia de Isabel. Esta manhã ofereci a missa pela tua intenção e bem pedi a Deus que breve te faça voltar entre nós com glória tendo acabado esta longa guerra [...]. Com prazer tenho lido nos jornais como foste recebido por toda parte com festa. Adeus, meu caro filho Gastão, receba a benção e abraço de Tua mãe Tereza.

29 de maio 1869, 10h da noite

Meu caro filho Gastão

Recebi ontem a tua carta de 15, e uma para o imperador que logo entreguei. Ela me fez o maior prazer sabendo que, graças a Deus, ia passando bem não obstante, as ocupações que deves ter, meu caro Gastão. Com prazer também li que o exército está agora mais satisfeito e animado com a tua estada lá. Ouvi dizer que se esperava em Montevideo naqueles dias o marechal. Tomara certo bem longe do Lopez. Espero em Deus que breve verei esta guerra acabada.

6 de Julho de 1869 – São Cristóvão

Meu querido filho Gastão

O portador desta carta é Rappaldo [?] que serviu sob as ordens do Tiburcio no ataque do estabelecimento onde foi ferido. Ele serviu também no batalhão dos garibaldinos contra o Lopez. Adeus caro filho Gastão recebe a benção e abraço de tua afetuosa mãe, Thereza.

26 de setembro de 1869. São Cristóvão.

Meu caro filho Gastão

A muito tempo não te tenho escrito, não foi por falta de amizade, mas como sei que tem tanto a fazer não quis te incomodar com minhas cartas. Como parte amanhã o capitão tenente Guimarães, me aproveito para mandar-te estas duas linhas. Com prazer pela Isabel tenho sempre notícias tuas que graças a Deus são boas e espero que assim continuará a certo, até o fim desta terrível guerra. Faço bem ideia o que terão tido de trabalho e aborrecimento. Espero que breve teremos o prazer de ver-te de volta. Adeus, meu caro filho Gastão. Recebe minha benção e abraço de tua afetuosa mãe, Thereza.

30 de outubro de 1869 – São Cristóvão

Meu caro filho Gastão,

Ha quase um mês que não te escrevo, não por falta de amizade, mas tenho estado doente com tu dever sabido pela cara Isabel, que foi para mim uma filha extremosa todo o tempo da minha moléstia. Graças a Deus estou quase de todo restabelecida o que tenho anemia e fraqueza nas pernas. Com prazer tenho sempre boas notícias tuas. Desejo bem sabem com certeza que o Lopez tenha fugido, assim a guerra será finita [acabará] e te podermos ver entre nós. Não te mando notícias daqui porque Isabel te-las Dara [dará]. Adeus meu caro filho Gastão, receba a benção e abraço de tua afetuosa mãe, Thereza.

15 de fevereiro de 1870 – São Cristóvão

Meu caro filho Gastão

No dia 13 tive a grande satisfação de receber a tua carta de 28 de janeiro, que tanto te agradeço com os exemplares das fotografias feitas no Rosário, as quais me fizeram imenso prazer possuí-las e que conservarei sempre em lembrança tua. Achei-te mais magro, mas com [como] a tua saúde é boa, graças a Deus, isto não é nada, e estou bem certa que quando voltares aqui engordarás, o que espero seja breve. Faço bem ideia o quanto tem que fazer com a organização dos contingentes que tem que regressar para o Brasil. Infelizmente chegarão aqui em uma época não muito favorável, porque faz muito calor e tem havido alguns casos de febre amarela, mas espero que com as providencias que deverão tomar, nada fará de mal para esta pobre gente que volta de uma tão longa campanha. A mania que se tem desenvolvido entre os voluntários pelo casamento me faz lembrar o que aconteceu aqui com as pretas quando partiram. [...] noticias da família na Europa, do sobrinho Philippo, que esta [está] em Petrópolis e irá para a Europa. Adeus meu caro filho...

19 de março de 1870 – São Cristóvão

Meu caro filho Gastão

Parabéns e muitos parabéns te ofereço pela glória e terminação da guerra de que tu tomaste grande parte. O país te deve ser bem agradecido de todos os sacrifícios pelo que tu passaste. Recebe um abraço bem de coração de tua mãe pela terminação da guerra. Pode bem imaginar a alegria que tivemos com esta notícia, particularmente, Isabel e o imperador. Quando esta notícia chegar em Europa deve causar grande espanto, porque não esperavam este desfecho. Phelippe já partiu para o sul ainda nada sabendo de sua chegada a Santa Catarina. De novo te lo recomendo e te peço de lhe entregar esta carta. Adeus, receba minha benção e abraço de tua afetuosa mãe. Thereza.

2 de Abril de 1870

Meu caro filho Gastão

É com grande prazer que recebi tua carta de 12 de março que te agradeço bem de coração com também os parabéns que em elas me das pelo dia 14. Os teus desejos de chegar aqui e aquele dia as notícias do fim da guerra são de afeto, e só dia 17 chegaram, a alegria foi geral com [como] pode bem imaginar, meu caro Gastão, e o que não será o dia da tua chegada aqui que espero seja o mais breve possível, e ver a minha filha Isabel e Tu feliz e contentes, depois de um ano de ausências que foi bem longo. Mas todos os sacrifícios que tem feito são agora bem recompensados, agora tão gloriosamente acabada esta guerra e tendo ganhado o afeto dos brasileiros cada vez mais, e voltando com as glórias que tem bem merecido [ilegível]. De novo te dou agradecimento pelo fim desta guerra que tu tem tomado tanta parte.

No dia 27 fomos para Petrópolis onde tivemos uma recepção magnífica, não te dou a descrição porque a terás pela Isabel. No dia 30 voltamos para aqui porque tinha chegado o batalhão do Ceará. Pelo Tibúrcio tive notícias tuas que tanto estimei. Amanha iremos de novo para Petrópolis para estar aqui de volta no dia 9 se não for antes, por causa da chegada de alguns batalhões dos 8 que tu me diz estarão em [T?] já prontos para partir para o Rio de Janeiro.

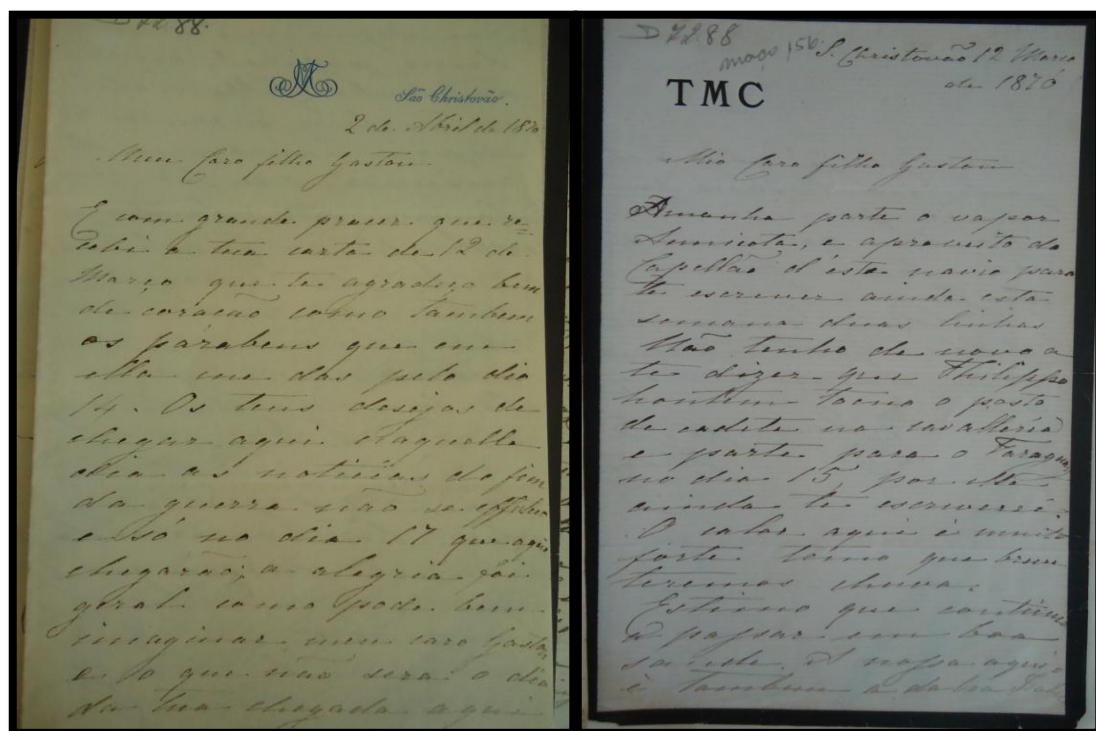
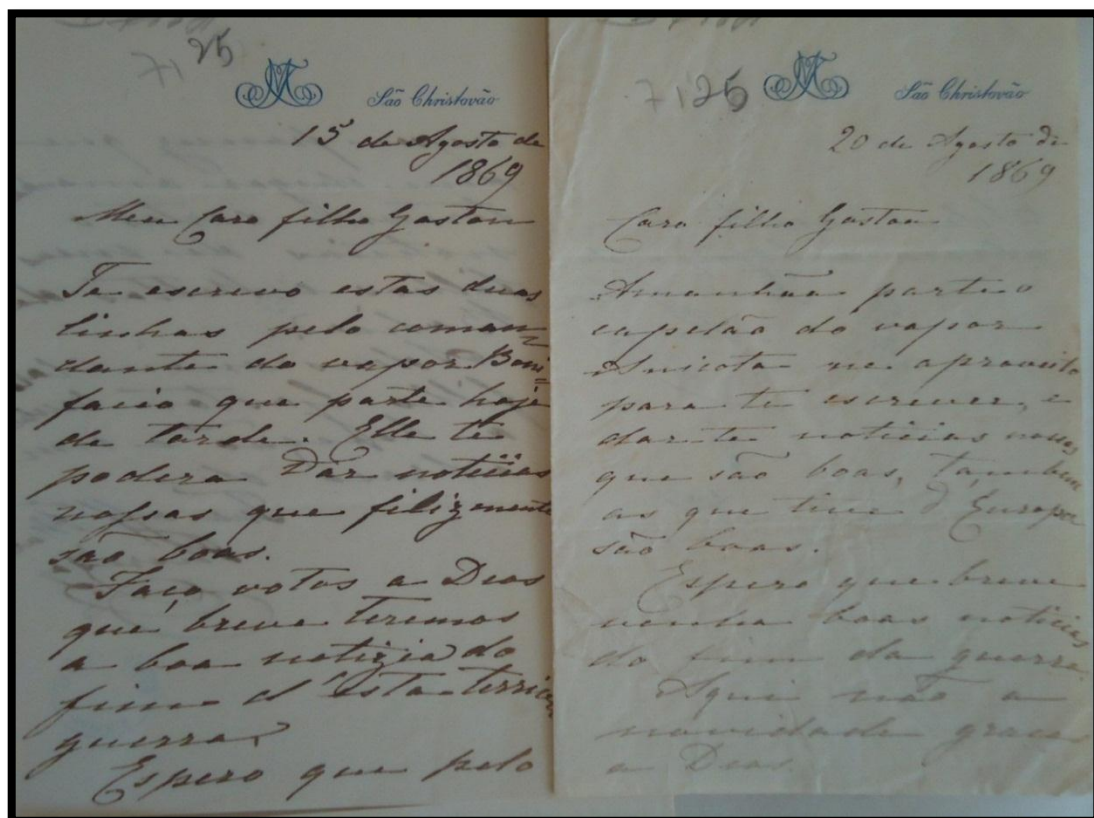


Fig. 28 e 29. Manuscritos das cartas ao Conde D'Eu. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Foto do autor.

O diálogo com Gastão de Orleans começa de forma simples e afetuosa, com Teresa Cristina se dirigindo ao genro como “meu caro filho”: uma relação de estima por parte da imperatriz que está preocupada com o marido da filha, que considera seu filho, pois esse está partindo para frente de batalha, no sul. Notadamente, todas as cartas aqui apresentadas trazem este tom de afeição materna que lastima a ausência prolongada, adverte sobre os cuidados com a saúde e, claro, se mostra apreensiva e ansiosa pelo fim da guerra e pelo retorno de todos.

Dona Teresa Cristina parece depositar total confiança na competência do conde D’Eu para a resolução do conflito. Recebe notícias diárias por meio de Isabel e de outras pessoas da Corte, bem como pelos jornais que, todos os dias, trazem boletins sobre o assunto. De igual forma, no íntimo da correspondência pode ser a conselheira que troca informações de todos os tipos: pessoas feridas, nomeações, organização e estado de espírito do exército, e o desejo de que o “Lopez”⁸⁴ seja logo capturado ou fuja, pondo fim à sua angústia de mãe e imperatriz.

Nota-se também que o cotidiano da imperatriz Teresa Cristina continua, de forma que pode fazer seus passeios e ir ao teatro. Curiosamente, destacamos, aprecia a história mítica da feiticeira Medeia que, de acordo com a versão de Eurípedes, mata os próprios filhos por ciúme pelas infidelidades do marido, Jasão. Um modelo de mãe bem diferente do imaginário do século XIX. Nas duas últimas cartas de 1870, se ouve o agradecimento da imperatriz ao conde D’Eu pelo fim da guerra que, segundo ela acredita, é o grande responsável por ele e pelo êxito do Brasil no conflito; a isso, conforme ela afirma, o Brasil inteiro deve reconhecer.

Passemos agora a algumas linhas trocadas com duas mulheres que conviveram de perto com D. Teresa Cristina: a filha, Isabel, e D. Carlota Guilhermina da Costa, baronesa de Suruí,⁸⁵ com quem teve uma relação de amizade que, ao que parece, ultrapassou as posições hierárquicas ocupadas por ambas. Neste último tópico, a reflexão parte destas correspondências dos últimos anos da imperatriz no Brasil, entre 1887-1888, quando ela acompanhou o marido no tratamento de sua saúde, na última viagem à Europa de ambos como imperadores do Brasil. Nessas linhas, surge uma Teresa Cristina que se vê no centro de um contexto conturbado pelo estado de saúde do imperador, ao passo que, no Brasil, crises acontecem no ministério e as pressões pela abolição movimentam o cenário.

⁸⁴ Francisco Solano Lopes, presidente do Paraguai na ocasião da guerra com o Brasil.

⁸⁵ D. Carlota Guilhermina da Costa Barros (1817-1894) era irmã do Duque de Caxias, dama da princesa Isabel. Dedicava seu tempo a obras de caridade, chegando a ser presidente da Associação de S. Vicente de Paulo. Consta que alforriou todos os seus escravos em 1883, em homenagem ao aniversário do imperador. Disponível em: <<http://www.jornalmileniovip.com.br>>.

Aqui também notamos que a escrita é diferente do último diário da imperatriz de 1887, onde o período registrado é curto e com anotações precisas, sem maiores comentários. Primeiramente, fazemos uso de um fragmento transcrito e publicado na *Revista do IHGB*, por Ligia F. Cunha (1974), que a imperatriz escreveu em janeiro de 1880, e onde fala, abertamente, com a princesa Isabel sobre sua preocupação com os tumultos gerados pela chamada “Revolta do Vintém”⁸⁶ e com os problemas com o ministério. É precisamente nas entrelinhas que observamos que a imperatriz, embora não interferisse em assuntos de Estado, acompanhava o que se relacionava com a política brasileira:

São Christóvão, 1 de janeiro 1880

*Aqui estamos torrando, todas as tardes chuva e trovoada, quem me dera ter aí um pouco de neve. Temos intenção de ir para Petrópolis; por enquanto tudo está tranquilo, mas não estou sossegada porque temo que à primeira contrariedade que o povo tiver com o imposto, teremos coisas mais fortes. Que Deus proteja teu pai! O ministério pediu demissão e foi chamado Saraiva, mas como ele está na Bahia, não se sabe se aceita.*⁸⁷

Cannes, 16 de janeiro de 1887

Minha querida Isabel

Deve receber um embrulho de folhetos d'illustração e fotografias de Nice [...]. Parece que meu neto Pedro acaba de receber a grão cruz de Carlos 3º de Espanha que se deu também ao barão de Cotegipe [...]. Sendo de costume a retribuição neste cazos, e constando me esse mesmo Mozat (?) estranha que ainda não tenha Le lhe tivesse mandado a grão cruz das rosas (?), certa peço que faças com que lha envia quanto antes. Digo-te porque não gosto de queixas ou repassar que me parecem feitas com razão. Tua affma mae Thereza.

Petrópolis, 4 de março de 1887

Cara filha Isabel

Ainda estou tão perturbada com a moléstia de teu Pae que não sei o que faço, por isto me desespera que não escrevo longamente. Faço bem ideia o quanto te a de ter impressionado recebendo esta noticia. Graças a Deos Teu Pae vae melhorando mas ainda esta de cama. Que falta tem me feito em esta ocasião mais que nunca.

Tua afetuosa mãe em coração

Thereza.

⁸⁶ Ocorrida entre 28 de dezembro de 1879 e 4 de janeiro de 1880, em que a população, furiosa com o imposto cobrado sobre os bondes, proposto pelo ministro da fazenda, protestou violentamente pelas ruas do Rio de Janeiro, deixando muitos feridos e mortos.

⁸⁷ Arquivo Baronesa de Loreto, Museu Imperial de Petrópolis/RJ.

Aguas Claras, 21 de Abril de 1887

Minha querida filha Isabel

Não serei esta vez muito estensa a te escrever porque devo enviar a carta as 2 horas para Petrópolis e de lá para a cidade. Teu Pae graças a Deus vai indo melhor e esperamos que assim continuara [continuará] e as forças aumentarão. Saudações a Gaston e as[as]teus filhos e receba a bênção de tua affetuosa mãe

Thereza.

P.S. Acaligrafia da imperatriz muda neste outro trecho, ficando quase impossível decifrá-la; consideramos que a sua redação se deu num momento de grande agitação. O trecho é colocado após a conclusão da carta:

Tenho passado bem. Leio e trabalho o que posso. Só no sábado passado tive um pequeno acesso [?] de 5 horas. No dia seguinte estava de pé. As funções digestivas ainda não estão bem regularizadas. Escrevo mal porque [ilegível]. Estou na sala ouvindo bem. Meu abraço a Gaston.

Tua mãe

Thereza

O pano de fundo que permeia as cartas de 1887 é o estado de saúde de Dom Pedro II e o emocional de Dona Teresa Cristina, que procura amparo na filha Isabel. Ao mesmo tempo, exerce sua função de mãe, fazendo-lhe pedidos, com certo tom de indignação em relação ao atraso da princesa em retribuir seu gesto de cortesia. Ao final da carta, fica evidente um traço da imperatriz que não aprecia “queixas”, ainda que as julgue justas. Certamente, Teresa Cristina prefere a tranquilidade dos passeios e dos teatros a toda situação referente ao esposo que começa a perturbá-la.

Conforme a saúde do marido começa a piorar, uma instabilidade emocional vai tomando conta da imperatriz que se vê no centro das decisões, conforme o andamento dos fatos. O desespero de Dona Teresa Cristina é visível nas cartas à princesa Isabel, e fica claro certa dependência de uma companhia amiga, capaz de orientá-la. Ainda assim, mantém uma rotina entre leitura e trabalho, o que a coloca num espaço próprio, diferente daquele vivido por Dom Pedro II. Seu estado emocional provoca-lhe, inclusive, problemas digestivos que são, sem rodeios, expostos à filha. Tal grau de intimidade revela que a escrita, aqui apresentada, é da mãe Teresa Cristina, muito mais que o da imperatriz do Brasil.

Nas cartas seguintes, de 1888, o casal já se encontra em tratamento na Europa, tendo partido em 30 de junho do ano anterior. Nesta fase, o imperador apresenta melhoras. Ver o marido recuperado, assim como retornar logo ao Brasil, é um alívio para D. Teresa Cristina, conforme expressa a Isabel. Igualmente, sua atenção para com os problemas no Brasil, em vias da abolição, não passa despercebida.

Relata, ainda, as oscilações do imperador que anda por todos os lados, não se preocupando com os esforços da comitiva que o acompanha. A imperatriz mostra-se incomodada com a falta de cuidado do marido. Não obstante, em breves palavras, fala da visita a Pompéia e de objetos encontrados, de uma ida ao vulcão, o que muito a impressionou e, certamente, aliviou-a da tensão vivida com Dom Pedro II. Praticamente é a única expressão, nesta fase da imperatriz, sobre seu antigo entusiasmo pela arqueologia. Como antes, relembra à filha que não deve se demorar em enviar a Ordem do Cruzeiro ao príncipe regente da Baviera.

A piora da saúde de Dom Pedro atrasa o retorno ao Brasil, o que deixa a imperatriz desapontada e saudosa de estar entre os brasileiros, conforme expressa ao afirmar ter encontrado no Brasil seu “verdadeiro lugar”, o que está registrado em carta à baronesa de Suruí. Ainda falando com a filha regente do Império, faz uma pequena consideração sobre a abolição, chamada pela imperatriz de “libertação”, fato que julgava proporcionar grande mérito à filha Isabel, assim como, anos antes, afirmou em relação ao conde D’Eu e ao fim da guerra do Paraguai. É advertida, por Isabel, a cuidar da própria saúde que sempre mereceu mais cuidado do que a de Dom Pedro II:

Noite, Napoli 17 de Abril 1888

Minha querida filha Isabel

Pode bem fazer Ideada minha alegria em receber por teu Pae a tua photographia que me fez o maior prazer achei te com bom semblante que saudades tenho de ti e de vos todos. Recebi também a tua carta de 14 de marços e os jornais dos pequenos. Te agradeço de ter naquielle [naquele] dia sabido minha saúde.

Vejo que as minhas cartas te derão alguma alegria com a esperança de vos ver em Julho e com o meu telegrama que te mandei. Daqui ficaste certa da nossa volta ao Brazil esta noite terá o teu telegramma em resposta ao seu que muito te agradeço.

Vejo por tudo o que me diz quantos desabores tem tido por tudo o que tem passado pelos últimos tumultos que houverão por causa do ministério. Felizmente que tudo se acalmou. Bem me lembrei de ti minha querida filha e tive muita pena de ti. Deos e a ssmma Virgem te protegem

Aqui vamos sem novidades já fomos a Pompéia e teu Pae andou 5 horas a pé por ver tudo o que havia de novo e de novo o que já conhecia. Fizerão algumas escavação e acharão alguns objectos de barro [?] e [ilegível] veras tudo do jornal de teu Pae. Eu fui por toda a parte de caderinha por causa de meu joelho que me impede [impede] de andar [ilegível]. Já te escrevi communicando-te que o Luitpoldo Principe Regente da Baviera havida mandado para teu Pae a ordem de S. Hildebert [?], e te pedi que não demorasse em mandar para elle a do cruzeiro, bem como também o grão Duque de Baden herdeiro (o filho). Espero que não te tenhas esquecido de fazer lo, e te peço que não demores em dar esse testemunho de apreço [espaço em branco]

Passei pouco mais adiante do observatório do (P) e tomamos a estrada femicola [?] e depois cadeirinhas. Todas as senhoras e Teu Pae, Pedro e os semanario foram a pé até a grande crateira não decemos porque o vulcão estava em movimento de erupção e attirava algumas pedras e cinzas, e com espetáculo magnífico mas pouco seguro estar perto. Amanha iremos a S [ilegível] Teu Pae esta bem contento em rever tudo isto. [...]. Aceita um abraço sincero também Gaston e teus filhos. Tua affma Mae. Thereza.

Milano 2 de Junho 1888

Minha querida filha Isabel

Em nome também de Teu Pae venho agradecer-te a tua carta de 7 de maio recebida hontem que tanto prazer me fez em saber-te em saúde também Gaston e teus filhos. Tem bem raisão em dizer que não se pode ter felicidade completa en'este mundo. Quando todos estávamos contando com a nossa próxima chegada ao Rio de Janeiro, infelizmente teu Pae teve febre no dia 3 de maio justamente no dia que lá estavam em grande festança. Não tenho cessado de lembrar de ti querida filha em qual afflicção devia estar vendo te longe de Teu Pae. Graças a Deos elle vas [vai] bem melhor mas ainda com fraqueza [...] Peço de agradecer Gasto nos [pelos] pedaços do jornaes que me mandou do dia 14 de março. Podem estar certos que sempre serei grata a todos os Brasileiros, que sempre forão os mesmos para mim a 43 anos e seria muito ingrata se fosso o contrario.

Peço dizer a Amandinha que de Bains lhe escreverei e me perdoa não o ter feito ate agora mas minha cabeça esta tão atordoada que não sei o que faço. Tua sempre affetuosa Mae. Thereza.

Aix –les-Bains 8 de Junho de 1888

Minha querida filha Isabel

Recebi a tua carta de 13 de maio, que [ilegível] senti saber que estavas de cama quando o fizes-te, mas certamente que devia ter te cansado todas as festanças que hoverão pela libertação, que farão uma grande gloria.

Graças a Deos teu Pae esta em convalecencas e tomando forças [...]. Hoje recebi teu telegramma pedindo-me que me tratasse da perna e o braço. Esteja certa que farei tudo o que for necessário por

isso. O Motta Maia já fallou com o [?] sobre o meu tratamento desde Milano, e hoje commecarei [começarei] com a massagem. Tenho visto o teu amigo Francez [?] e muito fallamos de ti minha querida filha. Tua aff. Mae. Thereza

Por fim, estes fragmentos de cartas entre Teresa Cristina e a baronesa de Suruí revelam traços de uma íntima amizade entre as duas mulheres, que não se restringem às convenções próprias de sua condição de imperatriz do Brasil. É evidente um diálogo entre amigas que tratam de coisas corriqueiras com muita discrição, chegando a rasurar sua carta, o que nos faz considerar que o caso comentado, certamente, corresponderia a um escândalo familiar.

D. Teresa Cristina está certa da lacuna sentimental que sua ausência causa na baronesa. Esses detalhes revelam algo da personalidade da esposa de Dom Pedro II em suas relações pessoais. Uma mulher que, acima de tudo, necessita estabelecer laços de sincero afeto em meio às intrigas dos palácios, um espaço pouco favorável para tais situações.

O último desabafo de Teresa Cristina visto numa transcrição de Ligia F. Cunha (1974), é dirigido também a D. Carlota. Nele, a imperatriz se mostra ainda perplexa com os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, que tiveram como consequência o seu exílio junto com a família. Pouco mais de um mês depois, a última imperatriz do Brasil faleceria na cidade do Porto:

Cannes, 17 de janeiro de 1888

Minha cara Carlotta

Não quero deixar passar tempo sem lhe agradecer sua carta de 19 de (dezembro) que recebi hontem e que tanto prazer me fez, [...]. Estou bem certa das saudades que deve ter de mim e a falta que lhe terei feito, o mesmo me acontece[?] Faço favor cara Carlotta dizer-lhe francamente o que a respeito da filha do Barão [restante rabiscado pela imperatriz] com o [rabiscado] espero que tudo o que se diz não seja verdade porque muita pena me faria e lamentaria aos pobres Paes. Adeus querida e boa baroneza muitas lembranças da parte do imperador [...]. Tua affetuosa amiga Thereza

Milano 2 de maio de 1888

Minha querida Carlotta

Envergonhada estou e não tenho desculpa [?] ter deixado até este momento de ter lhe respondido as suas cartas de 13 Fevereiro 10 e 13 de março, e a felicitações que me envio pelo dias de meus 66 anos que bem de longe não tenho esquecido se aquelle dia do Brazil, e de meus lugares verdadeiros que la tenho a 45 annos. E sempre fieis. [...] aqui as saúdes são boas graças a Deos. Espero ter o gosto de

abraçar-te breve com[como]deve ter sabido por minha filha. Saudações a suas filhas e parabéns a quem faz anno amanha. O Imperador lhe envia saudades e recebe uma abraço d'esta. Sua affetuosa amiga Thereza.

Novembro de 1889

Minha boa e querida Carlota.

Podes imaginar o quanto tenho chorado por não poder abraçá-la antes de nossa inesperada partida de madrugada [...]. Não posso fazer ideia de nossa separação, dos amigos que deixamos tão rapidamente e não ter um só momento para abraçá-los e deixar o país onde vivi tantos anos feliz[...]. Não posso fazer ideia de estar tão longe do Brasil; tudo parece um sonho.⁸⁸

Por fim, neste percurso em busca da imperatriz Teresa Cristina temos, por meio de sua escrita, a voz de uma mulher que ficou conhecida por muitos atributos, dentre os quais, o de ser silenciosa. Aqui aparece uma personagem distante, em certa medida, da representação monárquica enraizada no senso comum. Uma imperatriz estrangeira, sem nenhuma atuação explícita na vida política do Império, mas que se mostra pelo viés da afetividade, do cuidado com as coisas e com a família. Por certo, não era sua coroa o mais importante no imaginário brasileiro do Segundo Reinado, mas tudo o que refletia a vida burguesa nos limiares entre o público e o privado. Portanto, nestas cartas e diários surge uma Teresa Cristina que procura e favorece presença do íntimo, que se preocupa com o bom andamento do cotidiano, sem com isso, deixar escapar uma manutenção da imagem de imperatriz – monumento.

⁸⁸ Arquivo Baronesa de Loreto. Museu Imperial de Petrópolis/RJ. Fragmento transcrito por Ligia Fagundes Cunha (1974) e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, p.243.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao término de um trabalho que se constituiu, sem sombra de dúvida, como um desafio pessoal no percurso de memória, seguindo os rastros de Dona Teresa Cristina Maria, a última imperatriz do Brasil, através de suas muitas representações. Trabalho esse que, estamos convictos, não se esgota aqui; antes, é um prólogo para caminhos futuros.

Destacamos que escolher uma abordagem não foi fácil, haja vista a enorme quantidade de significantes e significados associados a Teresa Cristina: durante sua vida, “a mãe dos brasileiros”, “modelo de virtudes”, “exemplo de mulher virtuosa”. Atualmente, vemos ressoar tantos outros: “a imperatriz silenciosa e arqueóloga”, “imperatriz esquecida”. Ressaltamos que nossa abordagem considerou tais representações, buscando, também por meio delas, refletir sobre a imagem pública da imperatriz. Por outro lado, a imperatriz deixou-nos um rico legado de documentos, entre diários e cartas, os quais, igualmente, permitiram-nos investigar sobre a imagem íntima construída pelo e no processo de escrita, processo privado de autorreconhecimento.

De fato, a imagem de si construída e deixada pela imperatriz Teresa Cristina é uma imagem de silêncio. Silêncio que tem sido motivo de questionamentos variados e hipóteses. Parece que toda a importância, acerca de si e de sua trajetória, ficaria a cargo de gerações posteriores. Uma lacuna se impôs, ao longo da história, no que diz respeito à esposa de Dom Pedro II, vazio esse que tem sido objeto de análise em diferentes aspectos.

Neste longo caminho investigativo, optamos pela escolha complexa de um caminho mais viável na tentativa de olhar para esta personagem que teve um importante papel simbólico no Brasil do Segundo Reinado. Chegamos à constatação de que esse é o caminho da história e da memória: entrever os limiares entre o recordar e o esquecer, e vice-versa, visto que tais gestos são carregados de significado e não se dão de modo aleatório.

A respeito de nosso projeto inicial, destacamos que era nosso desejo primeiro compor uma biografia da imperatriz Teresa Cristina, o que se mostrou impraticável pelo curto tempo, relativo à pesquisa em nível de mestrado, e à enorme quantidade de fontes sobre a personagem, e de autoria da mesma. Igualmente, a escassez de trabalhos ou biografias que “desvendassem”, em parte, a personalidade de Teresa Cristina também se tornou um fator a ser levado em conta. Dessa forma, nosso caminho de pesquisa traçou o trajeto reflexivo que segue.

Em “Rastros de memória”, o primeiro capítulo, refletimos sobre os significados dos símbolos que enlaçam a escrita e a vida daquele que escreve e, concomitantemente, se escreve. Apoiamo-nos nas reflexões advindas da teoria literária, da psicanálise e da história, considerando que cada qual sublinha, acerca da vida e da escrita, aspectos distintos que se impõem a nós, pesquisadores, como pontos-chave para a compreensão da *escrita de si* como prática das mulheres brasileiras do século XIX. Não separamos a vida da escrita; vemos, na trajetória das transgressoras explicitada nesse capítulo, como a atuação das mulheres não se sujeitou à concepção patriarcal e extática da sociedade, mas se deslocaram para espaços que, muitas vezes, não lhes eram permitidos. Tais mulheres, pela escrita de si, se faziam agentes da história, participando da vida social e política.

Em “Olhares da história: Dona Teresa Cristina e a invenção de uma memória”, nosso segundo capítulo, a personagem foi investigada através de diferentes olhares pautados na historiografia oitocentista e em narrativas posteriores. Para tal, realizamos o recorte de jornais da época que difundiram a idealização da imagem da esposa de Dom Pedro II; em nossa pesquisa, seguindo tal gesto, analisamos seus mais populares adjetivos, a saber, “mãe dos brasileiros e modelo das virtudes femininas”. Procuramos, com isso, destacar como tais alcunhas foram incorporadas pela sociedade do Segundo Reinado, e como isso possibilita perceber de que modo a imagem de Teresa Cristina se imiscuiu ao pensamento nacional como Mulher-Monumento.

Pautamo-nos, igualmente, na experiência biográfica na historiografia recente. Nessa, se tem em vista, para a análise histórica, o ser humano que tece seus enredos, e forja-se, ao longo da vida. Em nosso trabalho, a partir dessa consideração, nos confrontamos com as narrativas de historiadores que, ao longo do século XX e até hoje, se voltaram para a trajetória de Teresa Cristina. Isso nos possibilita sublinhar que algumas dessas narrativas ainda insistem na fixação do imaginário da mulher-monumento, do “modelo de virtude”, da “imperatriz arqueóloga”, “calada, injustiçada, esquecida” pela historiografia, levando-nos, também, a considerar que o caráter idealizado e santificado da personagem acaba sendo acentuado por essa perspectiva.

Certamente, ponderando que as “invenções de memória” são construídas com vista a cumprir certa finalidade, nos atentamos ao fato de que a visão da “boa e santa velhinha” foi, paulatinamente, construída pela própria imperatriz, por meio de seu silêncio e de seu comportamento enigmático. Também por meio da produção iconográfica sobre Dona Teresa Cristina percebemos uma forma de manutenção dessa visão. Sobremaneira, ao destacar que,

na imagem da imperatriz, notamos uma manipulação com vistas a contrapô-la à de Dom Pedro II, sempre destacado como o grande imperador e o monarca-cidadão.

Por fim, em “Eu, Teresa Cristina Maria: uma experiência de vida pela escrita”, o terceiro capítulo, chegamos à *escrita de si* da imperatriz, nosso alvo investigativo. Tal ponto de chegada da pesquisa examinou narrativas em que, em meio a seus rastros, fala-nos um indivíduo que registra, nas páginas de seus diários e cartas, algo de genuíno, e fragmentado, sobre si mesmo. A respeito destas fontes, os diários e as cartas da imperatriz, destacamos a existência de vários diários e de um volume considerável de cartas no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis-RJ. Diante disso, priorizamos e, certamente, escolhemos aqueles sobre os quais nos deteríamos, haja vista o período da pesquisa de mestrado e algumas dificuldades de acesso a um número importante de documentos que se encontram com membros da família; alguns, portanto, serão postos como alvo de pesquisa posterior, possivelmente, em nível de doutorado. Não podemos desconsiderar nossas dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa, mormente no terceiro capítulo, em que, tendo vindo de outra área das Ciências Humanas, a Filosofia, encaramos a complexidade da pesquisa com fontes e documentos, procurando realizá-la com o rigor próprio da metodologia histórica.

Selecionamos fragmentos dos diários de 1856 a 1887, e cartas escritas entre 1869 e 1888 – nas quais se vê, ao final da monarquia, a escrita de uma mulher mais madura e com uma simbologia já enraizada na mentalidade dos brasileiros. Destacamos que a escrita de Teresa Cristina não se enquadra no rol das transgressoras, mas se dá entre as lacunas existentes e em meio ao não-dito.

A imperatriz do Brasil sempre foi vista ao lado do imperador Dom Pedro II, uma companhia constante em viagens, ocasiões oficiais sendo, por conseguinte, uma mulher sem voz e que nada fez de extraordinário que merecesse atenção. Esse foi o grande trunfo de Teresa Cristina: a vida ordinária, sua ausência, ou melhor, seu afastamento de tudo o que pudesse lhe garantir maior reconhecimento na história. Suas “virtudes” a colocaram em oposição a Pedro II, o “magnânimo”, um de seus muitos títulos.

Partindo dessa premissa, era necessário começar de um lugar: as narrativas produzidas sobre D. Teresa Cristina, bem como sua escrita nos diários e na correspondência pessoal. Evidentemente, foi um trabalho parcial, embora criterioso, de análise de tais documentos que necessita ser retomada na pesquisa do doutorado, sobremaneira vislumbrando uma biografia da última imperatriz do Brasil.

Dona Teresa Cristina constituiu-se numa existência discreta em uma sociedade monárquica que valorizava o *status*, a hierarquia e a imagem. Esta trajetória, forjada no “oculto”, cristalizou sua figura e seu lugar na História do Brasil Imperial. Uma “Mulher – Monumento”, cuja vida se viu envolta numa espécie de culto a tudo o que ela representava. Percebemos que, de certo modo, desejou “ocultar-se”, agir de forma silenciosa; esse foi seu trunfo, na medida em que nada dizendo fazia de sua pessoa e de sua trajetória um “monumento narrativo” (SOUZA, 2008, p.31), em contraposição à figura de Dom Pedro II.

O trabalho com cartas e diários não é tarefa fácil, tendo em vista seu caráter fragmentário e de difícil leitura, já que, na maioria dos casos, são documentos manuscritos e sem transcrição, como é o caso das cartas de D. Teresa Cristina. Destacamos, como importante ponto reflexivo de nossa pesquisa, que a imagem de Dona Teresa Cristina, expressa em sua correspondência íntima, difere daquela presente nos diários, a de uma mulher-imperatriz que, ao redigir sua narrativa diarística, faz escolhas, prioriza fatos, descarta outros, deixando espaços em branco; ao passo que na escrita das cartas, marcada por um traço relacional, uma intimidade é permitida com mais liberdade. Esse paradoxo marcante, que marca a escrita do diário com um caráter público e a das cartas como um lugar do privado, nos aponta para o fato de que a imperatriz se mostrou de forma distinta nestes rastros de memória. Tal distinção da forma narrativa de si, já fornece espaço para continuar buscando outras faces da “mãe dos brasileiros”.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Revista e Arquivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB; disponíveis online em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>.

Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis-RJ.

Maço 147 - Doc. 7125

Maço 156 - Doc. 7288

Maço 38 – Doc. 1058

Arquivo Iconográfico da Biblioteca Nacional, disponível em: <<http://bndigital.bn.br>>.

Jornais da época:

Gazeta de Notícias

Diário de Notícias

Jornal do Povo

Cidade do Rio

Jornal do Commercio

Gazeta da Tarde

Disponíveis online em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>.

Artigos:

FLEIUSS, Max. A imperatriz D. Tereza Christina Maria. In: *Revista do IHGB*, 14 de Março de 1922. Vol. 143.

CUNHA, Ligia Fagundes. Imperatriz Teresa Cristina. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1974. p. 206-246.

LAET, Carlos. A imperatriz. In: *Revista do IHGB*. Tomo: 98, v. 152, 1927. p. 790-792.

Demais referências:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *A vida privada no Brasil Império: a corte a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARTIÈRS, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*, 1998. p.9-34.

- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010. p.157-172.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. In: *Rev. História da Historiografia*, n. 9-2012. p.129-143.
- AVELLA, Aniello Angelo. Brasil, Portugal e Itália. In: *Geo UERJ*, ano 12, n. 21, vol. 2, 2010, p. XX.
- AVELLA, Aniello Angelo. Teresa Cristina Maria, uma imperatriz silenciada. In: *Historia e Liberdade* -ANPUH, 2010.
- AVELLA, Aniello Angelo. *Una napoletana imperatrice ai tropici: Teresa Cristina de Bourbonne sul trono del Brasile, 1843-1889*. Roma: Exòrma, 2012.
- BALMÉS, François. O real, será que isso funciona? Do real o que se escreve? (*Revista Letra Freudiana*). Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo, s/d.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. *Rumor da Lingua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTHES, Roland. *O zero grau da escrita*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio P. Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BERGSON, Henri. *Memória e Vida: textos escolhidos por Gilles Deleuze*. Trad. Cláudia Berliner; revisão técnica e da tradução Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BORGES, Viviane Trindade. *Do esquecimento ao tombamento: a invenção de Arthur Bispo do Rosário*. Porto Alegre: 2010. (Tese de doutorado).
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.p. 183-191.
- BRANDÃO, Ruth Silviano. *A vida escrita*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura*. 2ª ed. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2006.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1998. p. 43-58.

- CASTELLO BRANCO, Lucia. *Chão de letras: as literaturas e a experiência da escrita*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- CASTELLO BRANCO, Lucia. *O que é a escrita feminina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991,
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Coimbra: Ed. Almeida, 2009.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Portugal: DIFEL, 1988.
- CORRENTI, Santi. *Breve Historia da Sicília*. 2.ed. Roma: Newtoncompton Editori S.R.L, 2005.
- COSTA, Manuela Areias. Entrevista com Benito Bisso Schmidt. In: *Rev. Cantareira*, jul/dez-2011.
- CUNHA, Ligia Fagundes. Imperatriz Teresa Cristina. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1974. p. 206-246.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p.223-240.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *A história das mulheres no Brasil*; Carla BassaneziPinsky (coord de textos) 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: A paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. *Crítica e clínica*. Trad. Peter PálPelbart. São Paulo: Ed. 34, 2011. p.11-17.
- DELGADO, Andrea Ferreira. A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias. Campinas, 2003. (tese de doutorado).
- DELGADO, Andrea Ferreira. Cora Coralina: a construção da mulher-monumento. In: *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.1, jan/jul. 2008. p.387-416.
- DIEHL, Astor. *Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DOSSE, François. *A História*. Trad. Maria Elena O. Assumpção. Baurú. EDUSC, 2003.
- DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs). *Escrever a história das mulheres. História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1991.

- ENGEL, Magali. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1996, p.169-190.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: *Estudos Históricos*, 1998. p.59-87.
- FLEIUSS, Max. A imperatriz D. Thereza Christina. In: *Revista do IHGB*, 14 de Março de 1922. Vol. 143.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Foucault e a arqueologia do sujeito. In: FENANDES, Cleudemar Alves (org). *Sujeito, identidade e memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: estética - literatura e pintura, música e cinema*, vol III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. Thereza da C. de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p.85-93.
- GARRAMUÑO, Florencia. Da memória à presença: prática dos arquivos na cultura contemporânea. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (org). *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p.204-217.
- GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: *Estudos Históricos*, 1998. p.121-127.
- GONÇALVES, Andréa Linly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Teresa Cristina de Bourbon (1822-1889) a face oculta da imperatriz silenciosa. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- HARDING, Bertita. *O trono do Amazonas: a história dos Braganças do Brasil*. Trad. Adalgisa Nery. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- HOBSBAWM, E.J. *The social function of the past: some questions*, Past and Present, n. 55. Paris: 1972.
- KOFES, Suely. *Memória de Histórias Femininas, Memórias e Experiências*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.
- LAET, Carlos. A imperatriz. In: Revista do IHGB. Tomo: 98, v. 152, 1927. p. 790-792.
- LANGER, Johnni. *Ruínas e mitos: a arqueologia no Brasil Imperial*. Curitiba: 2001 (Tese de doutorado).
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*; NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão; 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, Marcelo Eduardo. Imagens múltiplas: algumas considerações sobre a(s) fotografia(s) do século XIX. In: *História em Reflexo*, vol. n. 12, 2012.
- LEVI, GEOVANNI. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, P. 167-182.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p.148-149.
- LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer*. São Paulo: Ática, 1978.
- LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e Fotografia. In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 263-281.
- LORAUX, Nicole. Elogio sobre o anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Schwarcz, 1992.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LORIGA, Sabina. *A biografia como problema: jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.
- MACHADO, Ana Maria Netto. *Presença e implicações da noção de escrita na obra de Jacques Lacan*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.
- MALUFE, Anitta. Passagens entre a vida e a escrita. In: *Letras & Letras*, vol. 26, 2010, p.33-50.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem no Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p.182-231.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. In: *Estudos Históricos*, vol. 21, 1998. p.89-103.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 243-262.

- MORAIS, Flávia Costa. *Literatura vitoriana e educação moralizante*. Campinas: Editora Alínea, 2004.
- NASCIMENTO, Evandro. O perdão, o adeus e a herança em Derrida. Atos de memória. In: *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: os lugares de memória*. Trad. Patrícia Farias. Paris: Gallimard. Vol. 1; La Republique, 2008. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2013.
- NORONHA, Gilberto. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a História. A biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: 2009 (Tese de doutorado).
- ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. Belo Horizonte: autêntica, 2006.
- PERROT, Michelle (org). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Trad. Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- PERROT, Michelle. *Memórias Femininas, Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Bras. de História*. São Paulo: 1989. p. 9-18.
- PIVA, Edgar Antonio. A questão do sujeito em Paul Ricoeur. In: *SINTESE – REV. de Filosofia*, vol. 6, n. 85, 1999.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 1989.p. 3-15.
- POMPÉIA, Raul. *As jóias da Coroa*. São Paulo: Scipione, 1995.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- RAGO, Margareth. Dizer sim à existência. In: RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 256.
- REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação intelectual”. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Maio-agosto/2011. p. 1-21.
- REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: _____. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. p.235-248.
- RIBEIRO, Edméia. O século XIX, mulheres, discursos e representações femininas em Lasmujeresespañolas, portuguesas e americanas. In: *Anais eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC*, São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... In: *Estudos Históricos*, 1998, vol.21.p.35-42.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.
- SANTOS, Evandro. A história geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. In: *História da Historiografia*, n. 9, 2012. p. 88-105.
- SANTOS, Márcia Pereira dos. *A compreensão do si mesmo e do outro em autobiografias: contribuições ricoeurianas na escrita da história*. s/d.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Grafias da Vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: *História Unisinos*: Vol. 8, n. 10, jul;dez, 2004
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.187-205.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: SCHMIDT, Benito Bissô; GOMES, Ângela de Castro (orgs.). *Memórias e narrativas auto biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.p.155-171.
- SCHONS, Carme Regina; GRIGOLETTO, Evandra. *Escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto*. In: 1ª Jornada internacional de estudos do discurso. 26, 27 e 28 de março, 2008, s/d.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- SILVA, Maria da Conceição. Foucault e a arqueologia do sujeito. In: FENANDES, Cleudemar Alves (org). *Sujeito, identidade e memória*. Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 28.
- SILVA, Tânia Maria Gomes. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. In: *Politeia: História e Sociedade*, v.8, n.1, 2008. p.223-231.
- SIMÕES, Ricardo Japiassu. *O roubo das jóias da imperatriz*. Recife: ed. Do autor, 2002.
- SOIHET, Rachel. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1996.p.191-212.

- SOUZA, Adriana Barreto. A biografia como problema: entrevista com Sabina Loriga. In: *Rev. História da Historiografia*, n. 9-2012. p. 26-37.
- SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Adriana Barreto. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o Duque de Caxias. In: *História da Historiografia*, n. 9, 2012.
- TELLES, Norma. Escritoras, Escrita, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. *A história das mulheres no Brasil*; PINSKY, Carla Bassanezi (coord.) São Paulo: Contexto, 2012.
- VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, 2001. p.23-47.
- VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.111-137.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Antonio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.
- VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: ed. UNESP, 2008.
- WHITE, Hayden. *Meta História: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- ZERBINI, Eugênia. A imperatriz invisível do Brasil. *Revista da Biblioteca Nacional*, 02 de Fevereiro de 2007.
- ZIMMERMANN, Tânia. Biografia e gênero: repensando o feminino. In: *Revista de História Regional*, vol. 9 (1), 2004.p.31-44.